



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Unidade	Ação
	Instalação de redutores de vazão nas torneiras automáticas instaladas nos banheiros do Fórum Clóvis Beviláqua, confeccionados a partir de canos de PVC, restos de obras
	Retirada e limpeza dos espaços com entulhos, lixo séptico e descartes de lâmpadas
	Doação de material reciclável (papel, plástico, vidro, papelão)
	Mutirão de limpeza dos janeliros; vidros das entradas principal e secundária; corredores internos e públicos; carpetes dos 4 salões do júri e auditórios, inclusive as poltronas; entre outros
	Treinamento para os supervisores e auxiliares de limpeza quanto ao uso correto do material de limpeza; segurança do trabalho; e comportamento no ambiente de trabalho
	Troca de 100% dos garraões de água mineral e higienização dos geláguas
Seção de Patrimônio	Montagem de 14 salas ou unidades judiciárias, entre elas as novas Varas Cíveis, a Vara Única de Custódia, as Secretarias Judiciárias de 1º Grau II, III e IV e a Sala de Biometria do TRE
	Distribuição e remoção de mais de 1.200 equipamentos de informática como: computadores, impressoras, <i>scanners</i> , leitores óticos, etc.
	Criação de ordem de serviço para controle das demandas do Fórum de material e serviços pertinentes à Seção de Patrimônio, visando a um melhor controle dos bens que se encontram sob a sua responsabilidade, tendo em vista que, em 2015, foram, em média, 140 ordens de serviços mensais entre distribuição, remoção, substituição de bens

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Tabela 58 - Ações Realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais em 2016

Unidade	Ação
Seção de Manutenção e Zeladoria	<b>1. Ações realizadas no Fórum Clóvis Beviláqua:</b>
	1.1 Execução de cerca de 2.700 ordens de serviço de manutenção predial em 2016
	1.2 Transferência do local do restaurante
	1.3 Implantação da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia
	1.4 Adaptações no ambiente de atendimento do setor de certidões
	1.5 Adaptações para novo ambiente do Cejusc, com acréscimo de seis salas
	1.6 Implantação da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição II, III e IV
	1.7 Mudança e adaptações da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição I
	1.8 Adaptações na nova sala de custódia provisórias de armas
	1.9 Mudança de localização e adaptações da sala destinada ao almoxarifado
	1.10 Instalação e adaptações de infraestrutura da nova sala da Seção de Patrimônio
	1.11 Expansão da Diretoria de Informática com criação de nova sala
	1.12 Desinstalação e instalação (mudança de local) de mais quatro equipamentos de ar-condicionado e adaptações de infraestrutura nas novas dependências da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia (prédio da Decap)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Unidade	Ação
Seção de Patrimônio	1.13 Adequação do <i>layout</i> das entradas principal e secundária, inclusive com instalação de <i>scanners</i> da segurança
	1.14 Implantação de novas salas para arquivamento de processos do Departamento de Atividades Judiciais e da Informática
	1.15 Execução de esgoto oriundo do café dos magistrados para possibilitar reforma do Depósito de provas bélicas - Deprob
	1.16 Execução e instalação do bicicletário do Fórum Clóvis Beviláqua
	<b>2. Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:</b>
	2.1 1ª UJECC: Demolição e reconstrução de muros (fundos e fachada principal)
	2.2 4ª UJECC: Pequenos reparos na cobertura do 4º JECC
	2.3 6ª UJECC: Revisão nas instalações elétrica e hidráulica
	2.4 7ª UJECC: Serviços de impermeabilização e drenagem de calhas
	2.5 10ª UJECC: Revisão de cobertura
	2.6 15ª UJECC: Reforço nas grades de segurança
	2.7 19ª UJECC: Poda com retirada de árvores que comprometiam a estrutura física da unidade, revisão de cobertura
	2.8 Depósito público: Reforma no portão de entrada, retirada de combogós e fechamento com alvenaria em alguns espaços
	2.9 Juizado da Mulher: Mudança de cabeamento elétrico na rede de entrada da unidade
	2.10 Realizadas manutenção predial preventiva e corretiva em todas unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, do Juizado da Mulher, depósito público e da 5ª Vara da Infância e da Juventude
	<b>3 Serviços de Asseio e Zeladoria:</b>
	3.1 Quinze intervenções nas realizações dos mutirões DPVAT da Cejusc
	3.2 Três intervenções nos mutirões do Pai Presente
	3.3 Três intervenções nos mutirões do Juizado da Mulher
	3.4 Duas intervenções nos mutirões de limpeza das esquadrias de vidro do FCB
	3.5 Sete intervenções nos mutirões de limpeza no piso das áreas comuns do FCB
	3.6 Melhoria dos serviços de zeladoria conforme pesquisa de satisfação realizada no FCB
	3.7 Poda de árvores e capinagem no entorno do FCB
	3.8 Foram realizadas podas e capinagens em algumas unidades, tais quais: 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 10ª, 13ª, 15ª, 18ª, 19ª, Juizado da Mulher e durante Projeto Justiça Já
	Execução de mais de 700 ordens de serviço de movimentação de bens patrimoniais, no âmbito da Comarca de Fortaleza até setembro de 2016
	Substituição e remoção de 1.286 monitores doados pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, para as Secretarias de Vara do Fórum Clóvis Beviláqua
	Montagem da sala do Núcleo de Justiça Restaurativa, nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua
	Montagem da sala do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
	Montagem das salas do 1º Mutirão do Pai Presente no Fórum Clóvis Beviláqua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Unidade	Ação
Seção de Protocolo Administrativo e Malotes	Transferência de todo o acervo do antigo restaurante para o novo espaço físico do restaurante do Fórum
	Participação na elaboração do Manual de Gestão Patrimonial do Tribunal de Justiça do Estado Ceará
	Elaboração do Estudo dos espaços das áreas administrativas do Fórum Clóvis Beviláqua
	Até o mês de setembro do corrente ano, um total aproximado de 160.000 documentos foram encaminhados aos Correios. Quantitativo superior é recebido por esta Seção em forma de avisos de recebimentos destas correspondências, malotes e cartas externas que são entregues às Varas e Unidades
	Envio de 2.500 correspondências para a realização da Semana Nacional da Conciliação
	O processo de entrada de documentos administrativos teve uma redução relevante este ano, decorrente da proposta da Diretoria que todas as Varas e Unidades fizessem os seus devidos processos. Assim, o setor ficou atendendo apenas o público externo (advogados, empresas, bancos, cartórios, aposentados etc.) e casos emergenciais, o que acarretou numa diminuição de 13.659 documentos no ano de 2015 para 2.240 este ano
Seção de Almoxarifado	Redução do perfil de bens de consumo global da Comarca de Fortaleza, em atendimento à Portaria nº 144/2016, na ordem de 30% em relação ao ano de 2015. Em termos monetários a economia prevista será de R\$ 182.236,29
	Readequação de cotas das Unidades Judiciárias e Administrativas da Comarca de Fortaleza
	A Seção de Almoxarifado assumiu, a partir do mês de agosto de 2016, as funções de: fiscalização de contrato, controle e distribuição de água mineral para as dependências internas e externas do Fórum Clóvis Beviláqua
	Elaboração do cronograma de distribuição de materiais que tem como objetivo garantir a otimização e eficiência da distribuição e controle de recursos materiais, por meio da modernização de processos da Seção de Almoxarifado

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Abaixo, destacam-se os perfis de consumo de materiais oriundos do almoxarifado para a Comarca de Fortaleza nos anos de 2015 e 2016:

Tabela 59 – Perfil anual de consumo de material 2015 / 2016

Variável	Valor (R\$)
Ano 2015 / perfil anterior	R\$ 607.736,00
Ano 2016 / perfil atual	R\$ 425.499,73

Fonte: Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza

A seguir apresenta-se gráfico com as atividades realizadas pela Seção de Transporte no biênio 2015-2016:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 46 – Quantidade de visitas com utilização de veículos da Seção de Transporte



Fonte: Seção de Transporte

### 7.2.1 Projeto de Melhoria na Climatização do Fórum

- i. Objetivo: Melhorar a sensação térmica das áreas com maior volume de processos no FCB, com a instalação de climatizadores de ar.
- ii. Prazo para entregas: Em 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG), Seção de Patrimônio (CFORSEPAT), Seção de Manutenção e Zeladoria (CFORSEMAZ), Secretaria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCESEINFRA) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE).
- iv. Fase atual: Aguardando processo de doação dos equipamentos e instalação por parte da OAB.

### 7.2.2 Projeto de Elaboração de Cronograma para Distribuição de Materiais do Almoarifado

- i. Objetivo: Garantir a otimização da distribuição dos recursos materiais.
- ii. Prazo para entregas: Em 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

(CFORDEPATSG) e Seção de Almoxarifado (CFORSEAL).

- iv. Fase atual: Aguardando portaria da Diretoria que regulamente o cronograma de distribuição.

### 7.2.3 Projeto de Acessibilidade das Unidades do Fórum

- i. Objetivo: Melhoria da comunicação visual.
- ii. Prazo para entregas: Em 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG) e TJCE.
- iv. Fase atual: Aguardando disponibilidade de recursos financeiros para encaminhamento das contratações pertinentes.

### 7.2.4 Projeto de Eficiência Energética

- i. Objetivo: Redução do consumo de energia elétrica do FCB e de manutenção, por meio da substituição gradual das atuais lâmpadas por tecnologia LED.
- ii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG), Seção de Manutenção e Zeladoria (CFORSEMAZ) e Secretaria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCESEINFRA).
- iii. Fase atual: Aguardando anuência do ordenador de despesa para iniciar o processo de mudança das lâmpadas queimadas por tecnologia LED.

## 7.3 Projetos de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará

### 7.3.1 Reforma Estrutural do Depósito de Provas Bélicas – Deprob

- i. Descrição: O Deprob é o local destinado à guarda das armas (brancas e de fogo)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

que foram apreendidas e estão vinculadas aos processos de crime. Este local, devido à sua péssima estrutura física, era totalmente insalubre para os militares que trabalhavam ali, além de não ter recipiente adequado para guardar as armas. Outro ponto negativo era que o local não oferecia um bom nível de segurança com controle de acesso. Este projeto contempla várias ações com o objetivo de restaurar o local deixando-o adequado para o serviço ali desempenhado. As iniciativas realizadas na sala do Deprob foram: reforma estrutural completa, instalação de sistema de refrigeração/exaustão do ar, instalação de moderno sistema de controle de acesso e monitoramento eletrônico, e aquisição de armários deslizantes para acondicionamento das armas;

- ii. Situação atual: A reforma estrutural e o sistema de refrigeração/exaustão já foram concluídos, bem como a instalação dos armários deslizantes. O pregão eletrônico do sistema de CFTV está em andamento.

### 7.3.2 *Aquisição de Armários para Retenção de Armas*

- i. Descrição: Tratam-se de armários com multiportas e com cadastramento de senha individual que serão instalados nas recepções de algumas unidades judiciárias para o acondicionamento momentâneo de armas de agentes de segurança que desejarem entrar nessas unidades;
- ii. Situação atual: O pregão eletrônico restou fracassado, tendo em vista que as duas empresas classificadas não atenderam ao estabelecido no edital.

### 7.3.3 *Aquisição de Rádios de Comunicação*

- i. Descrição: Tendo em vista que os rádios de comunicação utilizados pelos militares que compõem o sistema de segurança do TJCE são antigos e estão com a sua eficiência totalmente comprometida, foi aberto processo licitatório para aquisição de 50 novos equipamentos desse tipo, com acessórios;
- ii. Situação atual: O processo licitatório foi concluído, e todos os equipamentos recebidos.



#### 7.3.4 Aquisição de Coletes Balísticos

- i. Descrição: Tendo em vista situações de ameaças com risco de morte pelas quais alguns magistrados já passaram, por ocasião do exercício jurisdicional, serão adquiridos 15 coletes de proteção balística, nível III-A, masculinos e femininos, de uso velado a serem disponibilizados aos magistrados em possíveis ameaças vindouras;
- ii. Situação atual: Está sendo realizada adesão a ata de registro de preço da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. O contrato já foi assinado por ambas as partes, e o TJCE está aguardando a entrega do produto.

#### 7.3.5 Sistema de CFTV e Alarme

- i. Descrição: Este projeto consiste em equipar todas as unidades judiciárias da Capital com sistema moderno de câmeras e alarmes a fim de oferecer maior proteção a essas edificações. Este sistema será completamente integrado a duas centrais de monitoramento instaladas nas sedes do FCB e TJCE. O monitoramento de todas as unidades acontecerá 7 dias por semana e 24 horas por dia;
- ii. Situação atual: O Termo de Referência foi concluído e seguirá para trâmites do processo licitatório.
- iii.

Figura 8 - Sistema de CFTV e alarme



Fonte: Assistência Militar



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

### 7.3.6 Atualização do Sistema CARDARM

- i. Descrição: A Assistência Militar, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, realizou a atualização do sistema de cadastro das armas vinculadas a processos judiciais que são recolhidas pelo efetivo da 3ª CPG;
- ii. Situação atual: Projeto executado em sua totalidade. O sistema está operando de forma satisfatória.

### 7.3.7 Mudança de Layout na Recepção Principal do Fórum Clóvis Beviláqua

- i. Descrição: Esta iniciativa mudou o posicionamento dos balcões destinados aos recepcionistas e à equipe de segurança na recepção principal do FCB, com o objetivo de otimizar o controle de acesso às dependências daquela unidade, bem como uma maior fiscalização dos policiais aos equipamentos detectores de metais;
- ii. Situação atual: Projeto executado em sua totalidade.

Figura 9 – Recepção principal do Fórum Clóvis Beviláqua



Fonte: Assistência Militar

### 7.3.8 Aquisição de scooters elétricas

- i. Descrição: O propósito deste projeto é otimizar o deslocamento dos policiais que garantem a segurança nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua. Estudos demonstram que *scooters* possibilitam um agente de segurança cobrir uma determinada área geográfica 5 vezes mais rápido. Neste projeto serão alugados 4 *scooters*, por um período de seis meses;



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- ii. Situação atual: Uma empresa fornecedora desse tipo de equipamento cedeu, a título de empréstimo, um *scooter* para que a Assistência Militar realizasse, durante o período de um mês, testes de eficiência, praticidade e viabilidade. A experiência foi aprovada após o referido teste, e o termo de referência foi concluído. Está sendo realizada uma cotação do serviço para instruir o processo licitatório.

Figura 10 – Scooters elétricas



Fonte: Assistência Militar

### 7.3.9 *Manutenção das Catracas do Sistema de Controle de Acesso de Unidades Judiciárias*

- i. Descrição: Este projeto propunha, inicialmente, contratar empresa especializada para dar manutenção nas catracas eletrônicas existentes em algumas unidades judiciárias do Estado. Todavia, foi identificado, durante o processo de cotação, que o custo de manutenção seria mais alto do que o de aquisição de novas catracas. Desta feita, a Assistência Militar produziu relatório situacional elencando várias considerações e sugerindo a aquisição de novos equipamentos;
- ii. Situação atual: O relatório da Assistência Militar foi aprovado por todos os membros da Comissão de Segurança Permanente e pela Presidência do TJCE, sendo autorizada a produção do termo de referência. O Termo de Referência foi concluído e será dada continuidade aos procedimentos para abertura de processo licitatório.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

### 7.3.10 Controle de Acesso de veículos no Subsolo do Fórum Clóvis Beviláqua

- i. Descrição: Atualmente, o acesso ao estacionamento do subsolo do FCB, destinado aos veículos dos magistrados, carece de meios mais eficazes de controle de acesso. Assim está sendo elaborado um termo de referência para instalação de equipamentos eletrônicos para atender de forma eficiente e segura a este controle de acesso;
- ii. Situação atual: O respectivo termo de referência foi concluído e tramitará para abertura do processo licitatório.

### 7.3.11 Recolhimento e Destruição de Armas

- i. Descrição: Este processo consiste em procedimentos constantes que um determinado efetivo de policiais da Assistência Militar executa por meio do recolhimento, em todas as comarcas do Estado, de armas brancas e de fogo apreendidas e que ficam atreladas a processos judiciais, evitando assim que essas unidade judiciárias fiquem propícias a invasões para furto dessas armas. Após recolhidas, as armas são acondicionadas no Deprob e posteriormente enviadas para destruição, de acordo com autorização do Exército Brasileiro;
- ii. Situação atual: A Assistência Militar continua mantendo o recolhimento dessas armas e nesta gestão já foram recolhidas e destruídas 10.896 armas brancas e 6.384 armas de fogo.

### 7.3.12 Projeto de Segurança para Comarcas do Interior do Estado

- i. Descrição: Este projeto contempla, inicialmente, 6 comarcas do interior do estado (Sobral, Aracati, Itaitinga, Quixadá, Juazeiro do Norte e Iguatu) que se encontram em situação emergencial de segurança. Está sendo realizado levantamento de equipamentos de segurança eletrônica (CFTV e Alarme) para serem implementados nessas unidade judiciárias;
- ii. Situação atual: Este projeto está sendo executado em parceria com o Departamento



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

de Engenharia do TJCE que já realizou o projeto-base das edificações contempladas e parte do termo de referência. A Assistência Militar fez levantamento das especificações dos equipamentos que contemplarão esta solução e, em seguida, repassou ao Departamento de Engenharia para este prosseguir com o termo de referência.

### 8. CONTROLE INTERNO

#### 8.1 Atividades de Gestão, Acompanhamento e Assessoramento Realizados pela Auditoria de Controle Interno

As atividades executadas relativas à gestão, ao acompanhamento e ao assessoramento foram as seguintes:

- i. Elaboração dos Relatórios de Atividades da Auditoria Interna do exercício 2015 e 2016 (até meados de novembro);
- ii. Elaboração dos Planos anuais de atividades de Auditoria Interna para os exercícios 2016 e 2017;
- iii. Elaboração do Relatório sobre a situação das Contas do Tribunal de Justiça perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, exercícios 2015 e 2016;
- iv. Elaboração dos Planos de Capacitação dos servidores lotados na Auditoria Interna para os exercícios 2016 e 2017;
- v. Análise e certificação das Prestações de Contas de 2014 e 2015 do TJCE;
- vi. Análise e certificação das Prestações de Contas de 2014 e 2015 do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju);
- vii. Análise e certificação das Prestações de Contas de 2014 e 2015 do Fundo Especial Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg);
- viii. Análise e certificação dos Relatórios Quadrimestrais da Gestão Fiscal de 2014, 2015 e 2016;
- ix. Análise e acompanhamento dos procedimentos de suprimento de fundos de 2015 e 2016;



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- x. Monitoramento das recomendações e determinações formuladas em relatórios de auditoria executadas em 2014, 2015 e 2016;
- xi. Participação nas reuniões do Comitê Executivo – Coex;
- xii. Emissão de pareceres nos processos de indenização de férias dos magistrados (Resolução nº 07/2011, do Órgão Especial do TJCE);
- xiii. Apoio aos órgãos de controle externo.

### 8.2 Auditorias Realizadas

As auditorias realizadas durante os anos de 2015 e 2016, em atendimento aos respectivos Planos das atividades de Auditoria, aprovados pela Presidência desta Corte, encontram-se relacionadas a seguir:

#### 8.2.1 Processos Operacionais

- i. Patrimônio Imóveis;
- ii. Fermoju – Recursos Arrecadados da Venda de Selos;
- iii. Despesas Exercício Anterior – DEA Pessoal;
- iv. Equipamentos e Material Permanente;
- v. Locação de Máquinas e Equipamentos;
- vi. Despesas Exercício Anterior – DEA Custeio;
- vii. Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal);
- viii. Folha de Pagamento (Magistrados);
- ix. Energia elétrica;
- x. Obrigações Patronais (INSS);
- xi. Gastos com Estagiários;
- xii. Fermoju – Recursos Diretamente Arrecadados – Fonte 70 (duas auditorias, Relatórios 20/2015 e 02/2016);
- xiii. Gestão Creche, Esmec e Parque Gráfico;
- xiv. Contribuição ao Funaprev/Previd;
- xv. Compensação aos Registradores Cíveis.



### 8.2.2 *Contratos*

- i. Companhia Energética do Ceará – COELCE (CT 025/2012);
- ii. Alberflex Indústria de Móveis Ltda. (CT 018/2014);
- iii. Intersept Ltda. (CT 043/2014);
- iv. Terclima – Técnica Climática Ltda. (ARP 003/2014);
- v. Banco do Brasil S.A (CT 014/2015);
- vi. Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda. (CT 042/2014);
- vii. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CT 005/2015).

### 8.2.3 *Tecnologia da Informação*

- i. Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SAJADM – GRH (Módulos: Recursos Humanos – Cadastro e Frequência);
- ii. Sistema Gestão de Processos Judiciais – 2ª Instância (Módulo de Distribuição);
- iii. Gestão Contratual de Tecnologia da Informação (Contratos da área de TI);
- iv. Sistema de Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas (CADARM);
- v. Sistema de Gestão de Processos Judiciais – 1ª Instância (Módulo de Distribuição);
- vi. Softplan – Planejamento e Sistemas Ltda. (CT 026/2011);
- vii. Lanlink Informática Ltda. (CT 004/2015).

### 8.2.4 *Serviços de Engenharia*

- i. Construção Fórum da Comarca de Itapipoca (CT 035/2014 – C.Menezes Engenharia Ltda.);
- ii. Reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria-Geral da Justiça (CT 040/2014 – Metas Construções e Serviços Eireli – EPP);
- iii. Complementação da reforma do Fórum da Comarca de Horizonte (CT 025/2014 – JT Construção e Consultoria Ltda.);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- iv. Reforma geral com ampliação do prédio do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Aracati (CT 017/2014 – Curva Construtora e Serviços Ltda.);
- v. Complementação da reforma do Auditório Dom Aloísio Lorscheider – Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça (CT 005/2014 – Coinstel Construções e Serviços e Instalações Ltda.).

### 8.2.5 *Extraordinárias*

- i. Cálculo da GAM – Unidade Oficiais de Justiça, lotados na Coman Fortaleza;
- ii. Sistema de Gestão de Processos Judiciais – 2ª Instância (Módulo de Distribuição).

### 8.2.6 *Atividades Sistemáticas*

- i. Suprimento de Fundos: Avaliação da consistência e confiabilidade dos procedimentos; exame da observância das políticas, normas e procedimentos definidos; e emissão de relatório sobre a regularidade da aplicação dos recursos;
- ii. Gestão Fiscal: Acompanhamento do ingresso das receitas e monitoramento da realização das despesas; acompanhamento do cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal; e monitoramento do cumprimento dos prazos de apresentação e publicação;
- iii. Tomada e Prestação de Contas Anual: Análise da conformidade das contas com os dispositivos legais aplicáveis; emissão de Relatório de Auditoria integrante do processo de Prestação de Contas; certificação da Prestação de Contas para apresentação ao Órgão Julgador; e monitoramento do cumprimento dos prazos para apresentação.

## 8.3 **Atividades de Monitoramento**

Dentre as atividades da Auditoria Administrativa de Controle Interno, convém destacar a realização de atividades de acompanhamento das recomendações e determinações insertas nos relatórios de auditoria, inferindo-se êxito no propósito de conscientizar os gestores quanto à necessidade de adoção de controles eficazes em suas áreas de atuação, proporcionando,



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

assim, melhoria dos processos e procedimentos operacionais, administrativos e de gestão, possibilitando, ainda, minimizar riscos na execução das atividades da administração pública.

Nesse sentido, além das atividades realizadas ao longo dos exercícios 2015 e 2016, sofreram controles e monitoramentos as seguintes auditorias remanescentes de 2014.

- i. Relatório 04/2014 – VM Locadora de Veículos Ltda.;
- ii. Relatório 06/2014 – Indenizações e Restituições aos Cartórios de Registros Civis;
- iii. Relatório 10/2014 – CT 46/2009 – Embratec Good Card;
- iv. Relatório 13/2014 – Locação de mão de obra;
- v. Relatório 14/2014 – Fermoju fonte 70 – Exercício 2013;
- vi. Relatório 16/2014 – Material de consumo;
- vii. Relatório 18/2014 – Manutenção, conservação e guarda de documentos;
- viii. Relatório 19/2014 – CT 26/2010 – Empresa Brasileira de Correios;
- ix. Relatório 21/2014 – CT 42/2013 – Gelar Refrigeração;
- x. Relatório 22/2014 – Auxílio-alimentação;
- xi. Relatório 23/2014 – Portal da transparência do TJCE;
- xii. Relatório 02/2015 – Companhia Energética do Ceará (Coelce);
- xiii. Relatório 04/2015 – Equipamentos e Material permanente.

### 8.4 Sistema Informatizado de Auditoria (Sisaud)

As atividades de auditoria compreendem o planejamento, a execução, a supervisão e a emissão de relatórios, além do acompanhamento das recomendações e determinações efetivadas nas auditorias realizadas.

Para tanto, faz-se necessário prover à Unidade de Controle Interno de uma solução de tecnologia que automatize tais atividades de avaliação e controle do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tornando-as mais céleres e eficientes. A implantação desse sistema encontra-se prevista no Plano Estratégico 2015-2020 do TJCE.

Diante dessa necessidade, a Audin, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, iniciou desenvolvimento do Sistema de Auditoria, solução que proporcionará, principalmente, a automatização e integração dos procedimentos e sistemas; a racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho; a garantia da infraestrutura adequada para a



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

excelência na gestão; economicidade e eficiência na utilização dos recursos; e maior transparência e intercâmbio de conhecimento entre os membros da equipe.

No início do ano de 2016, após novas adequações apresentadas pela Setin, optou-se por uma solução de tecnologia híbrida, promovendo a automação dos processos das atividades de auditoria, realizadas por um *software* que receberá a modelagem dos processos desta unidade de Auditoria e garantirá sua execução com apoio de algumas funcionalidades desenvolvidas pelo Sistema Sisaud. No início de 2017, ambos encontram-se em fase de homologação.

### 8.5 Relatórios de Auditoria Interna

A Secretaria de Administração foi objeto de procedimentos de auditoria realizados pela Auditoria Administrativa de Controle Interno desta Corte de Justiça. Os Procedimentos de auditoria resultaram nos Relatórios de Auditoria nº 04/2015 e nº 18/2015, referentes à Gestão Patrimonial e a Bens Imóveis, respectivamente, e nos Relatórios de Auditoria nº 13/2016 e nº 15/2016, referentes aos serviços do Departamento Editorial e Gráfico e ao Serviço de Malote (Correios). Cumpre observar que esses relatórios foram respondidos, todos os esclarecimentos e ações possíveis foram tomados, e alguns estão em fase de implementação.

### 8.6 Inventário Patrimonial

Ademais, no exercício de 2015, foi realizado o inventário patrimonial dos bens permanentes localizados no prédio do Tribunal de Justiça. O inventário consistiu na verificação, catalogação da situação e atualização da localização de todos os bens permanentes de propriedade deste Tribunal. Para tanto, foi realizado levantamento *in loco* em todos os setores do Palácio da Justiça.

Em 2016, ocorreram inventários parciais nas seguintes unidades do TJCE: Secretaria da 2ª Câmara Cível; Serviço de Operação da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin); depósito da Divisão de Patrimônio e Gabinete do Desembargador Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos. Também foram inventariadas as seguintes comarcas: Icó, Itaiçaba, Itapipoca, Itapiúna e Jaguaruana.



### **8.7 Incorporação de bens permanentes**

Entre 1º de janeiro de 2015 e 30 de setembro de 2016, o Tribunal de Justiça incorporou ao seu patrimônio, por meio de compra, doação, contrato e pendência de inventário, um total de 9.018 bens permanentes.

Em 2015 foi incorporado ao acervo de bens do Poder Judiciário cearense, um montante de 2.726 bens de informática (monitores, CPUs, *nobreaks* e *scanners*) oriundos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Bem como a incorporação de 30 bens do Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico do Governo do Estado do Ceará – CGDT, por meio do contrato de gestão 01/2012 celebrado entre o TJCE e a referida entidade.

Em 2016, houve a doação de seis microcomputadores completos oriundos da Faculdade Leão Sampaio (Fiúsa Educacional) para o Cejusc da comarca de Juazeiro do Norte. Houve ainda a doação de 2.109 materiais de informática por parte do CNJ. Por fim, a empresa Kentish efetuou a doação de 970 móveis (cadeira interlocutor fixa sem braço).

## **9. COMUNICAÇÃO**

### **9.1 Notícias e Canais de Divulgação**

O site, a intranet, o Facebook, o Twitter, o boletim eletrônico e o boletim de rádio são os principais meios utilizados diariamente pela Assessoria de Comunicação Social para divulgar as notícias da Justiça estadual. Além desses canais, a unidade produz o programa de TV “Judiciário em Evidência”, o Judiciário em Revista e o Jornal do Judiciário. Também criou, em 2015, a “Rádio Corredor”, com informes sobre os principais assuntos do dia.

Para a produção de notícias, a Assessoria conta com as agendas diárias das atividades dos desembargadores e gestores do Poder Judiciário e tem como fontes de informação o Diário da Justiça, cobertura das sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras de Direito Público e Privado, parceiros e especialistas.

A Assessoria de Comunicação Social produziu 4.280 matérias para a página da Internet e Intranet do Tribunal no biênio 2015-2016, as quais 2.300 foram replicadas pela mídia. Ao todo, os meios de comunicação externos publicaram 7.121 matérias citando o Judiciário cearense, sendo



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

80% delas com viés positivo. Isso demonstra o esforço da Assessoria em divulgar ações e eventos que favoreçam a imagem da Justiça estadual.

Houve ainda envio de sugestão de notas e pautas para os principais veículos de comunicação do Estado e para o CNJ, a Rádio Justiça e TV Justiça. A unidade também elaborou 86 programas do “Judiciário em Evidência”. Além disso, produziu campanhas institucionais. A seguir, o relatório mostra a descrição detalhada das atividades.

### 9.2 Redes sociais

O aumento do número de acessos ao Facebook e Twitter foi uma ação intensamente trabalhada nesta gestão. A estratégia consistiu em não apenas replicar matérias produzidas, mas utilizar linguagem própria das redes sociais e elaborar artes lúdicas, educativas e campanhas para interação com público interno e externo. Como resultado, o Facebook e o Twitter totalizaram 19.030 seguidores, o dobro em relação a dezembro de 2014, quando eram 9.501.

### 9.3 Programa de TV

O “Judiciário em Evidência”, produzido pela Assessoria de Comunicação desde 2012, é exibido semanalmente nas emissoras TV Assembleia, TV O Povo e TV Fortaleza. Também é veiculado no site, na intranet do TJCE e no YouTube. Entre o biênio 2015-2016, foram produzidas 270 reportagens e notas e 86 entrevistas, distribuídas em 86 programas. A Assessoria enviou ainda 23 VTs de reportagens para a TV Justiça, emissora nacional do Supremo Tribunal Federal.

### 9.4 Boletins de Notícias

Além de disponibilizar as matérias no site e nas redes sociais do TJCE, a Ascom edita diariamente dois boletins; um, às 16h, direcionado às rádios (Capital e Interior), e outro, no final da tarde, para *mailing* com aproximadamente 1.000 contatos cadastrados, entre veículos de comunicação, jornalistas e autoridades. O *mailing* foi ampliado com objetivo de fortalecer a imagem do Judiciário, sobretudo no Interior do Estado, com a inserção de contatos dos principais *blogs* e portais de notícias das diversas regiões do Ceará. Também passaram a ser públicos-alvo dos



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

nossos produtos de comunicação instituições como Ordem dos Advogados do Brasil; procuradorias Federal, Estadual e Municipal; Defensoria Pública do Estado; secretarias de Estado e parlamentares estaduais e municipais.

A Setin criou sistema para produção e envio dos boletins em formato *newsletter*, com *layout* funcional, facilitando o acesso às principais notícias.

### 9.5 Revista e Jornal

O Judiciário em Revista e o Jornal do Judiciário são canais de comunicação com o público interno e externo. Procuram mostrar as ações empreendidas pela Justiça cearense, para além da questão jurisdicional, valorizando projetos de interesse da sociedade. A revista tem circulação semestral. Já o Jornal do Judiciário é confeccionado mensalmente. O informativo tem o objetivo de divulgar os principais serviços oferecidos pelo Judiciário, em linguagem acessível e dinâmica. As edições ficam disponíveis no portal do TJCE no menu “Imprensa”. Neste biênio, foram elaborados 12 jornais e 4 revistas.

### 9.6 Clipping

A equipe da Assessoria monitora diariamente as notícias publicadas nos jornais Diário do Nordeste, O Povo e O Estado, além de 50 *blogs* e sites. A lista de sites foi ampliada para incluir conteúdos produzidos por jornalistas e blogueiros do Interior do Estado. As matérias clipadas ficam disponíveis em uma plataforma na Intranet, para acesso por parte de magistrados e servidores, que podem utilizar as informações para fins estratégicos.

Já o acompanhamento das notícias veiculadas em TVs e rádios é feito por empresa terceirizada – a Total Clipping de Notícias – contratada em 2015 por meio de pregão.

A Ascom também é responsável por fazer análise quantitativa e qualitativa das matérias produzidas pelo setor. Por meio do *clipping*, a unidade verifica quais *releases* foram aproveitados pela mídia e classifica o conteúdo publicado nos jornais e sites como positivo ou negativo.



### **9.7 Campanhas Institucionais**

Entre as principais ações realizadas no período estão as campanhas de incentivo ao acesso às redes sociais do TJCE. A Assessoria de Comunicação Social, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça do Ceará, realizou campanha com elaboração de informativos sobre os objetivos do Plano Estratégico 2015-2020, para reforçar a importância do documento entre os servidores. Na parte de criação, a Assessoria produziu o *layout* de peças de comunicação visual para os banheiros; projeto gráfico e a diagramação do Jornal do Judiciário e do Judiciário em Revista, além de mais de duas mil peças para o Facebook do Tribunal. Elaborou ainda *layout* da agenda e do calendário a serem entregues no final do ano de 2015 e de 2016. As campanhas institucionais elaboradas pela Assessoria de Comunicação foram as seguintes:

- i. Dia da Mulher (série de matérias e *banner* na intranet);
- ii. Páscoa (*banner* na intranet);
- iii. Dia das Mães (série de matérias e *banner* na intranet);
- iv. Semana da Justiça Pela Paz em Casa (*banner*);
- v. 10 anos Lei Maria da Penha (série de matérias com *banner* e arte para as redes sociais);
- vi. Ouvidoria (cartaz e *banner* intranet);
- vii. Campanha para Facebook (Atenção Eleitores; Doação de Órgãos; Vossa Excelência, o Seu Juiz; entre outras campanhas educativas).

### **9.8 Atendimento à Imprensa**

A Assessoria de Comunicação Social atendeu a cerca de 500 demandas de imprensa no período de 2015-2016 sobre os mais diversos assuntos, como pedidos de entrevistas e solicitação de dados, processos etc. A Ascom também atende às solicitações da imprensa durante eventos promovidos pela Justiça estadual e organiza entrevistas.



### **9.9 Rádio Corredor**

Em 2015, a Assessoria criou a “Rádio Corredor”, que utiliza o sistema de som do Palácio da Justiça para divulgar informes sobre os principais assuntos do dia. Ao todo foram produzidos 356 informes de rádio.

### **9.10 Programa Justiça e Cidadania**

O Programa Justiça e Cidadania tem como objetivo estabelecer um canal de comunicação entre o Judiciário cearense e a sociedade, por meio de iniciativas que divulguem, com transparência, clareza e linguagem acessível, aspectos relativos ao papel, estrutura e funcionamento deste Poder, além de orientar o cidadão sobre seus direitos. O programa, executado pela Assessoria de Cerimonial, contemplou de fevereiro de 2015 a novembro de 2016 um total de 4.885 estudantes.

### **9.11 Implantação do novo Portal do TJCE na internet**

Tendo como objetivo permitir ao cidadão acesso mais fácil e rápido às informações e serviços do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi promovida a reformulação do Portal do TJCE na rede mundial de computadores. Mais interativo, o site acompanha as mudanças na área de comunicação, informação e tecnologia pelas quais passa a sociedade.

Uma das inovações foi a elaboração de um sistema responsivo (ajustável) para várias plataformas de comunicação (tablets, smartphones ou desktops). Ou seja, a ferramenta garante maior interatividade e amplia o acesso aos cidadãos.

O compartilhamento do conteúdo nas redes sociais e o envio de informações via correio eletrônico, diretamente do site, também serão possíveis. Outra novidade será a identificação das notícias por meio do *QRCode*. Um código vai ser gerado automaticamente quando uma publicação for feita e, a partir daí, os internautas poderão utilizar dispositivos móveis para fazer a leitura do *QRCode*, compartilhar notícias por meio de smartphones ou simplesmente optar por ler as matérias em seus dispositivos.

Mais leve e simples, a concepção do novo site favorece a distribuição das informações que estejam em conformidade com os serviços mais buscados e acessados. Também leva em



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

consideração a divisão dos serviços por perfis de usuários, dando mais visibilidade aos serviços oferecidos pela Justiça cearense.

O novo portal foi desenvolvido conjuntamente pelas equipes da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) e Assessoria de Comunicação, no âmbito do Projeto Estratégico de Modernização dos Portais.

### 9.12 Implantação da Rede Colabore

Com o objetivo de desenvolver a cultura de inovação, de compartilhamento de conhecimentos, ideias e boas práticas entre magistrados, servidores e demais colaboradores, foi implantada uma nova ferramenta de trabalho virtual no âmbito da intranet do TJCE, a Rede Colabore.

A medida foi regulamentada por meio da Portaria nº 1.087/2016. A ideia foi aperfeiçoar a comunicação institucional e fomentar o processo de inovação nas atividades administrativas e judiciárias deste Poder.

A Rede Colabore conta com um gerenciador de perfil, onde usuários poderão inserir as informações profissionais para fins de alimentação de um “banco de talentos”. Além disso, possui comunidades que contam com fórum de discussão, blog, gerenciador de documentos e *wiki* (página editável), de forma que grupos de pessoas possam compartilhar diversas formas de conteúdo. Ou seja, a ferramenta vai garantir maior interatividade entre os colaboradores.

A iniciativa fez parte do projeto estratégico “Projeto de Modernização dos Portais” e foi desenvolvido pelas equipes da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) e Assessoria de Comunicação.



## **10. OUTRAS AÇÕES E PROJETOS**

### **10.1 Fórum Clóvis Beviláqua**

#### *10.1.1 Criação das Secretarias Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição da Fazenda Pública, da Família e de Execuções Penais*

A criação de Secretarias Únicas Especializadas está relacionada com a otimização e padronização dos procedimentos judiciais, visando promover maior celeridade, produtividade e efetividade da prestação jurisdicional.

O objetivo desta nova unidade é concentrar os serviços relacionados à execução de despachos, decisões e sentenças, como a produção de mandados, ofícios, cartas, publicações para o Diário da Justiça, entre outros.

Com o modelo unificado, os magistrados contarão com seu gabinete e uma sala de apoio, destinada à sua equipe de assessoria, formada por um diretor, um analista judiciário, outros dois servidores e dois estagiários.

A Lei nº 15.833/15, de 27/07/2015, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Judiciário, criou quatro Secretarias Judiciárias de 1º Grau, sendo uma de vara da Fazenda Pública, que anteriormente funcionava como projeto-piloto, duas de Varas da Família e uma de Vara de Execuções Penais.

- i. Progressos: Criação dos cargos de Supervisor e Coordenador de Secretaria Judiciária de 1º Grau realizada em agosto de 2015; adequação da estrutura física para instalação das Secretarias Judiciárias de 1º Grau realizada em outubro de 2015; adequação dos fluxos de trabalho do SAJ para as Secretarias Judiciárias de 1º Grau e dos gabinetes dos juízes realizada em outubro de 2015; treinamento dos servidores das Secretarias Judiciárias de 1º Grau e dos gabinetes dos juízes realizado em outubro e novembro de 2015; e instalação de equipamentos (computadores, mesas, armários) das Secretarias Judiciárias de 1º Grau realizada em outubro e novembro de 2015; e implantação do Módulo da Coman Digital para as unidades contempladas pelas Secretarias Judiciárias.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- ii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Secretarias de Vara da Fazenda Pública, da Família e de Execuções Penais, Departamento de informática, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, e Departamento de Administração.

### *10.1.2 Criação da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia de Fortaleza*

Por meio da Resolução nº 14/2015 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça foi instituída, no Fórum Clóvis Beviláqua, a Vara Única Privativa de Audiências de Custódia de Fortaleza, visando atender a uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que objetiva apresentar presos em flagrante a um juiz, no menor tempo possível. Contando com quatro juízes divididos em quatro salas, a Vara realiza uma média de 40 audiências por dia, que acontecem no período da tarde, sendo que, em 3 meses de funcionamento, 1.360 audiências de custódia já haviam sido realizadas.

### *10.1.3 Implantação das Salas de Audiência das Varas Cíveis*

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua instalou as novas salas de audiência das Varas Cíveis de Fortaleza. Ao todo, serão instaladas 19 salas de audiências para atender às 39 Varas Cíveis da Capital. Inicialmente, foram implementadas dez salas que serão compartilhadas entre 20 unidades (10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup>, 17<sup>a</sup>, 18<sup>a</sup>, 19<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup>, 24<sup>a</sup>, 26<sup>a</sup>, 27<sup>a</sup>, 30<sup>a</sup>, 31<sup>a</sup>, 32<sup>a</sup>, 33<sup>a</sup>, 34<sup>a</sup>, 35<sup>a</sup>, 36<sup>a</sup>, 37<sup>a</sup>, 38<sup>a</sup> e 39<sup>a</sup>). As demais varas só serão contempladas quando estiverem com a digitalização dos processos finalizada.

Pelo modelo anterior as audiências eram realizadas nas Secretarias das unidades judiciárias. A mudança de local traz maior privacidade às partes, pois os magistrados poderão trabalhar com mais tranquilidade, e desafoga as Secretarias das varas, que agora ficarão restritas apenas à produção jurídica.

### *10.1.4 Controle de Acesso de Pessoas às Varas Criminais*

A Diretoria do Fórum adotou controle de acesso às Varas Criminais para vítimas e testemunhas de acusação que precisam comparecer ao Fórum Clóvis Beviláqua para participar de



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

audiências criminais. Dessa forma, os jurisdicionados citados terão um espaço reservado, onde aguardarão até serem chamados a prestar depoimentos.

A medida visa evitar que tenham contato com réus e testemunhas de defesa, de modo a prevenir a ocorrência de qualquer tipo de intimidação ou ameaça, bem como preservar a segurança de todos que frequentam e trabalham no prédio.

### *10.1.5 Projeto Judiciário e Família, uma Parceria pela Paz*

Durante a realização das Oficinas de Família – projeto criado pelo CNJ e desenvolvido pelo Cejusc/FCB desde 2014 - surgiu a ideia de desenvolver um projeto específico para os casais envolvidos em violência doméstica.

Em um primeiro momento, no desenvolvimento dos trabalhos da Oficina do Divórcio, ou de Família, como se prefere nominar, alguns casais envolvidos em situação de violência doméstica passaram pelas oficinas em razão da existência de disputas também nas Varas de Família.

A experiência com essas famílias permitiu constatar que o formato da oficina, preventivo e educativo, era aplicável, com alguns ajustes, às famílias envolvidas na violência. Posteriormente, em fase experimental, alguns casais foram encaminhados pelo Juizado da Violência Doméstica para as oficinas. Com isso, nasceu o projeto “Família e Justiça, uma parceria pela paz”, voltado exclusivamente para as famílias inseridas no contexto da violência doméstica. O projeto foi desenvolvido e encontra-se na fase de implementação, procurando-se por parcerias.

### *10.1.6 Reforma para adequação do acesso à Seção de Certidões*

A Seção de Certidões, vinculada ao Departamento de Atividades Judiciárias, passou por uma reforma estrutural, com a alteração da porta de acesso ao público, o que permitiu a readequação do fluxo de usuários do setor.

Atualmente o usuário que se dirige à Seção de Certidões não necessita mais realizar o seu cadastro para entrar no Fórum, pois o acesso à sala é independente, o que levou a uma redução de cerca de 400 pessoas por dia para realizar o cadastro de acesso e a redução do tempo de espera para solicitar uma certidão.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

### 10.1.7 Central Integrada de Apoio à Área Criminal - CIAAC

A Central Integrada de Apoio à Área Criminal - CIAAC presta um serviço disponibilizado pelo Fórum Clóvis Beviláqua, cujo objetivo é dar celeridade às comunicações dos atos processuais ao indiciado, réu ou apenado preso, e os cumprimentos de alvarás de soltura, regulamentada pela Portaria nº 58/2013, publicada em 28 de janeiro de 2013 no Diário da Justiça do TJCE. A partir da Reestruturação Administrativa do Poder Judiciário do Ceará, ocorrida em agosto de 2015, foi formalizada a estrutura administrativa da Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal, que passou a possuir um coordenador para fiscalizar e auxiliar nas atividades realizadas pela equipe do Tribunal de Justiça e demais colaboradores da unidade, equipe CIAAC/SSPDS e equipe CIACC/Sejus.

A CIAAC realiza e elabora atividades internas a fim de assegurar o controle e a eficiência das atividades prestadas pela equipe; motivar, incentivar e promover uma qualidade de trabalho favorável para os colaboradores lotados neste setor, considerando que mensalmente são trabalhados aproximadamente 800 ofícios requisitórios, 120 alvarás de soltura e mais de 400 autos de prisão em flagrante referentes às audiências de custódia.

### 10.1.8 Projeto “Semana da Justiça Pela Paz em Casa”

- i. Objetivo: Promover a responsabilidade social a partir da execução de atividades multidisciplinares, preventivas e culturais, como complemento à prestação jurisdicional às mulheres vítimas de violência, durante as “I e II Semanas da Justiça pela Paz em Casa”. As respectivas ações foram coordenadas pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, com o apoio da Secap.
- ii. Entregas previstas: Foram realizadas durante as duas edições do Projeto, nos meses de março e agosto de 2015, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, atividades como oficinas de geração de renda, palestras de conscientização sobre a saúde física e mental, orientação nutricional, vacinas, aplicação de flúor, dentre outras.
- iii. Unidades envolvidas: Assessoria de Cerimonial do TJCE, Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, e Setor



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Médico do Fórum.

- iv. Parceria externa: Faece/Fafor; Posto de Saúde Matos Dourado; Associação dos Cabeleireiros do Estado do Ceará; Associação Mãos que Criam; e profissionais autônomos (artesãs).
- v. Progressos: Até a 2ª edição do projeto, foram beneficiadas em média 400 pessoas.

### 10.1.9 Projeto “I Semana Estadual do Júri”

- i. Objetivo: Transmitir aos jovens estudantes conhecimentos relevantes sobre a violência, suas causas e conseqüências, sensibilizando-os para a formação de cidadãos mais conscientes de seus deveres em prol da paz social, além da promoção da práxis educacional, como método de garantir maior aprendizado dos alunos graduandos em curso de Direito das faculdades de Fortaleza. O Projeto foi coordenado pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, com o apoio da Secap, durante o período de 14 a 18 de setembro de 2015.
- ii. Progressos: Foram realizadas ações como palestras em escolas públicas estaduais de Fortaleza sobre temas do cotidiano da sociedade vinculados à Justiça; orientação jurídica às partes processuais que comparecerem ao Fórum durante o evento e participação como ouvintes de estudantes universitários nas sessões de julgamento. A 1ª edição do projeto beneficiou 686 estudantes.
- iii. Unidades envolvidas: Assessoria de Comunicação do Fórum, e Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais.
- iv. Parceria externa: Secretaria de Educação do Estado do Ceará e Instituições de Ensino Superior de Fortaleza.

### 10.1.10 Projeto “O Fórum Mais Próximo da Sociedade”

Por estar sendo executado desde 2007, o projeto tornou-se referência, sendo incluído na iniciativa “Conhecendo o Judiciário e sua História”, do Programa Justiça e Cidadania, instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 05/2011,



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

publicada no DJ de 2 de setembro de 2011.

- i. Objetivo: Despertar a comunidade estudantil (alunos de graduação e alunos de nível médio de escolas públicas e particulares de Fortaleza) para a conscientização da função social do Poder Judiciário, por meio do conhecimento da estrutura e funcionamento da Justiça cearense.
- ii. Progressos: Projeto contínuo, realizado desde 26 de abril de 2007, com ciclos semestrais de visitas. Foram recebidos 4.442 estudantes durante o biênio 2015-2016.
- iii. Unidades envolvidas: Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE, Assessoria de Cerimonial do TJCE, Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, Seção de Capacitação e Secretarias de Vara do Fórum.
- iv. Parceria externa: Secretaria de Educação do Estado do Ceará, por meio da Sefor, para realização de calendário anual de visitas de escolas públicas, tanto profissionalizantes quanto de ensino médio.
- v. Fase atual: Planejamento de novas ações a serem executadas a partir de 2017, buscando beneficiar principalmente os alunos de escolas públicas estaduais.

### 10.1.11 Projeto Gestão Limpeza

O Projeto Gestão Limpeza foi iniciado em março de 2015 com a pesquisa de avaliação para obter a percepção dos servidores em relação à limpeza e direcionar caminhos a serem traçados com os funcionários da limpeza, juntamente com o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais.

A primeira pesquisa de avaliação do serviço de limpeza do Fórum teve a participação de 100 gestores de unidades judiciárias e administrativas, que avaliaram 10 aspectos relativos a esse serviço, por meio de um formulário eletrônico disponibilizado na intranet do Fórum. Foi apurada na pesquisa uma avaliação negativa de 66% em relação ao grau de satisfação geral com o serviço de limpeza.

Em março de 2016, foi realizada uma nova pesquisa de avaliação do serviço de limpeza do fórum que teve a participação de 109 servidores de unidades judiciárias e administrativas, que avaliaram 10 aspectos relativos ao serviço de limpeza, por meio de um formulário eletrônico



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

disponibilizado na intranet do fórum e também enviado, via *e-mail*, para todos os servidores lotados no Fórum. Foi apurado na pesquisa uma avaliação positiva de 63% em relação ao grau de satisfação geral com o serviço de limpeza. A partir da pesquisa, foi possível coletar sugestões, elogios e críticas, que subsidiaram a criação de um plano de ação para o tratamento das oportunidades de melhorias. As unidades envolvidas com este projeto são o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, e a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

A seguir apresentamos o Plano de Ação do Projeto Gestão Limpeza para o ano de 2016:

Quadro 7 – Ações executadas pela Diretoria do Fórum no âmbito do Projeto Gestão Limpeza

Projeto Gestão Limpeza – Ações executadas
Sensibilização e Prevenção → Pesquisa de avaliação, análise do consumo de material, sensibilização dos supervisores e auxiliares, instituição de reuniões periódicas com os supervisores
Despoluição Visual → Regularização das placas de orientação, política de divulgação das informações e placas de proibido fumar
Acesso e Acessibilidade → Reparo do elevador central
Manutenção e Limpeza → Substituição das lixeiras quebradas, programa de desligamento das luzes internas do prédio, redistribuição dos auxiliares de limpeza, mutirão de limpeza do Fórum
Também foram realizadas ações contínuas e pontuais realizadas pela equipe do projeto, juntamente com a Diretoria do Fórum:
Troca do fornecedor do material de limpeza, resultando em melhoria na qualidade dos produtos
Fornecimento de novos uniformes e equipamentos de proteção individual (botas, luvas e máscaras) a todos os auxiliares de serviços gerais
Maior agilidade da substituição de auxiliares de serviços gerais que tenham faltado ao trabalho
Capacitação de profissionais para realizar a limpeza das vidraças externas, conforme as normas do Ministério do Trabalho, garantindo a segurança dos auxiliares
Mutirões de limpeza, realizados nas salas de audiências das Varas Cíveis e no Setor de Arquivo do Fórum
Retirada dos cartazes fixados nos corredores sem autorização
Troca de lixeiras quebradas
Envio de ofício circular, reforçando a proibição de fumar nas dependências do prédio, em cumprimento ao art. 2º da Lei Federal nº 9.294/96 (alterada pela Lei Federal nº 12.546/2011)
Intensificação da limpeza nas áreas externas, incluindo vidraças das fachadas, jardins, pátios e estacionamentos
Realizado treinamento com os auxiliares e a higienização de todos os aparelhos de geláguia do prédio, no total de 250 bebedouros
Higienização nos salões do Júri e Auditórios

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



*10.1.12 Projeto “Oficina Pais e Filhos”*

A Oficina Pais e Filhos é um projeto desenvolvido pelo CNJ, com base em estudos, práticas e projetos educacionais, que tem por finalidade auxiliar e sensibilizar, de forma preventiva e educativa, os pais no enfrentamento da ruptura familiar, por meio de recursos didáticos que os levam a compreender o momento por que estão passando, e de técnicas capazes de auxiliar a resolução autônoma de seus conflitos e orientar sobre os efeitos negativos de uma abordagem destrutiva com seus filhos.

As Oficinas de Pais e Filhos resultaram da parceria entre o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec), com o apoio e colaboração do Núcleo de Apoio à Jurisdição (NAJ).

A Oficina foi projetada para acontecer em um único encontro, com duração de quatro horas, contendo apresentação de vídeos, período para questionamentos, discussões, práticas das habilidades desenvolvidas e atividades lúdicas apropriadas para crianças e adolescentes. São disponibilizadas quatro salas para os dias dos eventos, sendo duas para os pais, uma para as crianças e uma para os adolescentes.

Na Oficina de pais, os casais permanecem em salas separadas, a fim de evitar quaisquer conflitos, bem como para que a presença de um não iniba a participação do outro. Entretanto, as salas são propositadamente mistas, no intuito de criar oportunidade para que os homens ouçam o ponto de vista das mulheres e vice-versa. Na Oficina de filhos, há uma sala para crianças de 6 a 11 anos e uma para adolescentes de 12 a 17 anos.

A Oficina é idealizada pela psicóloga do Cejusc e realizada por uma equipe de dez voluntários, composta por psicólogos, pedagogos e mediadores capacitados em curso de formação de facilitadores, com carga horária de 21 horas.

Até o mês de dezembro de 2016, foram realizadas 19 edições do projeto, totalizando 466 adultos, 208 crianças e 112 adolescentes contemplados com a nova metodologia de trabalho dos conflitos familiares.



*10.1.13 Projeto “Os Desafios da Parentalidade”*

O projeto tem como objetivo o fortalecimento do diálogo por meio da interação entre os participantes. O grupo é formado por pais que se defrontam com o momento de ruptura familiar e enfrentam questões semelhantes. Assim, procura-se oferecer às partes um espaço seguro e terapêutico para expor suas angústias, dúvidas e possíveis soluções, assegurado o sigilo de tudo aquilo que for compartilhado.

Durante as oficinas, são disponibilizados formulários de solicitação de agendamento de aconselhamento psicológico, que consiste em uma técnica orientada para a ação, com foco no presente, de curta duração, centrada na prevenção e na resolução do problema do sujeito e processo de tomada de decisões, confronto com crises pessoais, melhoria das relações interpessoais, promoção de autoconhecimento e da autonomia pessoal e, ainda, nos sentimentos, pensamentos, percepções e na facilitação da transformação comportamental.

*10.1.14 Projeto Geladoteca*

Ao Cejusc incumbe, além da prática e incentivo à autocomposição dos conflitos, proporcionar ações de exercício da cidadania. Ciente do seu papel institucional, da hostilidade e do desconforto da espera pelas sessões de mediação e conciliação, sobretudo em razão da falta de humanização no atendimento e de climatização do Fórum, o Centro Judiciário, no intuito de propiciar um ambiente mais harmonioso aos jurisdicionados e de estimular o hábito da leitura como ferramenta do pensamento crítico, base para o exercício da cidadania, implantou o Projeto Geladoteca.

Referido projeto consiste na transformação de geladeiras obsoletas em bibliotecas, disponibilizadas na frente das salas de audiência, as quais contêm, em seu interior, material literário para todas as faixas etárias.

Para o desenvolvimento do projeto, o Cejusc recebeu duas geladeiras doadas pelo Departamento de Patrimônio do Tribunal de Justiça, que foram reformadas e pintadas pelos funcionários do Cejusc/FCB.



## 10.2 Gestão de Precatórios

As ações empreendidas pela Assessoria de Precatórios no tocante à gestão administrativa foram:

- i. Adequação da estrutura física desta Assessoria, passando a figurar com novo *layout* estabelecido por projeto apresentado e executado pela Secretaria de Administração (Secad);
- ii. Projeto de capacitação interna, com o envolvimento de toda a equipe de trabalho, por meio de ciclo de palestras e debates, compreendendo o compartilhamento de matéria de interesse desta Assessoria;
- iii. Implementação, no Sistema de Automação do Judiciário – SAJSG, de novos fluxos de trabalho, propiciando maior dinamismo e eficiência na tramitação dos feitos;
- iv. Promoção de melhorias no sistema SAPRE, em parceria com a Setin, objetivando agilizar o cadastramento e envio de novos requerimentos pelos juízos da execução;
- v. Compartilhamento do modelo de gestão atualmente adotado por esta Assessoria com os Tribunais de Justiça do Estado de Sergipe, do Rio Grande do Norte e de Roraima, por meio de visitas técnicas a este Tribunal de Justiça, promovendo integração e troca de experiências entre as diversas Cortes do país;
- vi. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sediou, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2015, a 1ª Reunião da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, quando feita sua instalação, 1ª reunião de trabalho e eleição dos dirigentes para o biênio 2015-2016, ocasião em que foi aclamado como Secretário Geral o Magistrado Francisco Eduardo Fontenele Batista, Juiz Supervisor da Assessoria de Precatórios.

## 10.3 Secretaria de Administração

Durante o biênio que compreende os anos de 2015 e 2016, a Secad empreendeu ações que resultaram em inovação, melhoria nos procedimentos, redução de custos, enfim no alcance dos objetivos organizacionais deste Tribunal. Dentre as atividades desenvolvidas no período em questão, destacam-se:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- i. Aquisição de mobiliário para equipar 26 Cejuscs do Interior do Estado;
- ii. Melhoria dos procedimentos do leilão, por meio da elaboração do Termo de Referência para Cadastramento de Leiloeiros, culminando com o Leilão Público nº 01/2016;
- iii. Concepção do Manual de Gestão de Materiais, compreendendo, além da descrição detalhada dos procedimentos, a parte normativa pertinente. A versão 1.0 do manual foi disponibilizada em setembro de 2016;
- iv. Adesão, no ano de 2015, ao programa ECOELCE. Essa iniciativa inovadora permite ao TJCE a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia elétrica;
- v. Redução do custo dos contratos de locação de veículos do TJCE de 38,4%. Outras iniciativas foram adotadas, como a adoção de cartões eletrônicos para melhor controle dos abastecimentos dos veículos;
- vi. Readequação dos perfis de consumo de materiais dos setores do TJCE, do Fórum Clóvis Beviláqua e das comarcas do Interior do Estado. Esse trabalho teve como resultado em 2016 uma redução nos gastos em 19,57% em comparação com o ano anterior;
- vii. Redução do custo do contrato de impressão de 67,5%, passando de R\$ 412.356,00 por ano, para R\$ 134.160,00.

### 10.3.1 Gestão de materiais

No intuito de proporcionar maior padronização das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Administração, foram mapeadas e manualizadas todas as atividades relacionadas à gestão de materiais no âmbito do TJCE, dando origem ao Manual de Gestão de Materiais, que regulamenta os procedimentos e padroniza as atividades dos setores de Almoxarifado e Patrimônio. O referido instrumento irá orientar e disciplinar a Política de Gestão dos Materiais de Consumo e Permanentes no âmbito do TJCE.



### *10.3.2 Desfazimento de bens permanentes*

Durante o biênio 2015-2016, houve a desincorporação de 1.116 itens do acervo patrimonial do TJCE. Destaque-se que, no ano de 2015, aconteceu a doação de bens inservíveis à Secretaria Estadual de Justiça - Sejus e em 2016 aconteceu a baixa de 152 bens de informática em período de garantia, os quais apresentaram defeitos e foram substituídos por novos bens com valor e qualidade igual ou superior.

### *10.3.3 Orientação aos condutores*

Primando pela capacitação constante, assim como para contribuição de um trânsito mais seguro, foi organizada palestra, em 22 de outubro de 2015, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, cuja temática foi desenvolvida pela servidora do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Ângela Maria, que falou sobre direção defensiva, acidentes evitáveis e não evitáveis, e multas. Também explicou sobre o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), educação no trânsito é direito de todos e sistema nacional de trânsito, entre outros assuntos. Em 18 de fevereiro de 2016, aconteceu uma segunda palestra com o tema “Violência Urbana x Violência no Trânsito” ministrada pelo agente de trânsito Alexandre de Oliveira Azevedo.

### *10.3.4 Manual de serviços postais*

Tornou-se essencial a elaboração de um manual de procedimentos, com dicas e orientações de utilização dos serviços contratados, substituição dos cartões de postagem de cada unidade e criação de um novo banco de dados para o Sistema de Gerenciamento de Postagem, para uso eficiente dos serviços de postagem no Poder Judiciário e adequado controle por parte do Setor de Malotes, atividades em desenvolvimento nesta unidade.

## **10.4 Implantação de Painel de Informações protocolo/distribuição do TJCE**

Instalação, no *hall* de entrada do Protocolo, de painel eletrônico informativo que apresenta, em tempo real, o quantitativo de processos protocolados e distribuídos, por período



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

diário, semanal e mensal, com o intuito de promover transparência aos trabalhos daqueles setores, além de servir como instrumento de gestão.

### 10.5 Aprimoramento da Consulta jurisprudencial – Base de Julgados

Foi promovida a correção, aprimoramento e capacitação da ferramenta do sistema SAJSG, que permitiu a consolidação e a busca do inteiro teor das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, oferecendo aos assessores, magistrados e operadores do direito informações essenciais à fundamentação das decisões e à instrução processual.

### 10.6 Realização da I Semana de Direito Processual Civil, em colaboração com a Presidência e Vice-Presidência do TJCE

Com o objetivo de capacitar e atualizar os servidores do Tribunal de Justiça e o público em geral, foram proferidas palestras - no período de 2 a 6 de maio de 2016 – abordando temas do novo Código de Processo Civil, contando com a participação de diversos estudiosos e operadores de Direito, a saber: Montovane Colares (Juiz de Direito), Nagibe de Melo Jorge Neto (Juiz Federal), Elizabeth Alecrim Soares Coelho (mestre em Direito Constitucional), Damião Soares Tenório (Procurador do Estado), Emilio Viana (Juiz de Direito), Carlos Marden Cabral Coutinho (Procurador Federal), Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão (Consultor Jurídico do TJCE), Daniel Gomes de Miranda e Pablo Nobre Aragão (Assessor de Desembargador).

### 10.7 Eventos

Seguem tabelas de eventos e ações realizados e/ou acompanhados pela Assessoria de Cerimonial:

Tabela 60 – Eventos de janeiro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
30 de janeiro	16h	Posse dos novos dirigentes do Poder Judiciário cearense	Auditório Tribunal Pleno

Fonte: Assessoria de Cerimonial



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 61 – Eventos de fevereiro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
2 de fevereiro	10h	Transmissão do Cargo de Corregedor	Auditório Corregedoria
3 de fevereiro	14h	Entrega de Certificados do Curso de Mediação	Hall 1º Andar
4 de fevereiro	14h	1ª Reunião para Elaboração do Plano Estratégico em TI 2015-2020	Auditório da Esmec
6 de fevereiro	10h	Posse do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	1º Salão do Júri
11 de fevereiro	17h	Posse do Diretor da Esmec	Auditório da Esmec

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 62 – Eventos de março – 2015

Data	Hora	Evento	Local
4 de março	9h	Visita de Alunos da Escola Municipal Antonio Correia Lima	TJCE
	14h	Visita de Alunos da Escola Estadual Dom Antonio Batista de Fragoso	TJCE
5 a 6 de março	9h30 às 18h	I Encontro Nacional de Ouvidores dos TJs	Aquário TJCE
6 de março	8h	Abertura das comemorações do Dia Internacional da Mulher e a Semana da Justiça pela Paz em Casa com a presença da Ministra Carmen Lúcia	Hall 1º andar
9 de março	9h	Reunião com a Ministra Nancy Andrighi – Corregedora Nacional de Justiça, e Magistrados das Varas de Execução Fiscal TJCE	Aquário TJCE
11 de março	9h	Visita de alunos da Escola Municipal Manoel Rodrigues	TJCE
	14h	Visita de alunos da Escola Municipal Em-Professor José Parsifal Barroso	
12 de março	13h	Visita de alunos da Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa de Redenção-CE	TJCE
13 de março	16h	Encerramento da Semana da Justiça pela Paz em Casa	Juizado da Mulher
18 de março	9h	Visita de alunos da Escola Municipal Em-Professor Martinz de Aguiar	TJCE
	14h	Visita de alunos da Escola Municipal EM -Reitor Pedro Teixeira Barroso	TJCE
26 de março	19h	Lançamento do livro “Vida Introspecta – poemas e devaneios” do Des. Francisco Bezerra Cavalcante	Esmec
27 de março	14h	Palestra sobre o novo CPC com Ministro Bruno Dantas – TCU, Fredie Didier, Min. Napoleão Nunes Maia e Dr. Juvêncio Vasconcelos	Esmec
31 de março	10h	Palestra “Gestão por Resultados e Competências – Resultados”	Auditório Dom Aloisio Lorscheider
	14h30	Palestra de Magistrado na Escola de Ensino Fundamental e Médio - José Bezerra de Menezes	Escola

Fonte: Assessoria de Cerimonial



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 63 – Eventos de abril – 2015

Data	Hora	Evento	Local
1º de abril	11h	Assinatura de convênios do Projeto Aprendizizes da Liberdade e Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social	Sala de Convivência
7 de abril	9h	Reunião de Audiência de Custódia	Pleno Aquário
	9h	Visita de alunos da EEFM Mário Hugo Cidrack	TJCE
	14h	Visita de alunos da EEFM Caic Raimundo Gomes de Carvalho	TJCE
8 de abril	10h	Reunião da Presidente com todos os Desembargadores	Restaurante dos Desembargadores
	16h	Solenidade de Posse da Des. Lisete de Sousa Gadelha – Cejai e Des. Maria Vilauba Fausto Lopes – CIJ	Hall 1º andar
9 de abril	10h	Reunião da Presidente com todos os Magistrados da Capital	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
10 de abril	10h	Reunião da Equipe Técnica do TJCE com todos os Servidores do TJCE	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
11 de abril	8h	Páscoa dos Magistrados	CEU (Av. Alberto Craveiro, 2222 – Dias Macedo)
14 de abril	8h	Visita de Alunos da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	TJCE
	9h	Reunião da Des. Lisete – Cejai com responsáveis por abrigos	Aquário
22 de abril	8h30	Visita de Alunos da EM Colônia Z-8	TJCE
	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício da Des. Iracema Vale	Capela TJCE
	14h30	Visita de alunos da EM Dom Aloísio Lorscheider	TJCE
23 de abril	14h30	Palestra de Magistrado na EM Dom Fragoso	Escola (Av. Francisco Sá, 7945)
24 de abril	14h30	Palestra de Magistrado na EEFM Dr. César Cals	Escola (Av. Dom. Olímpio, 1800)

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 64 – Eventos de maio – 2015

Data	Hora	Evento	Local
8 de maio	10h	Solenidade em homenagem às mães do Poder Judiciário cearense	Hall 1º andar
11 de maio	11h	Palestra do Dr. Vitor Valin pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	11h	Reunião da Cejai - Projeto OLA	Sala de Convivência
12 de maio	12h	Culto em Ação de Graças pelo Dia das Mães	Hall 1º andar
	12h	Missa em Ação de Graças pelo Dia das Mães	Capela Nossa Sra. de Fátima
	15h	Assinatura de convênio com Sejus de ressocialização de apenados	Sala Presidência
14 de maio	10h	Palestra Dra. Clarissa Nobre pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	14h	Palestra pessoal UNICEF pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

19 de maio	15h	Solenidade de lançamento do Selo de Responsabilidade Judiciária	Auditório Bernardo Machado da Costa Dória
20 de maio	Dia Todo	Dia de Valorização do 1º Grau	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
25 a 29 de maio	9h30 às 12h	Curso de Licitação	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
26 de maio	17h	Solenidade de Posse das Juízas de Direito Lígia Andrade de Alencar Magalhães e Lira Ramos de Oliveira como Desembargadoras	Pleno TJCE
29 de maio	10h	Entrega dos Selos Precatórios (Responsabilidade Judiciária)	

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 65 – Eventos de junho – 2015

Data	Hora	Evento	Local
1º de junho	10h	Palestra “Clima e Água”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	15h	Assinatura de convênio com Secretário de Segurança Pública	Sala da Presidência
3 de junho	10h	Assinatura de convênio Justiça Restaurativa com a presença da Vice-Governadora	Sala da Presidência
11 de junho	10h	Apresentação do Coral do TJCE em Homenagem ao Dia dos Namorados	Andar térreo
12 de junho	16h	Posse dos Dirigentes do TRE	TJCE
29 de junho	10h	Apresentação do Coral TJCE e grupo de forró pé de serra de Guaiuba em homenagem às festas juninas	Hall 1º andar

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 66 – Eventos de julho – 2015

Data	Hora	Evento	Local
6 de julho	9h30	Palestra “Desafios da Execução Estratégica”	Auditório Dom Aloísio
10 de julho	9h	1ª Audiência Pública do Poder Judiciário	Memorial Padre Cícero – Juazeiro do Norte
10 de julho	10h30	Reunião sobre Audiência de Custódia	Aquário
14 de julho	19h	Abertura do Curso de Direitos Humanos	Esmec
31 de julho	16h	Solenidade em homenagem aos comandantes do Exército brasileiro	Fórum das Turmas Recursais

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 67 – Eventos de agosto – 2015

Data	Hora	Evento	Local
3 de agosto	10h	Solenidade de Abertura da II Semana da Justiça pela Paz em Casa	Fórum Clóvis Beviláqua
7 de agosto	8h às 18h	I Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
	16h	Encerramento da II Semana da Justiça pela Paz em Casa	Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

8 de agosto	8h às 12h	I Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
	13h às 18h	I Conferência Socioambiental dos Três Poderes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
13 de agosto	13h30	Posse do Juiz de Direito Saulo Belfort Simões	Pleno
21 de agosto	10h	Solenidade de entrega da Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua ao Min. Ricardo Lewandowski	Auditório Pleno
	10h40	Audiência de Custódia com Min. Ricardo Lewandowski	Aquário
	8h às 18h	Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
22 de agosto	8h às 12h	Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
26 de agosto	14h	Palestra “Mediação de Conflitos e o Sistema de Justiça: Novos Rumos” com Professoras Lilian Sales e Alexandra Cartes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
27 de agosto	16h	Posse do Magistrado Heráclito Vieira de Sousa Neto como Desembargador	Pleno TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 68 – Eventos de setembro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
1º de setembro	10h	5ª Reunião de Gestores de Precatórios	Aquário
2 de setembro	12h	Ato Ecumênico em Ação de Graças pelas Debutantes	Hall 1º andar
11 de setembro	20h	Baile de Debutante das crianças acolhidas pelos abrigos assistidos pela CEJAI	Clube dos Magistrados
15 de setembro	10h	Palestra sobre AVC com o Neurocirurgião Flávio Leitão Filho	Dom Aloísio Lorscheider
18 de setembro	14h	Solenidade em Comemoração aos 20 anos da JECC	Esmec
25 de setembro	10h	Visita da Ministra Nancy Andriighi – Corregedora Nacional de Justiça – Evento Governança Fiscal	Centro de Eventos

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 69 – Eventos de outubro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
1º de outubro	12h	Missa em Ação de Graças por Santa Terezinha	Hall 1º andar
13 de outubro	10h	Palestra com Dr. Luis Gonzaga Porto sobre Câncer de Mama	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	15h	Reunião da Sefin com Cartorários da Capital e Região Metropolitana e seus fornecedores de Selo Extrajudicial Digital	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
14 de outubro	10h	Palestra sobre Síndrome do Esgotamento Profissional	Restaurante dos Desembargadores
19 de outubro	9h	Café da manhã com deputados da bancada federal	Restaurante dos Desembargadores
22 de outubro	9h	Palestra sobre Segurança no Trânsito	Restaurante dos Desembargadores
27 de outubro	9h	Palestra sobre Câncer de Mama	Fórum Clóvis Beviláqua
27 de outubro	14	Palestra sobre Assessoria de Corrida	Auditório Aquário



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

28 de outubro	10h	Ato Ecumênico em homenagem ao Dia do Servidor Público	Hall 1º andar
28 de outubro	15h	Solenidade de aposição de fotos na galeria de ex-ouvidores gerais do TJCE	Ouvidoria do TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 70 – Eventos de novembro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
10 de novembro	10h	Solenidade comemorativa aos 20 anos do Coral TJCE	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
23 de novembro	9h	Abertura da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
26 de novembro	19h	Abertura do Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social “Diálogos pela paz: segurança com cidadania”	Esmec
27 de novembro	16h	Encerramento da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 71 – Eventos de dezembro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
3 de dezembro	9h as 12h	Reunião Seplag/Setin	TJCE – Aquário
3 de dezembro	15h	Chá oferecido pela Desa. Gladys	TJCE – Rest. Desembargadores
9 de dezembro	11h	Evento da Desa. Lisete – Entrega de prêmio aos parceiros que contribuíram para a realização do baile de debutantes	TJCE
10 de dezembro	11h	Natal do Poder Judiciário	TJCE
11 de dezembro	9h às 12h	I Fórum de Análise Estratégica	Fórum
11 de dezembro	14h às 17h	Audiência Pública 5ª Zona Judiciária	Fórum
16 e 17 de dezembro	9h às 17h	V Seminário de Auditoria	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 72 – Eventos de fevereiro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
12 de fevereiro	10h	Sessão Pública para escolha das Comarcas pelos 76 novos juízes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
18 de fevereiro	13h	Palestra “Violência Urbana x Violência no Trânsito”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
23 de fevereiro	14h	Palestra sobre “A importância da Justiça sobre o Sistema Democrático Brasileiro”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
25 de fevereiro	9h	Sessão Extraordinária de Posse dos 76 novos juízes de direito	Auditório Pleno
26 de fevereiro	15h	Entrega do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo	Auditório Aquário

Fonte: Assessoria de Cerimonial



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 73 – Eventos de março – 2016

Data	Hora	Evento	Local
3 de março	13h30	Posse de 2 novos Magistrados	Pleno
7 de março	11h30	Abertura da Semana do Dia Internacional da Mulher	Hall 1º andar
8 de março	10h30	Assinatura de convênios com universidades para instalação de Centros Judiciários	Sala de Convivência
8 de março	15h	Entrega dos atos do processo que consubstanciaram a criação da Lei Maria da Penha	Memorial do Poder Judiciário
24 de março	13h	Visita de alunos da Fametro	TJCE
31 de março	13h	Visita de alunos da Escola Profissionalizante de Rendenção	TJCE
31 de março	13h	Posse do Juiz João Paulo Barbosa Lima	Pleno TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 74 – Eventos de abril – 2016

Data	Hora	Evento	Local
5 de abril	10h30	Palestra “Novos valores da Justiça Consensual face ao Novo CPC”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	14h	Palestra “A Institucionalização da Mediação de Conflitos no Brasil: um novo paradigma”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
8 de abril	9h30	Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social do Poder Judiciário	Aquário
14 de abril	13h30	Visita de alunos da Unifor	TJCE
28 de abril	13h	Visita de alunos da Fametro	TJCE
28 de abril	13h30	Posse do Juiz Substituto Rogaciano Bezerra Leite Neto como Juiz Substituto da Comarca de Madalena	Auditório Pleno
29 de abril	13h	Palestra Seplag	Aquário
30 de abril	8h	Páscoa dos Magistrados	CEU

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 75 – Eventos de maio – 2016

Data	Hora	Evento	Local
2 a 4 de maio	Dia todo	Exposição de trabalhos artesanais confeccionados por adolescentes dos Centros Socioeducativos Martin Francisca e ADOC	Hall 1º andar
2 a 6 de maio	14h às 17h	I Semana de Direito Processual Civil	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
5 de maio	12h	Solenidade de Homenagem do Poder Judiciário às Mães	Hall 1º andar
6 de maio	15h	Palestra “Virtude, força e talento da mãe moderna” com o coach Manoel Carvalho	Auditório 2º andar
12 de maio	13h30	Visita de alunos da Fametro	TJCE
18 de maio	18h	Entrega da Medalha Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra	Esmec

Fonte: Assessoria de Cerimonial



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 76 – Eventos de junho – 2016

Data	Hora	Evento	Local
1º de junho	10h	Palestra da Seplag Des. Carlos Alberto Mendes Forte	TJCE
1º de junho	15h	Assinatura de convênio com Secretário de SSPDS	TJCE
3 de junho	8h	Visita de Alunos EM Santa Maria	TJCE
	14h	Visita de Alunos EM Alcides Pinto	TJCE
9 de junho	8h	Visita de Alunos EEFM Gal Murilo Borges	TJCE
	14h	Visita de Alunos EEEP José de Barcelos	TJCE
10 de junho	8h	Visita de Alunos EM Claudio Martins	TJCE
	14h	Visita de Alunos EM Zaira Montenegro	TJCE
12 de junho	16h	Solenidade de Posse dos Dirigentes do TRE	TJCE
16 de junho	14h	Palestra com Magistrado na escola EEM Dep. Paulo Benevides	Escola
24 de junho	8h	Visita de Alunos EM Gal. Cordeiro Neto	TJCE
	14h	Visita de Alunos EM Waldemar Barroso	TJCE
26 de junho	14h	Palestra com Magistrado na Escola EM 11 de Agosto	Escola

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 77 – Eventos de julho – 2016

Data	Hora	Evento	Local
14 de julho	14h	Posse da Des. Maria Edna Martins como Ouvidora do Poder Judiciário	TJCE
22 de julho	14h30	Palestra com Magistrado na escola EEFM Monsenhor Dourado	TJCE
29 de julho	9h	Visita de Alunos EEFM Jenny Gomes	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 78 – Eventos de agosto – 2016

Data	Hora	Evento	Local
3 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
9 de agosto	8h30	Solenidade de Instalação da 3ª Câmara Criminal	TJCE
10 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
12 de agosto	8h30	Reunião do Comitê Estratégico (Desa. Nailde)	TJCE
17 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
24 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
31 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo Messejana	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo Messejana	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 79 – Eventos de setembro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
1º de setembro	9h	Missa em Ação de Graças pelos 30 Anos de Magistratura da Desa. Lisete	TJCE
	14h30	Visita de Alunos da Fametro	TJCE
9 de setembro	14h	Evento do Des. Lincoln – Treinamento sobre inspeção extrajudicial	TJCE
13 de setembro	10h30	Palestra “Gerenciamento de Projetos”	TJCE
14 de setembro	8h	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
16 de setembro	8h30	Cerimônia de Assunção de Magistrados no cargo de Juiz Recursal da Fazenda Pública – Fórum Dolor Barreira	TJCE
21 de setembro	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
23 de setembro	18h30	Evento “Os Direitos Humanos das Mulheres”	Esmec
28 de setembro	10h30	Lançamento da Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais	Esmec
28 de setembro	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 80 – Eventos de outubro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
5 de outubro	8h30	Visita de Alunos	TJCE
	9h	Inauguração do Cejusc	Fórum Clóvis Beviláqua
	13h30	Visita de Alunos	TJCE
7 de outubro	10h	Assinatura de convênio com Universidade Católica de Quixadá para criação de Cejusc	Gab. Des. Gladyson
	14h	Treinamento da Corregedoria com Juizes da Capital e do Interior (Inspeção Extrajudicial)	Auditório Dom Aloísio
11 de outubro	14h	Oficina de tempero naturais “Aprenda como reduzir o sódio em sua dieta” com equipe de nutricionistas do TJCE	Sala 1 Subsolo
19 de outubro	14h	Palestra “Portinari: do cafezal à ONU” com professor João Cândido Portinari	Auditório Dom Aloísio
20 de outubro	14h	Palestra “Autogestão e inteligência emocional no trabalho” com André Naberezny	Auditório Dom Aloísio
21 de outubro	Dia todo	Seminário Cejai e Rede Adotiva	Auditório Dom Aloísio
25 de outubro	9h	Palestra “Gestão de pessoas: a arte de lidar com gente, suas dificuldades e seus fascínios” com Dr. Nelson Nogueira	Auditório Dom Aloísio
26 de outubro	9h	Aula Espetáculo “Como fazer muitas coisas ao mesmo tempo e permanecer sadio e feliz” com Dr. Haroldo Guimarães	Auditório Dom Aloísio
26 de outubro	9h30	Evento comemorativo 12 anos da Ouvidoria TJCE	Aquário
	14h	Palestra: “Metodologias ativas de aprendizagem para nós e nossos filhos: a experiência filandesa em educação” com Igor Paim	Auditório Dom Aloísio
28 de outubro	10h	Palestra “As principais mudanças do novo Código de Processo Civil e	Auditório Dom



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

		seus impactos no Judiciário Estadual” com Dr. Nilsiton Rodrigues	Aloisio
	14h	Roda de Conversa Literária “Contos e causos cearenses: conhecendo a história e as estórias do Ceará moleque” com Prof. Juarez Leitão e encerramento da Semana do Servidor	Auditório Dom Aloisio

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 81 – Eventos de novembro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
08 e 09 de novembro	8h	IX Seminário Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional	Esmec
16 de novembro	8h30	Visita de Alunos	TJCE
	13h30	Visita de Alunos	TJCE
21 de novembro	9h	Abertura da Semana Nacional da Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
30 de novembro	15h	Evento comemorativo aos 20 anos do Juizado Móvel	Esmec

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 82 – Eventos de dezembro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
5 a 8 de dezembro	8h às 17h	Exposição de artesanatos confeccionados pelos adolescentes do Centro Socioeducativo	TJCE – 1º Andar
8 de dezembro	19h	Abertura do V Encontro da Magistratura Cearense	Esmec
9 de dezembro	8h às 18h	V Encontro da Magistratura Cearense	Esmec
10 de dezembro	8h às 12h	V Encontro da Magistratura Cearense	Esmec
14 de dezembro	8h	Reunião Comitê Estratégico Seplag	TJCE
14 de dezembro	15h	Evento Inaugural Videoconferência em Procedimentos Criminais	Fórum
15 de dezembro	16h	Entrega da Medalha do Mérito Judiciário Cearense – Clóvis Beviláqua	TJCE
15 e 16 de dezembro	8h às 18h	Seminário Anual da Auditoria	TJCE - Aquário
16 de dezembro	11h	Natal do Poder Judiciário	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

## 11. VICE-PRESIDÊNCIA

A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará apresenta o relatório consolidado com os resultados alcançados no biênio 2015-2016, sob a gestão do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes. Neste período, emvidou-se incansável esforço com o desiderato de avançar na gestão dos processos físicos e virtuais com visio à melhoria qualitativa e quantitativa da prestação jurisdicional.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Pretende-se, precipuamente, demonstrar de forma simples e objetiva as principais atividades desenvolvidas no biênio antedito, bem como conferir publicidade às ações desempenhadas por esta unidade.

Para tanto, apresentam-se dados estatísticos relativos aos feitos de sua competência, em cuja senda estão inclusos os juízos de admissibilidade dos recursos extremos e seus respectivos incidentes; os feitos relativos à distribuição de urgência de processos; a apreciação de pedidos de providências urgentes face ao afastamento dos relatores no período estipulado no Regimento Interno, dentre os quais se encontram as liminares em *habeas corpus*, agravos de instrumento, mandados de segurança etc.; a análise de pedidos para atribuição de efeitos suspensivos aos recursos extremos pendentes de admissibilidade; além de outras competências, nos termos do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Merece registro o fato de que a Vice-Presidência recebeu novas e importantes atribuições na atual administração do Poder Judiciário cearense com o advento no novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 1º de agosto de 2016.

A seguir, serão deslindados os dados relativos às atividades desenvolvidas pelo Órgão diretivo no período em tela, mediante o levantamento de dados estatísticos e outras informações relevantes.

### 11.1 Estrutura funcional e distribuição de atribuições

Compõe-se a Vice-Presidência de dois juízes auxiliares, dois assessores, um assessor especial, uma chefia e um oficial de gabinete. Ao longo da gestão, a par dos apontados cargos, o Desembargador contou com a lotação de três servidores terceirizados e de dois estagiários na Vice-Presidência. O gabinete do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, composto por cinco servidores, trabalha em conjunto com a Vice-Presidência, a fim de otimizar e celerizar o desempenho das atividades.

Tão logo assumiu o Órgão diretivo, o Vice-Presidente resolveu, mediante a Portaria nº 1, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 6 de fevereiro de 2015, dispor sobre a estruturação e organização do Gabinete da Vice-Presidência, estabelecendo um regime inaugural de trabalho e dando outras providências, dentre as quais a constituição de uma força-tarefa integrada pelos



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

assessores e servidores, dividida em equipes, com intercambiamento de competências, visando à racionalização das atividades judiciais e administrativas de competência originária do setor.

Posteriormente, com o advento do Novo Regimento Interno da Corte de Justiça, houve a publicação da Portaria nº 1, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 11 de agosto de 2016, com fins de adequação às novas previsões regimentais, oportunidade em que foram incluídas competências relativas à regência da distribuição dos processos no Tribunal, à aferição de urgência para a distribuição dos feitos, bem como à análise dos pedidos de desarquivamento e restauração de autos.

Disciplinou-se, em ambas oportunidades, a forma de atendimento aos jurisdicionados e aos procuradores judiciais, como também determinou-se que os processos serão analisados em obediência ao critério da antiguidade da conclusão, excetuando-se os casos que haja determinação pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Conselho Nacional de Justiça de exame urgencial; as ações repetitivas, assim identificadas; os processos que gozam de tramitação preferencial (idosos e portadores de doença grave, regidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), prevista no art. 1.208 do Código de Processo Civil vigente.

### 11.2 Estatística processual

#### 11.2.1 Procedimentos Administrativos

Durante o biênio em pauta, o Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes atuou como relator de um total de 3 procedimentos administrativos no Conselho da Magistratura.

#### 11.2.2 Processos Distribuídos, Redistribuídos e Transferidos

Durante o biênio 2015-2016, nesta Corte de Justiça, foram distribuídos/redistribuídos 135.510 processos, conforme detalhado na tabela abaixo.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 83 – Quantidade de processos distribuídos/redistribuídos

Processos	Quantidade
Distribuídos	81.202
Redistribuídos	54.308
<b>Total</b>	<b>135.510</b>

Fonte: CATI

### 11.2.3 Decisões Proferidas

Durante a atual gestão, foram proferidos 13.127 provimentos jurisdicionais, sendo 6.638 juízos prévios de admissibilidade de recursos constitucionais; 694 decisões diversas (decisões de não conhecimento, prejudicialidade, homologações de transações, desistências, interlocutórias etc.) e, ainda, 5.795 despachos de adoção de providências, redistribuição e mero expediente. Abaixo, segue o detalhamento dos presentes dados:

Tabela 84 – Quantidade de decisões proferidas

Decisões proferidas	Quantidade
Recursos Especiais	4288
Recursos Extraordinários	1.668
Recursos Ordinários	682
Decisões Diversas	694
Despachos de mero expediente	5.795

Fonte: Vice-Presidência

É digno de relevo o fato de a atual gestão ter envidado esforços e logrado êxito em esgotar todo o acervo de processos físicos.

### 11.2.4 Processos com Pedidos de Distribuição de Urgência

Nos termos dos artigos 21, inciso V e 67, ambos do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, passou a ser da competência do Vice-Presidente presidir à distribuição dos processos no Tribunal. Desde a novel alteração, ocorrida em agosto de 2016, foram apreciados 52 pedidos de distribuição de urgência, os quais seguem adiante detalhados:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 85 – Processos com pedidos de distribuição de urgência

Mês	Quantidade
Agosto	8
Setembro	9
Outubro	8
Novembro	13
Dezembro	14

Fonte: Vice-Presidência

### 11.2.5 Processos com Pedidos de Providências Urgentes

Consoante o previsto nos parágrafos §§6º, 7º, 8º e 9º do art. 74 do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, compete ao Vice-Presidente apreciar o pedido de providência que demande solução urgente quando do afastamento do(a) Desembargador(a) Relator(a) por período igual ou superior a 3 dias.

Em atendimento a essa previsão, foram apreciados 357 pedidos de providências urgentes em *Habeas Corpus*, 19 em Agravos de Instrumento, 3 em Mandados de Segurança, 1 em Exceção de Suspeição, 1 em Revisão Criminal, 1 em Tutela Antecipada Antecedente e 1 em Dissídio Coletivo de Greve. Analisou-se, ainda, 22 cautelares intentadas no efeito de atribuir efeito suspensivo aos recursos extremos. A seguir, apresenta-se quadro pormenorizado:

Tabela 86 - Processos com pedidos de providências urgentes

Processo	Quantidade
<i>Habeas Corpus</i>	357
Agravo de Instrumento	19
Mandado de Segurança	3
Cautelares	22
Exceção de Suspeição	1
Revisão Criminal	1
Tutela Antecipada Antecedente	1
Dissídio Coletivo de Greve	1

Fonte: Vice-Presidência

No que concerne ao índice de agilidade na apreciação de medidas de urgência, vale a pena consignar que o prazo de 5 dias úteis vem sendo observado com bastante rigor, atingindo o percentual de 100%.



### **11.3 Interinato**

Durante o biênio 2015/2016, o Desembargador Vice-Presidente assumiu a Presidência da Corte de Justiça durante 153 dias por motivo de viagens oficiais, licenças e férias da Desembargadora Presidente. Presidiu, ainda, 05 Sessões do Tribunal Pleno, 30 Sessões do Órgão Especial e 33 Sessões Ordinárias do Conselho da Magistratura.

### **11.4 Ações e projetos setoriais**

#### *11.4.1 Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Nurer/ Criação do Nugep conforme disposto na Resolução 235, de 13 de julho de 2016 do CNJ*

Em 31 de março de 2015 foi instituído, mediante a Portaria nº 740/2015, o Nurer – Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em consonância com a Resolução nº 160, de 19 de outubro de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – encarregado do gerenciamento do acervo dos recursos decorrentes dos institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

O núcleo era vinculado à Vice-Presidência e composto pelo Secretário Judiciário, um servidor da Vice-Presidência, um servidor das Turmas Recursais dos Juizados Especiais e um servidor do Tribunal de Justiça, todos supervisionados pelo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência (Resolução nº 02/2013 e Portaria nº 2082/2015).

Dentre as funções relacionadas ao Nurer tinha-se a identificação, catalogação e atualização dos recursos representativos de controvérsias, bem como o acompanhamento da tramitação dos recursos paradigmas nos Tribunais Superiores. O núcleo compilava, ainda, os dados referentes aos recursos sobrestados/suspensos nas Turmas e Colégios Recursais, sem prejuízo de outros mecanismos ou atividades que pudessem ser criados para possibilitar o gerenciamento de processos submetidos à sistemática da repercussão geral e recursos repetitivos.

O Nurer tinha por objetivo monitorar e gerenciar processos submetidos à sistemática da repercussão geral ou recurso repetitivo, como forma de obstar o número excessivo de demandas e



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

recursos perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, e contribuir para a uniformização de procedimentos e melhoria da gestão dos Tribunais.

Entretanto, com o advento no novo Código de Processo Civil (art. 979, *caput*, § 1º e 3º, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016, que dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência, determinou a criação do Nugep – Núcleo de Gerenciamentos de Precedentes.

Insta consignar que o Nugep – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes tem como principais atribuições:

- i. uniformizar o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência;
- ii. monitorar os recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de identificar controvérsias e subsidiar a seleção, pelo órgão competente, de dois ou mais recursos representativos da controvérsia;
- iii. alimentar o banco nacional de dados com informações da repercussão geral, dos casos repetitivos e dos incidentes de assunção de competência, com dados atualizados sobre os processos sobrestados no estado ou na região, conforme o caso, bem como nas turmas e colégios recursais e nos juízos de execução fiscal, identificando o acervo a partir do tema;
- iv. controlar os dados referentes aos grupos de representativos, padronizando, organizando e controlando o conjunto de processos encaminhados ao STF e ao STJ, nos termos do § 1º do art. 1.036 do CPC, bem como disponibilizar informações para as áreas técnicas do Tribunal quanto à alteração da situação do grupo, inclusive se admitido como Controvérsia ou Tema;
- v. comunicar imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça, para registro eletrônico, acerca de instauração e julgamento de incidente de julgamento de demandas repetitivas e recursos extraordinários e especiais repetitivos;
- vi. auxiliar os órgãos julgadores na gestão do acervo sobrestado;
- vii. informar a publicação e o trânsito em julgado dos acórdãos dos paradigmas para os fins dos arts. 985; 1.035, § 8º; 1.039; 1.040 e 1.041 do CPC;



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- viii. receber e compilar os dados referentes aos recursos sobrestados nas Turmas e Colégios Recursais e nos Juízos de Execução Fiscal;
- ix. elaborar e divulgar, mensalmente, “Boletim de Precedentes Judiciais”, a ser enviado até o quinto dia útil do mês subsequente às unidades judiciárias;
- x. auxiliar o Coordenador do Nugep no gerenciamento, supervisão e avaliação das atividades programáticas deste núcleo;
- xi. informar ao Nugep do CNJ e manter na página do Tribunal na internet dados atualizados de seus integrantes, tais como nome, telefone e *e-mail*, bem como enviar esses dados, ao STF e ao STJ, sempre que houver alteração em sua composição;
- xii. coordenar as atividades dos departamentos, sistematizando a coleta, o armazenamento e a atualização das bases de informações gerenciais, em consonância com as orientações do Presidente, de forma a propiciar análises, avaliações e relatórios sobre as atividades, metas e indicadores de desempenho do Nugep;
- xiii. informar ao Nugep do CNJ a existência de processos com possibilidade de gestão perante empresas, públicas e privadas, bem como agências reguladoras de serviços públicos, para implementação de práticas autocompositivas, nos termos do artigo 6º, VII, da Resolução CNJ 125/2010;
- xiv. encarregar-se das correspondências remetidas e recebidas, organizando e arquivando os documentos referentes ou destinados ao Nugep;
- xv. secretariar reuniões, incumbindo-se da redação e arquivamento de suas atas;
- xvi. prestar orientação aos órgãos e servidores do Tribunal de Justiça, em matéria ligada à área, no cumprimento de instruções e demais atos normativos institucionais;
- xvii. desempenhar outras atividades afins que lhe forem atribuídas pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou pela Comissão Gestora do Nugep.

### 11.4.2 Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça

A Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça consiste em priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos. No âmbito da Justiça Estadual,



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

consubstancia-se em gerir estrategicamente as ações em massa, com a identificação e o monitoramento do acervo das demandas repetitivas.

Consoante a Portaria nº 1.594/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 8 de setembro de 2016, o Vice-Presidente, Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, foi designado como gestor da Meta 7 do CNJ, estipulada para o Judiciário Nacional em 2016; e da meta relacionada ao Indicador nº 22 “Taxa de Congestionamento em Demandas Repetitivas” do Plano Estratégico 2015-2020.

### *11.4.3 Melhorias e adaptações do sistema SAJ-SG*

Com o advento do novo Código de Processo Civil, restou expressamente consignada a previsão de cabimento de agravo interno em face das decisões monocráticas do Vice-Presidente em determinados casos. O novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará trouxe igualmente previsão disciplinando o assunto.

Nessa conjuntura, solicitou-se, por meio do Memorando nº 18/2016 – VP (CPA nº 8516715-23.2016.8.06.0000), direcionado à Secretaria Judiciária, a criação de fluxo de julgamento colegiado no sistema SAJSG para processos da Vice-Presidência. Dentro desse contexto, foram realizadas reuniões com a Secretaria Judiciária, nas quais foram propostas outras melhorias e adaptações no SAJSG a fim de otimizar o desempenho das atividades rotineiras do gabinete, as quais foram devidamente atendidas pela Secretaria, encontrando-se em fase de adaptação entre os setores responsáveis pelo envio e remessa de processos.



## **12. CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Em atendimento à solicitação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que prevê a apresentação de relatórios da administração e das atividades do Tribunal, e, com o objetivo de dar transparência às ações desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário cearense, o Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, documenta as principais ações, projetos e resultados da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará ao longo de sua gestão no período de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016.

### **12.1 Gestão estratégica**

#### *12.1.1 Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento das Unidades*

O Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por unidade foi instituído a partir da publicação da Portaria nº 2.034, de 11 de setembro de 2015, pela Presidência do TJCE. A Corregedoria, em cumprimento ao disposto no inciso VI do artigo 4º da Lei nº 15.833, de 27 de julho de 2015, onde está previsto que lhe compete monitorar, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Gestão, a taxa de congestionamento de processos judiciais e colaborar para a sua redução, participou da implantação do referido programa, determinando aos magistrados que indicassem servidores e diretores de secretaria para participarem dos treinamentos realizados em cada uma das zonas judiciárias, conjuntamente com a Secretaria de Planejamento, nos indicadores do CNJ, na atualização dos sistemas processuais com base nas Tabelas Processuais Unificadas e nos procedimentos padronizados de baixas processuais, assim como na orientação de atuação do Grupo de Redução do Congestionamento da Comarca de Fortaleza.

#### *12.1.2 Realização do I Mutirão de Baixas Processuais*

Objetivando a redução da taxa de congestionamento do Poder Judiciário do Estado do



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Ceará, foi realizado, no período de 3 a 13 de novembro de 2015, o Mutirão de Baixas Processuais nas unidades judiciárias de 1º Grau. A ação foi coordenada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, com apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), tendo como resultado a realização de 14.147 baixas processuais.

### 12.2 Estatística Processual da Diretoria-Geral e Unidades

Tabela 87 - Portarias

Portarias 2015/2016	Quantidade
Sindicâncias instauradas *	10
Prorrogar prazo conclusão sindicância/PAD	32
Inspeções/correições	17
Reconduzir comissão sindicante	18
Outras	49
<b>Total</b>	<b>126</b>

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 88 – Provimentos

Provimentos 2015/2016	Quantidade
Diversos	21

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 89 - Editais

Editais 2015/2016	Quantidade
Formação de Colegiado do 1º Grau	9
Correições	1

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 90 - Certidões para juízes

Certidões 2015/2016	Interior	Capital	Total
Fins gerais	16	13	29
Promoção/remoção	377	35	412
Permuta	6	2	8
Acesso desembargador	-	38	38
Vitaliciedade	46	-	46
Juiz Corregedor	1	1	2
Total geral	446	89	535

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 91 – Informações

Informações 2015/2016	Quantidade
Em procedimentos administrativos	62

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

### 12.2.1 Estudos Realizados

No ano de 2015, foram elaborados dois relatórios voltados para apresentar os dados estatísticos concernentes à produtividade dos magistrados, convergindo para as hipóteses de respondência, sob os aspectos do tempo em que se deu a respondência e do número de unidades pelas quais o juiz respondeu, a saber: “Análise da produtividade dos magistrados em respondência nas comarcas de entrância inicial nos meses de março a junho de 2015” e “Análise da produtividade dos magistrados em função do número de respondências simultâneas nas comarcas de entrância inicial no período de março a junho de 2015”.

Em 2016, foi desenvolvido estudo sobre a taxa de congestionamento das unidades, com o fito de balizar a elaboração do cronograma das inspeções judiciais a serem realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, dando origem ao relatório “Análise da taxa de congestionamento e tempo de inspeções das unidades judiciárias”.

Ao encontro da Meta 1/2016 do Conselho Nacional de Justiça, realizou-se análise comparativa do número de processos distribuídos/entrados em relação ao de processos arquivados nas unidades com acervo integralmente digital, o que consubstanciou o relatório “Análise do quantitativo de processos arquivados em relação aos processos entrados nas unidades judiciárias virtualizadas na comarca de Fortaleza”.

Considerando os casos em que o magistrado não apresenta nos relatórios estatísticos nenhum despacho, sentença, decisão interlocutória, acordo ou audiência no período de referência, foi concebido o relatório “Análise da prestação jurisdicional zerada dos magistrados de 1º grau no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015”.

Por derradeiro, registra-se o relatório “Análise da produtividade nas comarcas de entrância inicial preenchidas com a nomeação dos 76 magistrados ingressos no Poder Judiciário por meio do concurso de 2014” (Edital nº 01/2014 - DJE de 21 de fevereiro de 2014), o qual ainda se encontra em fase de conclusão.



### 12.2.2 Conselho da Comunidade

O Conselho da Comunidade está previsto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, tendo seu funcionamento regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 96, de 27 de outubro de 2009. Consoante os registros disponíveis no sistema informatizado SGEN, o Poder Judiciário estadual possui 90 comarcas com Conselho da Comunidade instalado e em plena atividade.

### 12.2.3 Correição Permanente

No intuito de dar cumprimento ao determinado no art. 56 do Código de Organização Judiciária e na Recomendação nº 12/2013 do CNJ, foi editado o Provimento nº 12/2015/CGJ, no qual restou regulamentado o procedimento de correição judicial anual realizada pelos juízes no âmbito das suas unidades judiciárias, sendo registrado o seguinte quantitativo:

Tabela 92 – Quantidade de inspeções internas realizadas

Entrância	Quantidade de inspeções internas realizadas
Inicial	97 unidades judiciárias
Intermediária	84 unidades judiciárias
Final	193 unidades judiciárias

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

### 12.2.4 Inspeções Realizadas

Considerando as prescrições contidas no art. 59, VI e XIII do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, bem como o disposto nos artigos 14, IV, V, VIII, X, 16, I, 71 a 75 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, foram realizadas no biênio 2015-2016, dados até dezembro/2016, 297 inspeções. Destas, 151 unidades judiciárias foram inspecionadas no ano 2015 e 146 no ano de 2016.

As inspeções judiciais foram realizadas pelos juízes auxiliares, Ricardo Bruno Fontenelle, Rômulo Holanda Veras, Demetrio Saker Neto, Roberta Ponte Marques Maia, Mirian Mota Randal Pompeu e Agenor Studart Neto (exerceu a atividade na CGJ até o dia 29 de janeiro de



2016).

Para a seleção das comarcas a serem inspecionadas no ano de 2015 foi utilizado o critério temporal, onde eram inspecionadas as unidades com mais tempo desde a última inspeção. Já para a definição das inspeções do ano de 2016, foi desenvolvido relatório, no qual foi apresentada uma relação de comarcas para inspeção, após a análise em conjunto do critério temporal e do Estudo Técnico nº 03/2015 realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag/TJCE, que contemplou o diagnóstico do congestionamento das unidades judiciárias.

### **12.3 Produtividade e Atividades da Auditoria**

#### *12.3.1 Inspeções Extrajudiciais*

A Auditoria da CGJ realizou 338 inspeções, nas serventias extrajudiciais da Capital e do Interior do Ceará, correspondendo na cobertura de 49,71% dos 680 cartórios ativos. Nesse trabalho, verificou-se, dentre outras atribuições, a regularidade do repasse das custas extrajudiciais do Fermoju pelos delegatários ao TJCE e a conformidade dos procedimentos adotados na prestação do serviço notarial e de registro; bem como a regularidade da atividade e o cumprimento das obrigações legais. Sempre orientando e conduzindo o responsável às medidas corretivas necessárias.

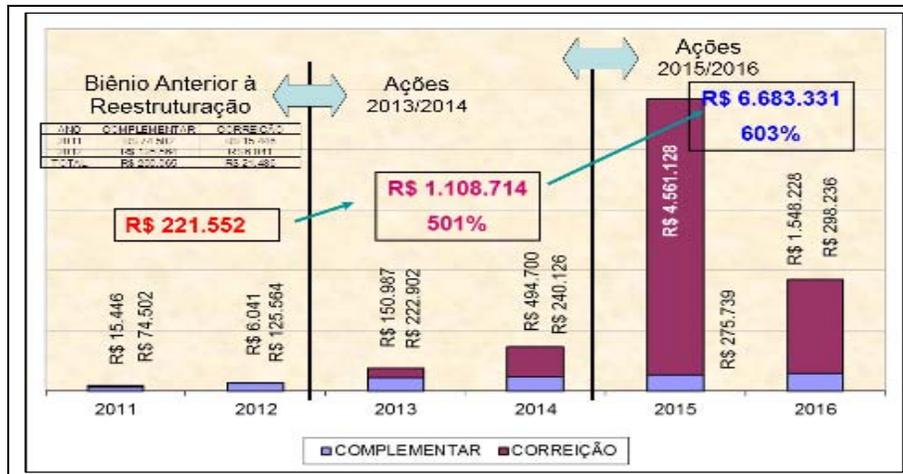
#### *12.3.2 Retorno para o TJCE das Verbas do Fermoju*

Em decorrência das ações implantadas pela Auditoria da Corregedoria no processo de fiscalização dos cartórios, em especial às verbas relativas a atos praticados sem o devido repasse das custas do Fermoju, foi detectado como devido ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a importância de R\$ 4.836.866,60 em 2015 e R\$ 1.846.464,30 em 2016, até o 8º ciclo. Saliente-se que falta consolidar os valores identificados nas serventias inspecionadas no 9º ciclo de 2016, conforme evolução demonstrada no gráfico a seguir nos três últimos biênios:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Figura 11 - Retorno para o TJCE das Verbas do Fermoju



Fonte: Sistema Sisguia *On-line*

Informação: Complementar - Recolhimento relativo aos atos não informados que necessitam de selos. Correição - Recolhimento relativo aos atos não informados que não necessitam de selos.

### 12.3.3 Outras Atividades de Rotina Realizadas pela Auditoria da CGJ

Além do planejamento das inspeções extrajudiciais, execução, finalização com a produção de relatórios, o acompanhamento da regularidade das ocorrências verificadas e recomendação de apuração de caráter disciplinar quando ensejado, foram realizadas pela Auditoria da CGJ as seguintes atividades sistemáticas no biênio 2015-2016:

- Assessoramento nos processos administrativos que tramitam na CGJ e outras demandas, referentes ao serviço notarial e de registro, sendo produzidas as seguintes peças e documentos:

Tabela 93 – Peças e documentos

Ano	Informações	Relatórios	Ofícios	Memorandos	Pareceres	Total Geral
2015	661	175	160	45	-	1.041
2016	737	159	181	81	1	1.159

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

- Acompanhamento e controle acerca do cumprimento de obrigações acessórias pelos cartórios, como: prestação de informação sobre aquisições de imóveis rurais por pessoas estrangeiras; prestação de contas dos cartórios sob intervenção;



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

atualização das informações no Sistema Justiça Aberta do CNJ e acompanhamento dos *status* de vacância das serventias, para fins de comunicação da necessidade de realização de concurso público à Presidência do Tribunal de Justiça;

- iii. Atendimento de magistrados, cartorários e cidadãos que procuram à CGJ/CE pessoalmente, por telefone ou por endereço eletrônico da Corregedoria, acerca de dúvidas sobre a prática, o controle e a fiscalização no serviço notarial e de registros.

### 12.4 Modernização e Gestão de Tecnologia da Informação

#### 12.4.1 Implantação do Sistema Eficiência.jus

Por meio da implantação do sistema Eficiência.jus, a Corregedoria pretende mudar o método de acompanhamento da produtividade dos magistrados e das unidades judiciárias.

O sistema é resultado de uma parceria entre a Corregedoria, a Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará (Uece). A ferramenta disponibilizará à CGJ relatórios gerenciais por unidade, por comarca, por competência e por entrância, a partir de gráficos de evolução e tabelas, onde poderão ser extraídos desses documentos subsídios para avaliação de fluxo processual, estoque e produção do juiz e sua unidade.

O sistema Eficiência.jus tem por base a metodologia Análise Envoltória de Dados (DEA), que permite a comparação entre as unidades produtivas que utilizam os mesmos tipos de insumos para a obtenção de bens e serviços, gerando índices de eficiência relativa. Isso facilitará o diagnóstico, por parte da gestão do Judiciário, de onde será preciso implementar melhorias e o que pode ser tomado como modelo para as demais estruturas.

Em agosto de 2016, o Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto apresentou a nova ferramenta no 4º Fórum de Tecnologia da Informação e Comunicação no Judiciário, em Aracaju - Sergipe, juntamente com o diretor do Departamento de Informações Gerenciais da Secretaria de Planejamento do Tribunal de Justiça do Ceará, Sérgio Mendes de Oliveira.

Em outubro de 2016, foi iniciada a implantação do referido sistema, que atualmente encontra-se na fase de validação dos dados recebidos do SGEC, que deve ser concluída até



dezembro do corrente ano. A expectativa é que em janeiro de 2017 o sistema esteja em pleno funcionamento.

## **12.5 Otimização de Procedimentos**

### *12.5.1 Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria*

Em junho de 2015, foi instituído, pelo Corregedor-Geral da Justiça, um Grupo de Trabalho para a elaboração do Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ). Os trabalhos foram desenvolvidos sob a coordenação do Juiz Corregedor Auxiliar Demétrio Saker Neto, objetivando conferir maior eficiência operacional e efetividade às ações prestadas, por meio da racionalização e padronização das rotinas e procedimentos internos.

O manual de rotinas apresentou as orientações básicas para o desenvolvimento dos principais fluxos de trabalho realizados na CGJ, descrevendo-as passo a passo, inclusive, por meio de fixação de roteiro. O documento é um material de consulta para os servidores que executam as ações.

O Grupo de Trabalho que elaborou o material foi composto pelas servidoras Aruza Albuquerque de Macedo (assessora jurídica); Márcia Aurélio Viana Paiva (auditora); Rafaella Lopes Ferreira (diretora-geral da Corregedoria); Flávia Cavalcante Dantas (analista judiciária) e Raonya Oliveira Barreto (chefe de Serviços de Processos Administrativos).

Foram mapeados 9 fluxos: certidão – magistrado, consulta, vitaliciedade, declaração de bens – magistrado, sindicância, relatório inspeção judicial, representação, pedido de providências e promoção/remoção/acesso.

O Manual de Procedimentos Internos da CGJ está disponível no portal da CGJ (*corregedoria.tjce.jus.br*).

## **12.6 Comunicação**

### *12.6.1 Novo portal da Corregedoria-Geral da Justiça*

O novo *site* da Corregedoria-Geral da Justiça foi disponibilizado para os usuários da Justiça,



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

juízes e cartorários em fevereiro de 2016. O portal conta com uma área exclusivamente direcionada ao serviço extrajudicial, na qual é possível acessar documentos diversos, identificar endereços e telefones dos cartórios, além de facilitar o acesso aos sistemas Justiça Aberta, Malote Digital, Portal Extrajudicial (PEX), Sisguia Extrajudicial e Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, de forma ágil, com um *layout* dinâmico.

Outra ferramenta desenvolvida foi a identificação das notícias por meio do “QR Code”. Um código vai ser gerado automaticamente quando uma publicação for feita e, a partir daí, os internautas poderão utilizar dispositivos móveis para fazer a leitura do “QR Code”, compartilhar notícias por *smartphones* ou simplesmente optar por ler as matérias em seus dispositivos.

A mudança organizou também o conteúdo de forma mais clara e objetiva aos usuários, cartorários e jurisdicionados. O novo *site* foi desenvolvido conjuntamente pelas equipes da Corregedoria-Geral da Justiça e Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

### 12.7 Ações e Projetos Setoriais

#### 12.7.1 Projetos da Corregedoria Nacional da Justiça

##### 12.7.1.1 Projeto “Pai Presente”

O Projeto Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, objetiva estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. A declaração de paternidade pode ser feita espontaneamente pelo pai ou solicitada por mãe e filho. Em ambos os casos, é preciso comparecer ao cartório de registro civil mais próximo para dar início ao processo.

O reconhecimento de paternidade foi facilitado pelo Provimento nº 16 da Corregedoria Nacional de Justiça, que institui um conjunto de regras e procedimentos para agilizar esse tipo de demanda.

A iniciativa busca aproveitar os 7.324 cartórios com competência para registro civil do país, existentes em muitas localidades onde não há unidade da Justiça ou postos do Ministério Público (MP), para dar início ao reconhecimento de paternidade tardia. A partir da indicação do suposto pai, feita pela mãe ou filho maior de 18 anos, as informações são encaminhadas ao juiz



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

responsável. Este, por sua vez, vai localizar e intimar o suposto pai para que se manifeste quanto à paternidade, ou tomar as providências necessárias para dar início à ação investigatória.

Caso o reconhecimento espontâneo seja feito com a presença da mãe (no caso de menores de 18 anos) e no cartório onde o filho foi registrado, a família poderá obter na hora o novo documento.

No âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, o projeto foi coordenado pela Juíza Corregedora Auxiliar Roberta Ponte Marques Maia. Foram realizadas as seguintes ações: expedição de ofício aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Fortaleza/CE, para que encaminhassem a esta Corregedoria-Geral a relação de registros de nascimento apenas com a maternidade reconhecida, lavrados nos últimos 5 anos. Em seguida, foi determinada a expedição de ofício dirigido à Secretaria Municipal de Educação a fim de que encaminhassem a esta Casa a relação de alunos matriculados na rede municipal de ensino que não tivessem declarada a paternidade no Registro Civil. Na ocasião foi informado que mais de 11 mil alunos não possuíam paternidade declarada.

Diante desse grande contingente de crianças/adolescentes sem o devido registro do pai na Certidão de Nascimento, a Corregedoria-Geral da Justiça verificou a necessidade de realizar o I Mutirão do Projeto Pai Presente a fim de divulgar e estimular o reconhecimento voluntário de paternidade na Comarca de Fortaleza.

A primeira etapa do I Mutirão do Projeto Pai Presente, nos termos da Portaria nº 12/2016/CGJCE, foi realizada entre os dias 16 a 27 de maio do corrente ano, no Fórum Clóvis Beviláqua, com a participação das Juízas de Direito Titulares das Varas de Registro Público de Fortaleza, com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Ceará e da Universidade Fanor DeVry. Foram realizados 75 reconhecimentos voluntários de paternidade.

Concomitantemente à realização do I Mutirão da Comarca de Fortaleza, esta Corregedoria-Geral expediu a Portaria nº 16/2016-CGJCE, instituindo a mobilização do Projeto Pai Presente nas Escolas Municipais da Comarca de Fortaleza, abrangendo os 6 distritos do município, nos bairros Jangurussu, Barra do Ceará, Aerolândia, Rodolfo Teófilo, Itaperi e Bom Jardim. Nesse momento, foram garantidos 112 reconhecimentos voluntários de paternidade e realizados, pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen), 33 exames de DNA.

A segunda etapa do I Mutirão do Projeto Pai Presente e a primeira etapa do II Mutirão do Projeto Pai Presente, nos termos da Portaria nº 25/2016/CGJCE, também aconteceram dos dias



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

18 a 29 de julho do corrente ano, no Fórum Clóvis Beviláqua. Nessa oportunidade, foram realizadas 221 audiências de mediação, 100 exames de DNA (Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará - Lacen) e 63 reconhecimentos voluntários de paternidade.

A segunda etapa do II Mutirão do Projeto Pai Presente aconteceu dos dias 19 a 28 de setembro do corrente ano, no Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), no Fórum Clóvis Beviláqua. Na ocasião, foram realizadas 164 audiências de mediação. Durante a ação, ocorreu um primeiro atendimento aos pais e foram garantidos 33 reconhecimentos voluntários de paternidade, bem como 37 exames de DNA realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – Lacen.

Importante destacar, também, a realização do I Mutirão do Projeto Pai Presente na Comarca de Pacatuba, nos termos da Portaria 18/2016/CGJCE. Na 1ª Vara da Comarca de Pacatuba, foram realizadas 10 audiências de mediação, 2 reconhecimentos voluntários de paternidade e 6 exames de DNA (Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – Lacen). Na 2ª Vara da Comarca de Pacatuba, foram realizadas 3 audiências de mediação, 1 reconhecimento voluntário de paternidade e 2 exames de DNA (Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – Lacen).

### 12.7.1.2 Erradicação do Sub-Registro de Nascimento

O Programa de Erradicação do Sub-Registro de Nascimento foi implementado em 2010, e já emitiu mais de 50.300 certidões de nascimento no Ceará. O programa permite que as certidões de nascimento sejam emitidas na própria unidade de saúde onde o parto aconteceu. No Estado, esse serviço está disponível nas maternidades de mais de 20 comarcas do Interior e nas principais de Fortaleza. Na lista da Capital estão: Gastroclínica, Unimed, Antônio Prudente, Hospital Geral (HGF) e Dr. César Cals de Oliveira.

O programa consiste na utilização de sistema informatizado interligando maternidades e cartórios de Registro Civil. Todos os cartórios de Registro Civil de Fortaleza ofertam o serviço. Na Corregedoria-Geral da Justiça o programa foi coordenado pelo Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto.

No ano de 2016, em parceria com o Ministério Público estadual, a Secretaria de Educação do Município de Fortaleza e a Associação de Registradores de Pessoas Naturais do Ceará (Arpen-CE), por meio dos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, foram realizados



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

mutirões nas escolas da Capital, contemplando os 6 distritos nos quais o Município de Fortaleza se divide, onde foram emitidos 12 registros de nascimento.

### 12.7.1.3 Justiça Plena

O Programa Justiça Plena monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social. Lançada pela Corregedoria Nacional de Justiça em novembro de 2010, a iniciativa apoia a gestão dessas causas, relacionadas a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais. Os trabalhos são coordenados pela Corregedoria Nacional de Justiça e pelas Corregedorias dos Tribunais de Justiça dos Estados.

O programa conta com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ordem dos Advogados do Brasil e Associações de Magistrados.

No início de 2015, estavam sendo monitorados 24 processos. O Corregedor Geral da Justiça, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, e a coordenadora do programa no Ceará, Juíza Corregedora Auxiliar, Mirian Porto Mota Randal Pompeu, realizaram diversas reuniões com os magistrados responsáveis pelos processos monitorados. O objetivo foi acompanhar e dar apoio administrativo à gestão dos feitos, de modo que ao final de 2016, o quantitativo de processos monitorados foi reduzido para 19 ações.

### 12.7.1.4 Outros Projetos e Ações

Durante a gestão 2015-2016, a CGJ-CE participou também das seguintes iniciativas:

- i. Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, que visa desenvolver iniciativas com o fim de atender à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme Resolução 194 do CNJ;
- ii. Núcleo de Cooperação Judiciária do Poder Judiciário cearense, que tem como objetivo dar mais fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros operadores sujeitos do processo, não só para cumprimento de atos judiciais, mas também para harmonização e agilização de rotinas e procedimentos forenses,



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária;
- iii. Comissão para analisar os dados coletados pela Auditoria da CGJCE e apresentar sugestões para subsidiar a realização de concurso público para outorga de delegação às serventias extrajudiciais vagas no Estado (Portaria nº 27/2016 - CGJCE, DJe de 25 de julho de 2016);
  - iv. Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais de Fortaleza, que visou priorizar os processos enquadrados nas Metas Nacionais estabelecidas pelo CNJ, orientando que fosse utilizado o Manual de Baixas Processuais;
  - v. Participação no Grupo de Trabalho responsável pelas atividades do Programa “Integra”, que tem como objetivo aperfeiçoar a integração de informações do sistema de Justiça Criminal entre o Poder Judiciário e a Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Poder Executivo), oriundo do Convênio de Cooperação Técnica nº 20/2011 (Portaria nº 1169/2015, DJe de 20 de maio de 2015);
  - vi. Grupo de Trabalho para Implantação do Sistema de Videoconferência (Portaria nº 1265/2016, Presidência TJCE, DJe de 25 de julho de 2016);
  - vii. Comitê Estratégico do Poder Judiciário cearense (Portaria nº 1376/2015, Presidência TJCE, DJe de 17 de junho de 2015)
  - viii. Representação da Corregedoria na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE;
  - ix. Representação da Corregedoria quanto à Gestão de metas institucionais do Plano Estratégico do TJCE;
  - x. Grupo de Trabalho com a atribuição de atuar diretamente nos processos com prioridade de tramitação, que tenham como interessados pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e portadores das doenças graves (Portaria nº 38/2016/CGJCE, DJe de 26 de setembro de 2016);
  - xi. Comitê Gestor de Segurança da Informação (Portaria nº 353, de 28 de março de 2016, atribuições de caráter normativo, consultivo e fiscalizador);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- xii. Comissão Permanente de Acessibilidade (Portaria nº 1896/2016, DJe de 27 de novembro de 2016);
- xiii. Comissão para avaliar a necessidade dos livros obrigatórios das Secretarias das Varas com sistema informatizado (Portaria nº 41/2016, DJe de 7 de outubro de 2016);
- xiv. Comissão para atualização do Manual de Rotinas do Procedimento Cível Comum Ordinário, bem como para elaboração do Manual de Procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Portaria nº 37/2016, DJe de 13 de setembro de 2016).

### 12.7.2 Produção Normativa

No exercício da função de orientação, a Corregedoria-Geral do Estado do Ceará, durante o biênio 2015-2016, publicou os seguintes provimentos:

Ano de 2015:

- i. Provimento nº 1/2015 – Regula a aplicação do Convênio de Cooperação Técnica nº 185/2014, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Universidade de Fortaleza (Unifor). Publicado no DJe, de 14 de janeiro de 2015 (págs. 35-36);
- ii. Provimento nº 2/2015 – Altera a Seção VI, do Capítulo V, do Título V, e dá nova redação ao art. 454, ambos do Provimento nº 8, de 2014, expedido pelo Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará. Publicado no DJe, de 15 de janeiro de 2015 (pág. 13);
- iii. Provimento nº 3/2015 – Orienta o preenchimento dos dados estatísticos junto ao Sistema de Gerenciamento de Estatística da Corregedoria – SGEC, inclui nos formulários Foro Criminal Novo e Infância e Juventude Novo, respectivamente, itens para registro do “Total de sentenças de extinção da punibilidade por prescrição” e “Total das sentenças de prescrição da pretensão socioeducativa”, bem como, dá outras providências. Publicado no DJe, de 30 de janeiro de 2015 (págs. 30-55);
- iv. Provimento nº 4/2015 - Atualiza formulários Fiva e Ficovi. Publicado no DJe, de 23



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- de fevereiro de 2015 (págs. 37 - 74);
- v. Provimento nº 5/2015 – Dispõe sobre a instituição, gestão e funcionamento da Central de Informações de Protestos - CERINFO. Publicado no DJe, de 23 de junho de 2015 (págs. 20 – 22);
  - vi. Provimento nº 6/2015 – Altera o artigo 333 do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral no Estado do Ceará - Provimento nº 08/2014/CGJ-CE. Publicado no DJe, de 20 de julho de 2015 (págs. 7 – 8);
  - vii. Provimento nº 7/2015 – Acrescenta o primeiro parágrafo ao artigo 190 do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará, relativo à lavratura de registro e emissão de certidão de óbito nos estabelecimentos de saúde em que ocorra o falecimento e Institutos Médicos Legais. Publicado no DJe, de 25 de agosto de 2015 (pág. 11);
  - viii. Provimento nº 8/2015 – Altera os parágrafos 1º, 3º e 4º do Art. 3º e o parágrafo 1º do Art. 5º do Provimento nº 05/2015, que dispõe sobre a instituição, gestão e funcionamento da Central de informações de Protestos - CERINFO. Publicado no DJe, de 17 de setembro de 2015 (pág.12);
  - ix. Provimento nº 9/2015 - Altera o art. 4º do Provimento nº 06/2008, que dispõe sobre a autorização judicial para utilização de cadáveres não reclamados, para efeitos de estudos e pesquisas na forma da Lei nº 8.501/92. Publicado no DJe, de 2 de outubro de 2015 (pág.13);
  - x. Provimento nº 10/2015 – Institui a medalha Desembargador Carlos Facundo, atribuída aos Juizes de Direito do Estado do Ceará, como forma de premiar aqueles que se destacam, durante o ano, na Prestação Jurisdicional. Publicado no DJe, de 25 de novembro de 2015 (págs. 30 – 31);
  - xi. Provimento nº 11/2015 – Dispõe sobre o envio do Relatório Estatístico Mensal por parte do Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Vara Única Privativa de Audiências de Custódia e dá outras providências. Publicado no DJe, de 1º de dezembro de 2015 (págs. 17 – 20);
  - xii. Provimento nº 12/2015 – Regulamenta o procedimento de inspeção judicial anual no âmbito das Unidades Judiciárias de primeira instância, vinculadas ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para os fins do art. 56, da Lei nº



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- 12.342/1994 (Código de Organização Judiciária) e da Recomendação CNJ nº 12/2013. Publicado no DJe, de 30 de novembro de 2015 (págs. 18 – 20);
- xiii. Provimento nº 13/2015 – Regulamenta o procedimento de inspeção extrajudicial ordinária anual no âmbito das unidades extrajudiciais do Estado de Ceará, pelos Juízes Corregedores Permanentes. Publicado no DJe, de 18 de dezembro de 2015 (págs. 41 - 64) - ADENDO Publicado no DJe, de 29 de junho de 2016 (pág. 14).

### Ano de 2016:

- i. Provimento nº 01/2016 – Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o recambiamento de presos que se encontram recolhidos em estabelecimentos penitenciários de outros Estados da Federação. Publicado no DJe, de 13 de janeiro de 2016 (págs. 35 – 36);
- ii. Provimento nº 2/2016 – Dispõe sobre o procedimento referente a registro e autuação de processos disciplinados pela Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), nas Comarcas do Estado do Ceará. Publicado no DJe, de 3 de fevereiro de 2016 (pág. 16);
- iii. Provimento nº 3/2016 – Altera o Código de Normas Notarial e Registral do Ceará (CNNR) - Provimento nº 08/2014-CGJ/CE, sobre o reconhecimento da usucapião extrajudicial e seus procedimentos. Publicado no DJe, de 2 de agosto de 2016 (págs. 13 – 20);
- iv. Provimento nº 4/2016 – Dispõe sobre a prioridade na tramitação de processos e dá outras providências. Publicado no DJe, de 23 de agosto de 2016 (págs. 5 - 6);
- v. Provimento nº 5/2016 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências. Publicado no DJe, de 12 de setembro de 2016 (págs. 18 – 19);
- vi. Provimento nº 6/2016 – Altera o Código de Normas Notarial e Registral - Provimento nº 08/2014-CGJ/CE, estabelecendo procedimento extrajudicial para Registro da Alienação Fiduciária de Bens Imóveis da Propriedade em nome do Fiduciário. Publicado no DJe, de 13 de setembro de 2016 (págs. 11 – 16);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- vii. Provimento nº 7/2016 – Altera o artigo 10º e institui o artigo 11 do Provimento nº 03/2015, desta Corregedoria, bem como dá outras providências. Publicado no DJe, de 29 de setembro de 2016 (págs. 05 – 06);
- viii. Provimento nº 8/2016 – Dispõe sobre o registro de certidão de óbito realizado pelos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais no Serviço de Verificação de Óbito - SVO no Município de Fortaleza. Publicado no DJe, de 5 de outubro de 2016 (págs. 22 – 23);
- ix. Provimento nº 9/2016 – Altera o § 1º do Art. 59 do Provimento nº 08/2014 - Código de Normas Notarial e Registral do Estado do Ceará - para excluir a obrigatoriedade de inscrição no Livro "E" das sentenças que decretem a separação judicial e o divórcio. Publicado no DJe, de 3 de novembro de 2016 (págs. 22 – 23).

### **12.8 Acompanhamento da Instauração de Procedimentos Administrativos Disciplinar no Estado contra Servidores, Notários e Registradores**

Por intermédio do Ofício Circular nº 173/2016/CGJCE, foi solicitado a todas as unidades judiciárias do Estado que nos informasse a quantidade de sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra servidores, notários e registradores em tramitação.

Desta forma, com as respostas recebidas até novembro de 2016, contabilizamos nas Comarcas do Interior o total de 126, destes sendo 34 procedimentos em desfavor de servidores e 92 em face de cartorários.

No tocante aos dados da Capital, tramitam atualmente 14 sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

### **12.9 Acompanhamento da Formação de Colegiados**

Trata-se de medida destinada à proteção dos magistrados no exercício da competência criminal, sobretudo em casos de ameaças ou riscos decorrentes da atividade jurisdicional relacionada a processos e procedimentos envolvendo crimes praticados por organizações criminosas.

Considerando o teor da Resolução nº 04/2014 do Órgão Especial, compete a



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Corregedoria-Geral da Justiça analisar, bem como operacionalizar as solicitações referentes à formação de colegiados.

Durante a gestão 2015-2016, foram formados 7 colegiados, quais sejam, Vara Única de Jaguaratama, 2ª Vara da Comarca de Granja, 2ª Vara da Comarca de Russas, 3ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú, 1ª Vara do Juri da Comarca de Fortaleza, 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia e 2ª Vara da Comarca de Iguatu.

### 13. OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará, instituída pela Resolução nº 23, publicada em 25 de agosto de 2004, tem como atual gestor o Excelentíssimo Desembargador Francisco Gomes de Moura, que assumiu regularmente suas funções a partir de 27 de julho de 2015, conforme Portaria nº 1.626/2015, de 22 de julho de 2015.

A Ouvidoria hodiernamente se constitui nos “olhos e ouvidos da sociedade”, prestando relevantes serviços no sentido de dirimir ou esclarecer os mais variados questionamentos levantados pelos usuários do Poder Judiciário, garantindo transparência e visibilidade às suas ações, bem como buscando estreitar os laços entre a sociedade e o Tribunal de Justiça no que concerne à otimização da prestação jurisdicional no âmbito do aludido Órgão.

A Ouvidoria não dispõe de poder correicional, não interfere e nem substitui as atribuições da Corregedoria, mas tem se tornado um importante canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário e representa um espaço de efetiva construção da cidadania, ambiente de diálogo direto e personalizado com os demandantes, ou seja, promovendo ações que visem à melhoria contínua do atendimento às demandas, colaborando na tomada de decisão destinada a simplificar e modernizar os processos de entrega da Justiça, bem como elevando os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário.

A Ouvidoria passa, portanto, na elaboração de seus trabalhos, a ser o próprio termômetro relativo à eficiência da prestação dos serviços jurisdicionais, sendo atuante e operante no que se propõe, por meio dos seus objetivos, os quais se destacam: receber as reclamações, críticas, elogios, sugestões ou pedidos de informação que lhes são demandados e, quando cabível, realizar o encaminhamento aos órgãos competentes; garantir, a todos quantos a procurem, o retorno



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

das providências adotadas a partir da sua intervenção e dos resultados alcançados, sugerindo medidas para o aprimoramento da prestação dos serviços jurisdicionais, com base nas demandas que lhes são prepostas, bem como por meio da realização de pesquisas de satisfação.

Durante a gestão do Desembargador Raimundo Nonato Silva Santos, de fevereiro a julho de 2015, verificou-se, dentre as demandas, o elevado número de manifestações por *e-mail* e WhatsApp. Na gestão do atual Ouvidor, as demandas de maior número são as recebidas por *e-mail* e telefone, conforme a evolução dos quadros estatísticos comparativos mensais abaixo:

Tabela 94 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria – 2015

Forma de Recebimento	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
<i>E-mail</i>	356	513	363	361	346	512	320	340	352	350	297	4.110
Correio	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	3
Presencial	3	5	3	3	6	2	2	4	7	6	2	43
Telefone	9	7	12	91	88	103	143	115	108	137	140	953
WhatsApp	0	53	111	114	126	141	106	0	0	0	0	651
CPA	6	15	48	29	35	0	0	0	0	0	0	133
Sistema	0	16	26	24	5	7	20	19	31	30	19	197
<i>E-mail ouvidoria Mulher</i>	0	0	3	7	12	5	6	11	11	8	5	68
<b>Total Manifestação</b>	<b>374</b>	<b>609</b>	<b>566</b>	<b>629</b>	<b>618</b>	<b>771</b>	<b>598</b>	<b>490</b>	<b>509</b>	<b>531</b>	<b>463</b>	<b>6.158</b>
Reclamações	139	219	161	412	213	175	167	156	210	183	187	2.222
Sugestões	0	1	1	1	3	1	0	0	3	2	3	15
Elogios	0	5	1	2	0	7	0	2	2	0	1	20
Críticas	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3
Informações	134	127	246	72	228	308	236	178	148	206	158	2.041
Outros	85	215	120	113	141	236	135	138	124	115	104	1.526
Agradecimento	14	41	35	24	30	40	33	15	18	19	9	278
Denúncia	2	1	2	4	3	4	1	0	4	5	1	27
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>609</b>	<b>566</b>	<b>629</b>	<b>618</b>	<b>771</b>	<b>598</b>	<b>490</b>	<b>509</b>	<b>531</b>	<b>463</b>	<b>6.158</b>

Fonte: Ouvidoria do Poder Judiciário

Tabela 95 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria - 2016

Forma de Recebimento	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
<i>E-mail</i>	348	412	420	436	370	448	391	367	458	349	386	230	4.615
Correio	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	5
Presencial	5	2	8	6	0	2	3	9	1	3	2	1	42
Telefone	110	122	190	193	174	193	182	167	160	167	150	90	1.898



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Sistema	18	26	34	38	23	36	33	24	27	18	34	13	324
FAX	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total Manifestação</b>	<b>482</b>	<b>562</b>	<b>653</b>	<b>675</b>	<b>567</b>	<b>680</b>	<b>609</b>	<b>568</b>	<b>646</b>	<b>537</b>	<b>572</b>	<b>343</b>	<b>6.894</b>
Reclamações	180	203	268	256	248	242	225	232	199	205	230	120	2.608
Sugestões	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5
Elogios	0	0	0	1	1	2	0	3	0	0	0	0	7
Críticas	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Informações	175	144	183	190	165	216	179	185	159	167	155	102	2.020
Outros	103	186	179	193	134	182	174	131	269	147	161	115	1.974
Agradecimento	15	17	17	34	17	27	29	15	14	12	18	4	219
Denúncia	6	12	4	1	2	10	2	2	4	6	7	2	58
<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>562</b>	<b>653</b>	<b>675</b>	<b>567</b>	<b>680</b>	<b>609</b>	<b>568</b>	<b>646</b>	<b>537</b>	<b>572</b>	<b>343</b>	<b>6.894</b>

Fonte: Ouvidoria do Poder Judiciário

Durante esse período, 13.052 pessoas mantiveram contato com a Ouvidoria. Diante de uma análise comparativa em percentual com relação ao total das manifestações recebidas, verificamos que durante o período em tela, obtivemos 37,10% de reclamações, 0,15% de sugestões, 0,20% de elogios, 0,05% de crítica, 31,12% de pedidos de informações, 0,65% de denúncias, 26,82% de manifestações diversas e 3,80% de agradecimentos.

Dentre os diversos assuntos abordados, as reclamações geralmente dizem respeito à morosidade no andamento processual em primeira e segunda instância. No tocante aos pedidos de informação, são evidenciados, dentre outros, a consulta processual, expedição de segunda via de registro cartorário, como certidão de nascimento, custas processuais, valores de custas, emissão de certidões negativas, edital de concurso, endereços cartorários e estágios.

Vale ressaltar que além do recebimento dessas demandas, a Ouvidoria tem como projeto a elaboração de um Manual de Atendimento ao Jurisdicionado, em parceria com a Seplag e o Telejustiça, visando aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça.

Na atual gestão, foram realizadas audiências públicas em todas as 9 Zonas Judiciárias, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª/8ª e 9ª, respectivamente nas cidades de Juazeiro do Norte (10/7/2015), Iguatu (30/11/2016), Quixadá (12/11/2015), Limoeiro do Norte (28/7/2016), Fortaleza (11/12/2015), Itapipoca (10/11/2016), Sobral (18/9/2015) e Crateús (3/3/2016).



### **13.1 Outras Atividades**

Dentre as várias atribuições desempenhadas pelo Desembargador Ouvidor nesta Ouvidoria podemos citar a realização de audiências públicas, palestras no Tribunal de Justiça, participação em Seminários Estaduais e Nacionais, o atendimento à Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação – LAI, de 18 de novembro de 2011, onde o TJCE instituiu o Serviço de Informação ao Cidadão por meio da Portaria nº 980/2012, implantado, de igual modo, por intermédio do Provimento nº 20, de 13 de junho de 2012.

Podemos citar também a elaboração de campanhas de divulgação das atividades da Ouvidoria por meio de cartazes e fôlderes; o recebimento de pedidos de informações de cunho geral e o repasse, quando possível, aos órgãos competentes; a coordenação dos trabalhos de Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação; a participação na elaboração do novo portal da Ouvidoria juntamente com o setor da informática, viabilizando o acesso à Ouvidoria e aos trabalhos do SIC; e adesão ao projeto do CNJ para capacitação dos servidores da Ouvidoria, no sentido de orientar os demandados a buscarem os meios consensuais de solução de conflitos e conciliação (nos termos do Ofício nº 1.003/2016- GAPRES).

Vale destacar, que no mês de outubro do ano em curso, por ocasião dos 12 anos da Ouvidoria do Poder Judiciário, foi realizada uma palestra com o tema “A Importância da Ouvidoria Judiciária na Eficiência da Prestação Jurisdicional”, ministrada pela Jornalista Adísia Sá. Com o objetivo de dar visibilidade e transparência às atividades da Ouvidoria do TJCE, elabora-se uma estatística mensal.

No tocante a sua estrutura funcional, a Ouvidoria do Poder Judiciário é composta atualmente por um Desembargador Ouvidor, três servidoras do quadro, um coordenador de cargo comissionado, uma servidora à disposição e uma estagiária, sendo perceptível o comprometimento de todos com a sociedade por meio do pronto atendimento aos jurisdicionados que procuram seus serviços, objetivando amenizar conflitos no âmbito do Poder Judiciário.



## **14. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA**

Atuaram como Diretores da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), no biênio 2015-2016, os desembargadores Paulo Francisco Banhos Ponte (de fevereiro de 2015 a abril de 2016, tendo como Coordenador-Geral o juiz Alúcio Gurgel do Amaral Júnior) e Heráclito Vieira de Sousa Neto (de junho de 2016 a janeiro de 2017, atuando como Coordenador-Geral o juiz Marcelo Roseno de Oliveira).

Durante a gestão dos dois desembargadores, a Escola apresentou um significativo avanço em suas atividades pedagógicas e administrativas, com destaque para a implantação do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, fruto de parceria com a Uece; a oferta de três novos cursos de Especialização, além da realização do V Curso de Formação Inicial de Magistrados.

Ao longo de 2016, a Escola comemorou três décadas de criação. Para marcar esta passagem, a Esmec desenvolveu atividades voltadas para a reafirmação de sua importância para os que fazem a Justiça do Estado do Ceará. As principais ações foram: entrega da Medalha Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra para sete personalidades que vêm colaborando com a excelência da Instituição; edição especial da Revista Themis, lançada em dezembro de 2016; e realização do V Encontro da Magistratura Cearense, em parceria com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), de 8 a 10 de dezembro de 2016, com palestras e atividades culturais.

A Esmec intensificou ações de responsabilidade socioambiental, bem como a política de parceria interinstitucional, materializada em vários convênios assinados e na presença marcante na Rede Estadual de Escola de Governo do Ceará, da qual o Diretor da Esmec, desembargador Paulo Ponte, chegou a ser o Coordenador-Geral, oportunidade em que reestruturou o Plano Estratégico daquela entidade, que congrega 14 escolas de governo.

Em 2016, foi implantado o Grupo de Pesquisa Dimensões do Conhecimento do Poder Judiciário, que realizou 12 reuniões, a cargo de professores convidados, com claro fomento da atividade de pesquisa a que a Escola deve estar voltada.

A Esmec promoveu também vários cursos de aperfeiçoamento, seminários, palestras, lançamento de livros e outras atividades, em sua sede e nos Polos de Aprendizagem, que serão apresentados, resumidamente, no presente Relatório.



#### **14.1 Gestão de pessoas**

A Esmec vem incentivando a formação continuada de seus colaboradores, por meio de cursos presenciais ou a distância (EaD), ofertados pela própria Instituição ou por parceiros. No biênio, os servidores receberam treinamento de técnicos da Setin-TJCE para operacionalização do sistema Sesmec (de 28 de setembro a 1º de outubro de 2015).

Todos os servidores detentores de cargo de chefia na Esmec participaram, em 2016, do Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG), organizado pela Divisão de Educação Corporativa do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

Além das capacitações, a Direção da Escola propiciou um ambiente favorável ao desempenho laboral, a partir do atendimento das necessidades materiais (mobiliário, equipamentos de informática, acesso à internet e ferramentas/programas utilizados na otimização dos serviços, material de expediente etc.) e do apoio operacional ao seu corpo funcional.

#### **14.2 Gestão financeira e orçamentária**

A Esmec não atua, isoladamente, como ordenadora de despesas, sendo seus gastos efetivados a partir de recursos do Fermoju ou previstos no orçamento anual do TJCE. A Lei nº 15.833/15, que trata da reforma administrativa do TJCE, estabeleceu que a Esmec poderá obter recursos externos de assistência técnica e financeira para desenvolver sua programação, bem como estabelecer taxas de inscrição e custeio de cursos, seminários etc., cujos recursos serão arrecadados pelo Fermoju.

#### **14.3 Gestão estratégica**

Foi elaborado um Plano Estratégico da Esmec, para o biênio 2016-2017, sob a orientação da professora Regina Estela Benevides de Lima (Analista de Gestão de Tecnologia da Informação e colaboradora da GesPública, da Seplag/CE). A construção do plano foi iniciada em janeiro e concluída em maio de 2016, quando foram definidos o alinhamento estratégico (missão, visão, valores etc.) da Escola, os objetivos estratégicos, as metas e os indicadores, além dos planos de ação para o biênio.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

O documento foi submetido, no final de 2016, à consideração da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE e, após revisões e adequações, estará apto a ser implantado a partir de 2017.

### 14.4 Modernização e gestão de tecnologia da informação

#### 14.4.1 Modernização do auditório

O auditório Des. José Maria de Queirós, da Esmec, vem passando por reformas e modernização de suas instalações. Entre o final de 2015 e início de 2016, o equipamento recebeu as seguintes benfeitorias: substituição da mesa de som, aquisição de caixas de som, restauração do amplificador, novos microfones de mesa, nova mesa de honra (bancada móvel) e pintura de paredes internas. Ressalte-se que muitas dessas melhorias foram feitas mediante doações, o que não implicou em quaisquer custos para a Escola ou para o Tribunal.

#### 14.4.2 Tecnologia da informação

A Escola não possui um responsável pela gestão de TI. Os problemas surgidos nos equipamentos e no acesso à rede, bem como as necessidades da Esmec na área, são atendidos pelo pessoal da Cati ou diretamente pela Setin-TJCE.

### 14.5 Otimização de procedimentos

#### 14.5.1 Implantação do sistema de virtualização das rotinas acadêmicas da Esmec (Sesmec)

O sistema começou a ser operado no final de 2015, e tem por objetivo agilizar os serviços na Secretaria Executiva e Assessoria Pedagógica, reduzindo a utilização de papel e permitindo acessar registros e promover resgates (muito mais seguros e céleres) de notas, frequências e demais dados dos corpos docente e discente da Instituição.



#### *14.5.2 Cadastro de professores*

Com vistas a facilitar a contratação direta de docentes que não integram os quadros do Judiciário (colaboradores externos), de alto nível e notória especialização, que possam contribuir ministrando aulas nos cursos da Esmec, a Instituição, em cumprimento ao estabelecido no Edital nº 01/2013, abriu novo prazo de credenciamento, ampliando o seu Banco de Formadores.

#### *14.5.3 Revista Themis*

A partir do Volume nº 13, referente ao ano de 2015, o periódico passou a contar com duas novidades: recebimento de artigos em fluxo contínuo, com a adoção do sistema *double blind review* (duplo cego) nas avaliações; e a disponibilização *on-line*, em um site específico (<http://revistathemis.tjce.jus.br>), podendo ser acessada também a partir do Portal Esmec, no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). A publicação da Revista ganhou mais agilidade ao deixar de ser produzida exclusivamente no formato impresso. Com isso, o periódico tornou-se apto a alcançar uma grande quantidade de leitores pela sua disponibilidade na rede mundial de computadores, o que a torna qualificada para receber artigos de todos os estados do Brasil e mesmo do exterior. Tais iniciativas credenciam a Themis para a obtenção do *Qualis*, o selo de qualidade da Capes.

#### *14.5.4 Publicações apenas on-line*

No Portal Esmec, podem ser encontrados relatórios de gestão e informativos (jornais/revistas) no formato PDF. No atual biênio, devido a restrições orçamentárias, que levaram o Parque Gráfico do Tribunal a limitar suas impressões, a Esmec disponibilizou em seu Portal o seu Jornal nº 4 e o Relatório de Gestão do Des. Paulo Ponte apenas na versão *on-line*.

#### *14.5.5 Consulta*

Numa iniciativa inédita, a Esmec, por meio de um *link* específico em sua página na internet, procurou ouvir magistrados e servidores do Judiciário sobre os cursos de suas preferências.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Entre 31 de março e 30 de abril de 2015, estes públicos puderam escolher os cursos que gostariam de ver ofertados pela Escola, além de terem respondido a outros questionamentos.

### 14.6 Infraestrutura e segurança

#### 14.6.1 Melhorias na infraestrutura da Escola

Aquisição de novo mobiliário para a Assessoria Pedagógica; reestruturação do *layout* da sala da Biblioteca, com a implantação de três pontos de internet e três cabines para leitura dos alunos, além da aquisição de 1.146 obras (livros e periódicos) no período de 6 de fevereiro de 2015 a 16 de novembro de 2016.

#### 14.6.2 Segurança

A Esmec passou a dispor de dois policiais no período da manhã, mantendo-se um segurança à noite. Além disso, sempre que ocorrem grandes eventos na Escola, a Secretaria Executiva solicita ao TJCE reforço policial.

### 14.7 Comunicação

Durante o biênio, foram intensificados e otimizados os canais de comunicação já existentes, com o objetivo de melhorar e ampliar a divulgação das atividades da Escola. Exemplos:

- i. Dinamização e maior interação do Portal Esmec, que vem obtendo grande aceitação dos internautas, tanto nos comentários enviados para o *link* Fale Conosco, como na Enquete disponibilizada na página principal do Portal, que chegou em novembro de 2016 com mais de 800 votos computados, obtendo-se 86% de aprovação dos participantes (conceitos muito bom e bom);
- ii. Novo *layout* do Portal, elaborado pela equipe da Setin e Ascom/TJCE, com objetivo de padronizar o endereço eletrônico da Esmec, tornando-o semelhante aos portais do TJCE e da Corregedoria. O novo desenho foi finalizado em novembro de 2016;



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- iii. Maior utilização do sistema de envio de informações (por meio do sistema SMS) para magistrados, fruto da parceria com a Associação Cearense de Magistrados (ACM);
- iv. Disseminação de informações para *e-mail* de magistrados, imprensa e outros públicos, com o objetivo de divulgar para o maior número possível de pessoas as ações da Escola e dar total transparência às atividades desenvolvidas;
- v. Envio constante de informações e fotos para a Assessoria de Comunicação do TJCE, além de *banner* para intranet do Tribunal, objetivando a divulgação de eventos da Escola.

### 14.8 Ações e projetos setoriais

#### 14.8.1 Cursos

##### 14.8.1.1 Mestrado

Fruto de uma parceria com a Universidade Estadual do Ceará, e total apoio do TJCE, a Esmec lançou seu primeiro curso de pós-graduação *strictu sensu*: Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPPP), com 40 vagas destinadas a magistrados e outros profissionais do Direito. As aulas foram iniciadas em 7 de março de 2016. Por meio deste curso de excelência, que goza de conceito 5 na Capes/MEC (nota máxima para programas de mestrado), nossos mestrandos têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em planejamento e políticas públicas, os quais levarão para o seu cotidiano de trabalho, redundando em benefícios inestimáveis à Justiça do Ceará.

##### 14.8.1.2 Especialização

Depois de cinco anos, a Esmec voltou a ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* em 2015. Foram abertas 180 vagas para os cursos de Especialização em Direito e Processo Constitucional (turma VIII), Processo Civil e Gestão do Processo (turma IV) e Processo Penal (turma III). A aula magna foi proferida pelo ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

(STJ), no dia 4 de setembro de 2015, que falou sobre “A Responsabilidade Civil do Estado na Jurisprudência do STJ”. Neste mesmo dia, foi lançado o I Fórum Cultural da Esmec, com a apresentação da Camerata da Unifor e exposição de obras de consagrados artistas cearenses, tais como Aldemir Martins, Antonio Bandeira, Barrica e Sérvulo Esmeraldo.

### 14.8.1.3 Formação inicial de Magistrados

O V Curso de Formação Inicial de Magistrados, destinado aos juízes aprovados no último concurso do TJCE, constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento. Foi credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Portaria-Enfam nº 48/2016) e possui carga horária total de 521 h/a. O Curso teve início com o Módulo Nacional (41 h/a), ministrado por professores da Enfam, entre 11 e 15 de abril de 2016, na Esmec. O Módulo Local (480 h/a), devido ao grande número de magistrados, está sendo ofertado para duas turmas: a primeira formada por 29 juízes, que tiveram aulas (com ênfase para a prática judicante) na Esmec de 7 de outubro a 16 de dezembro de 2016; a segunda será composta por 40 juízes, que terão aulas no período de 1º de fevereiro a 12 de abril de 2017. A Esmec dispõe de 25 magistrados formadores, que foram capacitados pela Enfam para ministrar aulas no curso de Formação Inicial.

### 14.8.1.4 Aperfeiçoamento

Foram realizados os seguintes cursos na Esmec, promovidos pela Escola ou em parceria, a maior parte dos quais credenciados pela Enfam: Direito da Infância e Juventude (30 h/a), Lei Maria da Penha e a Violência Doméstica contra a Mulher (30 h/a), Direitos Humanos (25 h/a), O Novo Processo Civil Brasileiro (50 h/a), Técnica de Interrogatório (15 h/a), Teoria do Direito - Preparatório Mestrado e Doutorado em Direito da UFC (60 h/a), Fase Postulatória e Intervenção de Terceiros no Novo CPC (30 h/a), Direito Registral Imobiliário e Notarial (40 h/a), Preparação à Seleção do Mestrado e Doutorado em Direito da UFC (48 h/a), Mapas Mentais (8 h/a), Direito Tributário (15 h/a), Básico de Justiça Juvenil Restaurativa (30 h/a), Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (60 h/a), Ações Eleitorais Cíveis e Inelegibilidades (40 h/a), Os Juízes Eleitorais e a Legitimidade das Eleições (30 h/a), Facilitadores da Oficina da Parentalidade (21 h/a), Curso Básico de Direito à Saúde (20 h/a), Curso de Finanças Públicas e



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Orçamento (15 h/a), Curso de Metodologia Jurídica da Decisão (15 h/a), Curso “O Judiciário como Ator Político e a Democracia” (20 h/a), Mediação e Conciliação do Nupemec – aulas presenciais (várias turmas no biênio), Formação de Instrutores em Mediação Judicial – CNJ (40 h/a), Capacitação de Juízes Leigos (30 h/a), Programa de Desenvolvimento de Gestores (da SGP-TJCE, várias turmas) e cursos a distância (Administração Judiciária, Tutela do Direito de Resposta, Fundamentos das Decisões Judiciais e Formação de Formadores).

### 14.8.2 *Palestras, seminários e encontros*

Eventos realizados pela Esmec ou por parceiros, no auditório da Escola ou em salas de aula:

- i. Ciclos de Palestras sobre o novo CPC - Uma realização conjunta da Justiça Federal no Ceará, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE), Esmec e Escola Superior do Ministério Público (ESMP). O primeiro ciclo, realizado na Esmec, no dia 27 de março de 2015, teve mais de 1.500 pessoas inscritas. No III Ciclo, também na Esmec (dia 27 de agosto de 2015), foi lançado o concurso de artigos jurídicos Prêmio Professor Miramar da Ponte, que recebeu trabalhos científicos relacionados com novo CPC (Lei Federal nº 13.105/2015). Os autores dos melhores trabalhos receberam certificados e tiveram seus artigos jurídicos publicados na Revista Themis, volume 13;
- ii. Entrega da Medalha Des. Júlio Carlos - Em solenidade conduzida pela desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sete personalidades foram agraciadas com a Medalha Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra, na noite de 18 de maio de 2016, no auditório da Esmec. Receberam a comenda, em razão de sua contribuição para o desenvolvimento e o aprimoramento das atividades administrativas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão da Esmec, por categorias, as seguintes personalidades: jurista Paulo Bonavides (categoria Corpo Docente), desembargador Roberto Portugal Bacellar (Professor Visitante), servidora Euwláudia de Figueiredo Fontenele Sampaio Cunha (Corpo Funcional) e aluna Leila Maria Bezerra D’Almeida Dumont (Corpo Discente); além dos seguintes Colaboradores: Napoleão Nunes Maia Filho (Ministro do



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- STJ), Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães (Juiz do TJMG, que falou em nome dos agraciados) e Jackson Coelho Sampaio (Reitor da Uece);
- iii. IX Seminário Internacional Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional - com a temática “A justiça social ambiental em um contexto de crise global”, realizado nos dias 8 e 9 de novembro de 2016, com a presença de renomados palestrantes nacionais e internacionais. Carga horária de 10 h/a. Durante o evento foram lançados os volumes 5 e 6 do periódico “Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional”;
  - iv. I Congresso Cearense dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Promoção OAB-CE, dias 24 e 25 de setembro de 2015;
  - v. I Encontro “Diálogos pela Paz, Segurança e Cidadania” – Iniciativa do Fórum de Reconstrução Social, realizado nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2015;
  - vi. Autonomia Financeira do Poder Judiciário – Palestra, promovida pela ACM, no dia 11 de setembro de 2015, e ministrada pelo professor José Maurício Conti (USP);
  - vii. Reunião com ex-diretores e ex-coordenadores da Esmec – promovida pelo Des. Paulo Ponte, dia 11 de março de 2015, para trocar experiências e ouvir sugestões para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos da Escola;
  - viii. I Conferência sobre Trabalho Infantil do Município de Fortaleza - realizada dia 23 de maio de 2016 e organizada pelo procurador Antonio de Oliveira Lima, do Ministério Público do Trabalho (MPT);
  - ix. Sucessão de cônjuge e do companheiro: principais polêmicas e aspectos processuais frente ao novo Código de Processo Civil, palestra do professor Rodrigo Toscano de Brito, promovida pelo IBDFAM-CE, em 12 de agosto de 2016;
  - x. Encontro Cearense de Justiça Restaurativa - promovido em parceria com a TDH e TJCE, dia 3 de junho de 2015;
  - xi. Estado de Direito versus Governo dos Juizes – palestra do Prof. Dr. Leonardo Avritzer, dia 15 de julho de 2016, promoção do Mestrado em Políticas Públicas (Esmec/Uece);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- xii. Abrindo a Caixa Preta: Por que a Justiça não funciona no Brasil? - Palestra do juiz federal Nagibe de Melo Jorge Neto, em 7 de outubro de 2016;
- xiii. Lançamento da 18ª edição da Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais - dia 28 de setembro de 2016, com a presença do editor do periódico, o jurista Paulo Bonavides;
- xiv. Comemorações dos dez anos da Lei Maria da Penha - Palestras realizadas em parceria com o MPPPP, no dia 23 de setembro de 2016, com as professoras Marinina Gruska (Os desafios para a efetivação dos direitos humanos das mulheres na sociedade brasileira), Tania Maria Batista de Lima e Maria Helena de Paula Frota (A importância dos 10 anos da Lei Maria da Penha). Neste evento, foi lançado o Volume 13 da Revista Themis, referente ao ano de 2015;
- xv. O Impacto do novo Código de Processo Civil nos Juizados Especiais - palestra do Prof. Daniel Miranda, em 8 de abril de 2016;
- xvi. Encontros dos Juizados Especiais – Foram realizadas na Esmec várias reuniões da Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Poder Judiciário Estadual, presidida pelo desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, em 2015 e 2016, quando foram discutidos assuntos como Processo Judicial Eletrônico, padronização de procedimentos nos JECC, novo CPC e Fonaje. Destaque-se o evento em comemoração aos 20 anos da Lei nº 9.099/1995 (que cria os Juizados Especiais) no dia 18 de setembro de 2015, e o curso de formação para 64 Juízes Leigos, de 2 a 23 de outubro de 2015. A Coordenadoria dos Juizados da Capital, à frente a juíza Ijosiana Serpa, também realizou reuniões e capacitações na Esmec, sobretudo em torno do PJE;
- xvii. Eventos do TRE/CE – Balanço das eleições municipais de 2016 (dia 16 de novembro de 2016); reunião multidisciplinar envolvendo juízes e chefes de cartório de 71 zonas eleitorais da Capital e do Interior do Estado, para esclarecimentos sobre as eleições (15 de julho de 2016); e VIII Ciclo de Debates – Eleições 2016 (19 e 20 de maio de 2016);
- xviii. Debate com candidatos à presidência da ACM – realizado em 21 de outubro de 2016, com mediação do juiz Mantovanni Colares Cavalcante;



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- xix. Comitê Executivo de Saúde - Reuniões mensais na Esmec, a partir de 23 de setembro de 2016, organizadas pela juíza Helga Medved, coordenadora do Comitê;
- xx. Provas de juiz substituto - O concurso, que selecionou 70 novos juízes substitutos para o TJCE, teve etapas realizadas na Esmec. Um total de 118 participantes fizeram provas psicotécnicas e orais, em maio de 2015.

### 14.8.3 Outras atividades

#### 14.8.3.1 Lançamento de livros

Foram lançadas as seguintes obras, no auditório da Esmec:

- i. Vida introspecta: poemas e devaneios, do Des. Francisco Bezerra Cavalcante (26/3/15);
- ii. Um plano desabusado para o sistema prisional, da juíza Maria Marleide Maciel Queiróz (6/5/15);
- iii. Teoria geral do direito processual penal: estudo unificado com a doutrina e a jurisprudência do STF e STJ, do promotor de justiça Ionilton Pereira do Vale (11/6/15);
- iv. Direito à saúde: ativismo judicial, políticas públicas e reserva do possível, da Profa. Denise dos Santos Vasconcelos Silva (13/8/15);
- v. Garantias Constitucionais e Segurança Jurídica, do presidente da OAB nacional, Marcus Vinicius Furtado (26/8/15);
- vi. Geopolítica da violência urbana: diagnóstico multifacetado e propostas sistêmicas para a segurança pública do Ceará, do advogado Laércio Noronha Xavier (10/12/15);
- vii. Padre Ibiapina: histórias maravilhosas, do juiz José Flávio Bezerra Moraes (11/3/16);
- viii. Impasses da Democracia no Brasil, do prof. Leonardo Avritzer (15/7/16);
- ix. Os direitos humanos das mulheres: transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil, da Profa. Marinina Gruska Benevides (23/9/16);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- x. Abrindo a Caixa Preta: Por que a Justiça não funciona no Brasil?, do juiz federal Nagibe de Melo Jorge Neto (7/10/16);
- xi. A guerra ao crime e os crimes da guerra: uma crítica descolonial às políticas beligerantes no Sistema de Justiça Criminal Brasileiro, do Prof. Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior.

### 14.8.3.2 Grupo de pesquisa

O Grupo de Pesquisa “Dimensões do Conhecimento do Poder Judiciário”, organizado pela Esmec, realizou 12 encontros em 2016, nos quais discutiu temas de grande relevância para a Justiça Estadual. Professores convidados apresentaram e debateram os resultados das pesquisas e dos projetos concluídos, além de abrirem espaço para a discussão de novos problemas de pesquisa, questões metodológicas e epistemológicas. O Grupo está sendo cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), encontrando-se atualmente sob a liderança do Prof. Dr. José Joaquim Neto Cisne, Secretário de Planejamento do TJCE. Nos encontros, foram debatidos os seguintes temas:

- i. Caminhos para a Institucionalização da Pesquisa numa Instituição de Ensino - Prof. Me. Raphael de Jesus Campos de Andrade/UFC (19/2/2016);
- ii. Pesquisa Fenomenológica em Escolas de Magistratura - Prof. Dr. Raimundo Hélio Leite/UFC (4/3/2016);
- iii. A Ausência do Poder Judiciário como Objeto de Pesquisa da Administração - Prof. Dr. Leonel Gois Oliveira/Esmec (18/3/2016);
- iv. Dimensões do Conhecimento no Poder Judiciário - Prof. Dr. Francisco Josênio Camelo Parente/Uece, que discutiu o texto de Boaventura de Sousa Santos “Brasil: a democracia à beira do caos e os perigos da desordem jurídica” (1º/4/2016);
- v. Inovações do Poder Judiciário Cearense na Atual Gestão - Prof. Dr. José Joaquim Neto Cisne/Esmec (8/4/2016);
- vi. Formação e Avaliação de Juízes no Poder Judiciário Estadual do Ceará - Prof. Dr. Flávio José Moreira Gonçalves/Esmec (6/5/2016);
- vii. Judiciário e Complexidade - Profa. Dra. Germana Belchior/FA7 (13/5/2016);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- viii. Dez anos de CNJ: reflexões do envolvimento com a melhoria da eficiência do Judiciário brasileiro - Prof. Dr. Leonel Gois Oliveira/Esmec (20/5/2016);
- ix. Pensamento Constitucional Brasileiro - Prof. Dr. Martônio Mont'Alverne Barreto Lima/Unifor (3/6/2016);
- x. Cultura Organizacional e Gestão por Processos: reflexões acerca da virtualização do judiciário cearense - Prof. Dr. João Paulo Braga/Esmec (10/6/2016);
- xi. Medição da eficiência de magistrados e de unidades judiciárias no Ceará: o sistema Eficiência.jus – Prof. Me. Sérgio Mendes de Oliveira Filho/Esmec (17/6/16);
- xii. Análise de Jurisprudência sobre Tráfico de Pessoas - Profª. Dra. Mércia Cardoso de Souza/Esmec (24/6/2016).

### 14.8.3.3 Polos de Aprendizagem

A Esmec reuniu, dia 10 de abril de 2015, os juízes coordenadores dos polos de Crato, Sobral e Iguatu, para o planejamento de cursos e eventos nessas cidades, bem como a realização de pesquisa sobre a necessidade de cursos para magistrados e servidores nos Polos. Foram desenvolvidas as seguintes ações no biênio:

- i. Polo do Crato - Coordenado pelo juiz Ângelo Bianco Vettorazzi, o Polo promoveu uma série de atividades em 2015 e 2016, integrando-se às comemorações do bicentenário da Comarca de Crato, e em comemoração aos dois anos de criação do Polo (que aconteceu em 17 de outubro de 2016). Foram realizados o Ciclo de palestras sobre o novo CPC (entre agosto e novembro de 2015); a palestra “Ferramentas de gestão aplicadas ao Judiciário” (1º de abril de 2016), o Ciclo de Palestras de Direito Eleitoral (entre julho e agosto de 2016); e o Ciclo de Palestras sobre Direito Processual Civil (de 26 de agosto a 4 de novembro de 2016);
- ii. Polo de Iguatu - Comandado pelo juiz Ricardo Alexandre da Silva Costa, o Polo firmou convênio de cooperação com o campus multi-institucional (Uece/Uva e Urvca) de Iguatu, no dia 20 de julho de 2015, para realização de cursos e eventos em parceria. No dia 22 de setembro de 2015, o Polo foi oficialmente instalado, com a palestra “O Novo Código de Processo Civil” e o lançamento do livro



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

“Teoria e Filosofia do Direito”. No dia 28 de outubro de 2015, o Polo realizou a palestra “Gestão de Conflitos, Mediação e Conciliação no Sistema de Justiça”.

### 14.8.3.4 Responsabilidade socioambiental

- i. Ações sociais em benefício das comunidades do entorno da Esmec (Édson Queiroz, Dendê etc.): Casamento coletivo para 17 casais, em 13 de novembro de 2015; oferta de Língua Portuguesa e Cidadania, Inglês Básico e maquiagem; Unidade Móvel do TRE/CE, no dia 24 de setembro de 2015, prestou serviços gratuitos aos eleitores (emissão de títulos ou obtenção da 2ª via, biometria etc.); palestra “Educação sexual: alertas, cuidados e prevenções” para alunos do nível médio da escola estadual Dom Antonio de Almeida Lustosa, dia 28 de setembro de 2015; Audiência pública promovida pelo vereador Vicente de Paulo Pinto Costa, no auditório da Esmec, na noite de 18 de fevereiro de 2016, debateu assuntos de interesse da comunidade do bairro Edson Queiroz; e envio de livros, CDs e revistas, frutos de doação, para montagem da biblioteca comunitária do Dendê;
- ii. Ações ambientais: Plantio de 150 mudas de árvores nativas, realizado no dia 24 de junho de 2015, por iniciativa da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, com a presença do secretário estadual do Meio Ambiente, Artur Bruno; Doação de jornais, garrafas pet vazias e outros materiais para as oficinas de reciclagem do Conselho Comunitário Celina Queiroz e escolas; e implantação do Programa de Sustentabilidade do entorno da Esmec, que compreende várias ações de responsabilidade ambiental, dentre as quais a realização de pleitos na Prefeitura para limpeza, iluminação da área e instalação de equipamentos públicos, como o Ecoponto.

### 14.8.3.5 Convênios

Foram assinados convênios de cooperação técnica, objetivando sobretudo a oferta de cursos e eventos diversos, com as seguintes instituições: Justiça Federal, Ministério Público estadual, Escola Superior do MP, Ordem dos Advogados (OAB/CE), Tribunal Regional Eleitoral e



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

sua Escola Judiciária (EJE/TRE-CE), Defensoria Pública do Ceará, Vice-Governadoria do Estado, Rede Estadual de Escolas de Governo, Prefeitura de Fortaleza, Associação Cearense de Magistrados (ACM), Secretaria Estadual de Justiça (Sejus), Universidades (Unifor e Uece) e a organização *Terre des hommes*.

### 14.8.3.6 Rede de Escolas de Governo do Ceará

A Esmec, no biênio, teve participação ativa nos encontros promovidos pela Rede de Escolas de Governo do Ceará, entidade que congrega 14 instituições, tendo seu diretor, o desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte, sido escolhido Coordenador Geral em 12 de agosto de 2015, ficando à frente da Rede até 27 de abril de 2016. Neste período, foram definidos importantes eventos para as escolas, concluída a criação do Portal da Rede e posto em prática o Plano Estratégico do colegiado.

### 14.8.3.7 Eventos nacionais

A Direção da Esmec esteve presente nos principais eventos promovidos pela Enfam, em Brasília, bem como nos encontros do Copedem, nos anos de 2015 e 2016.



## RELATÓRIO CONSOLIDADO DE METAS POR EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMA

Tabela 65: Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa

CÓD.	EIXO	CÓD.	ÁREA TEMÁTICA	CÓD.	PROGRAMA	CÓD.	META	QTD. PROGRAMADA 2016	QTD. REALIZADA 2016
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1	MELHORIA DA ESTRUTURA PARA A OFERTA DOS SERVIÇOS JUDICIAIS	238	144
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	02	AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	10	8
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	03	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA PARA OFERTA DOS SERVIÇOS JUDICIAIS	470	462
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	01	MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO CRIMINAL	1	0
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	39	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	02	ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ENVIO DOS PROCEDIMENTOS POLICIAIS AO PODER JUDICIÁRIO	14	32
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	03	ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ENVIO DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PRISIONAIS AO PODER JUDICIÁRIO	13	13
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	04	EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À ÁREA CRIMINAL	12	0



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	39	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	05	MELHORIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	3	0
----	-------------------	------	------------------------	----	---	----	--	---	---

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

### RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 3 órgãos em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47; e
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30.

Cada um destes órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2016:

Figura 7 – Execução Orçamentária 2016 – Tribunal de Justiça

Código Descrição	Lei	Lei – Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
0403300 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	587.161.288,00	1.047.381.288,00	1.044.488.719,37	1.544.889.281,68	59,72	59,89
01 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	512.085.214,00	885.835.214,00	969.151.717,1	938.712.553,69	89,71	89,73
99 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.076.074,00	161.546.074,00	84.337.002,27	61.176.727,99	11,01	11,16
Total Geral	587.161.288,00	1.047.381.288,00	1.044.488.719,37	1.544.889.281,68	59,72	59,89

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta tríplice estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2016, representou 99,72% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Figura 8 – Execução Orçamentária 2016 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais

Código Descrição	Lei	Lei - Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
<b>04000100 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>916.625.344,00</b>	<b>962.625.244,00</b>	<b>980.151.717,18</b>	<b>359.713.533,89</b>	<b>59,74</b>	<b>59,69</b>
319900 PESSOAS, EXCLUSO O DO RGPS	5.009.720,00	1.343.822,17	1.343.822,17	4.311.345,22	86,24	86,34
319011 VERGUMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	252.999.414,00	252.211.252,74	288.015.289,52	288.015.289,52	100,00	100,00
319012 VERGUMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	4.001.000,00	4.330.000,00	4.330.000,00	4.330.000,00	100,00	100,00
319013 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000.000,00	2.000.000,00	6.725.000,00	6.725.000,00	100,00	100,00
319018 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.195.500,00	5.334.000,74	6.145.000,00	6.145.000,00	100,00	100,00
319019 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319992 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.007.220,00	15.211.112,00	15.122.298,41	4.715.453,28	31,28	31,13
319993 INDEBIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319994 RESARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.007.747,00	1.393.047,00	1.393.047,00	1.393.047,00	100,00	100,00
319995 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150.779.044,00	154.920.044,00	156.454.027,00	156.454.027,00	100,00	100,00
319996 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	75.000,00	75.000,00	110.000,00	110.000,00	100,00	100,00
319997 RESARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	30.110,00	21.250,00	430.898,18	430.898,18	100,00	100,00
<b>Total Geral</b>	<b>916.625.344,00</b>	<b>962.625.244,00</b>	<b>980.151.717,18</b>	<b>359.713.533,89</b>	<b>59,74</b>	<b>59,69</b>

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Figura 9 – Execução Orçamentária 2016 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes

Código Descrição	Lei	Lei - Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
<b>04000100 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>70.988.324,00</b>	<b>84.828.324,00</b>	<b>84.317.002,12</b>	<b>84.294.772,71</b>	<b>99,59</b>	<b>99,58</b>
339998 OUTRAS DESPESAS CORRENTES - BRASILEIRAS	10.110,00	12.110,00	14.448,55	14.448,55	100,00	100,00
339999 OUTRAS DESPESAS CORRENTES - ESTRANGEIRAS	2.700.000,00	2.700.000,00	2.700.000,00	2.700.000,00	100,00	100,00
339905 MATERIAIS - DIVERSOS	10.000,00	10.000,00	27.200,00	27.200,00	100,00	100,00
339990 MATERIAIS DE CONSUMO	15.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339991 PRECATORIOS CULTURAIS, ARTISTICAS E CIENTIFICAS, RESPECTIVAS E OUTRAS	0,00	1.170,00	1.170,00	1.170,00	100,00	100,00
339992 MATERIAL DE IMPRESSÃO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339993 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	60.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339995 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339998 OUTRAS DESPESAS DE TERCEIROS - PESSOAL FISICO	5.740.000,00	7.422.000,00	6.400.291,24	7.400.491,24	100,00	100,00
339997 LOCAÇÃO DE BENS IMOVEIS	10.000,00	17.200.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00	100,00	100,00
339996 OUTRAS DESPESAS DE TERCEIROS - PESSOAL JURIDICO	2.988.214,00	7.400.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00	100,00	100,00
339994 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339995 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAL JURIDICO	23.000.000,00	26.000.000,00	26.000.000,00	26.000.000,00	100,00	100,00
339997 OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	20.000,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00	100,00	100,00
339998 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAL JURIDICO	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339999 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	900.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	100,00
339995 INDEBIDAS E NECESSARIAS	12.000.000,00	15.211.112,00	18.517.898,55	18.517.898,55	100,00	100,00
339996 OUTRAS DESPESAS DE TERCEIROS - PESSOAL JURIDICO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>70.988.324,00</b>	<b>84.828.324,00</b>	<b>84.317.002,12</b>	<b>84.294.772,71</b>	<b>99,59</b>	<b>99,58</b>

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Quanto ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:

Figura 10 – Execução Orçamentária 2016 – Tribunal de Justiça – Investimentos

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até DEZEMBRO PERCENTUAL DA AUTORIZADO		
				Pago	% Emp.	% Pago
3420001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	29.316.090,00	7.861.879,93	6.577.313,25	3.178.769,41	60,05	48,43
442022 MATERIAL DE CONTABILIDADE	2.007.279,00	151.120,88	98.712,00	91.885,00	21,42	21,13
393035 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.739.000,00	1.449.000,94	1.600.703,61	1.070.491,07	60,79	60,79
4801 OBRAS E INSTALAÇÕES	8.071.865,00	715.281,12	311.701,11	260.504,11	13,30	12,70
442022 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.222.976,00	4.124.058,08	2.994.272,14	890.333,24	39,27	18,13
393035 SERVIÇOS DE TERCEIROS - INTERMEDIÁRIOS	1.265.000,00	1.140.000,00	876.139,20	816.233,00	66,32	60,14
<b>Total Geral</b>	<b>29.316.090,00</b>	<b>7.861.879,93</b>	<b>6.577.313,25</b>	<b>3.178.769,41</b>	<b>60,05</b>	<b>48,43</b>

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

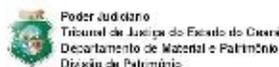
Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 5,12% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40 e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

Importante destacar que as informações orçamentárias, financeiras e contábeis no Estado do Ceará são produzidas e geridas pela Secretaria de Fazenda do estado, não tendo o Tribunal de Justiça interferência sobre os demonstrativos ora disponibilizados.



RECURSOS PATRIMONIAIS

Figura 11 – Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará



Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Conta	Descrição	Saldo ant. (R\$)	Incorp. (R\$)	Baixas (R\$)	Reinc. (R\$)	Recav. (R\$)	Saldo atual (R\$)
000000003	CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO	17.839,153.06	0,00	0,00	0,00	0,00	17.839,153.06
339030015	PECAS E ACESSORIOS PARA EQUIP DE COMUNICACAO	1,336.00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,336.00
339030025	Material para audio e video	224.00	0,00	0,00	0,00	0,00	224.00
339030026	MATERIAL DE PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO	10,814.00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,814.00
4490300033	MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	0,00	3,700.00	0,00	0,00	0,00	3,700.00
4490520001	VEICULOS E EQUIP PARA VEICULOS	4.277,302.74	0,00	0,00	0,00	0,00	4.277,302.74
44905200018	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	860.00	0,00	0,00	0,00	0,00	860.00
44905200023	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1,895,251.32	0,00	0,00	0,00	0,00	1,895,251.32
44905200027	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	0,00	8,018.00	0,00	0,00	0,00	8,018.00
44905200034	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	7,367.00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,367.00
44905200036	MÁQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIP. DIVERSOS	885,866.50	32,020.75	0,00	0,00	0,00	917,887.25
44905200039	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	2,796.60	0,00	0,00	0,00	0,00	2,796.60
4490520004	MAQUINAS MOTORES E AP DIVERSOS	4,584,557.33	12,176.21	0,00	0,00	0,00	4,596,733.54
4490520007	APARELHOS E UTENSÍLIOS TIPO DOMESTICO	296,930.60	591.84	0,00	0,00	0,00	297,522.44
4490520010	BANDEIRAS E FLAMULAS	21,401.00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,401.00
4490520011	LIVROS E PUBLIC TECNICAS	728,673.81	0,00	0,00	0,00	0,00	728,673.81
4490520012	EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO	117,821.81	2,991.47	0,00	0,00	0,00	120,813.28
4490520013	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	619,675.77	72,600.00	0,00	0,00	0,00	692,275.77
4490520015	APAREL DE USO ODON HOSP E LABORATORIAIS	130,480.80	431.00	0,00	0,00	0,00	130,911.80
4490520016	DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO	46,420.02	0,00	0,00	0,00	0,00	46,420.02
4490520017	EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO	905,287.87	3,763.05	0,00	0,00	0,00	909,050.92
4490520020	MOBILIARIO EM GERAL	38,318,078.44	759,660.00	1,295.89	1,295.89	0,00	39,077,738.44
4490520028	OBRAS DE ARTE E PECAS P/MUSEU	3,659.00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,659.00
4490520080	EQUIPAMENTOS P/TECNOLOGIA DA INFORMACAO	25,959,893.35	3,931,920.65	67,665.43	0,00	0,00	29,824,148.57
4490520099	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	382,918.57	1,511.00	0,00	0,00	0,00	384,429.57
	<b>Total:</b>	<b>96,636,568.29</b>	<b>4,827,381.97</b>	<b>68,961.32</b>	<b>1,295.89</b>	<b>0,00</b>	<b>101,396,284.83</b>

Fonte: Secretaria de Administração do TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

### INFRAESTRUTURA

Tabela 66: Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
001	ABAIARA	Prédio	RUA JOÃO FELITO DE SOUSA		CENTRO	63.240-000
002	ACARAPE	Prédio	RUA CHICO VIEIRA		CENTRO	62.580-000
003	ACARAU	Casa	RUA SANTO ANTÔNIO	1495	CENTRO	62.580-000
004	ACARAU	Prédio	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEIRA		CENTRO	62.580-000
005	ACARAU	Prédio	RUA CAMPO DE AVIAÇÃO		CAMPO DE AVIAÇÃO	62.580-000
006	ACOPIARA	Prédio	RUA CÍCERO MANDU	S/N	CENTRO	63.5660-000
007	ACOPIARA	Casa	RUA DR. TIBURCIO SOARES	437	CENTRO	63.5660-000
008	ACOPIARA	Casa	RUA QUINTINO BOCAUVA	420	CENTRO	63.5660-000
009	AIUABA	Casa	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA	6	CENTRO	63.575-000
010	AIUABA	Prédio	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA	S/N	CAIÇARA	63.575-000
011	AIUABA	Casa	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA	50	CENTRO	63.575-000
012	ALCANTARAS	Prédio	RUA FRANCISCO CUNHA		SÃO JOSÉ	62.120-000
013	ALTANEIRA	Prédio	RUA PE. LUIZ ANTÔNIO		CENTRO	63.195-000
014	ALTO SANTO	Prédio	RUA CORONEL SIMPRICIO BEZERRA		CENTRO	62.970-000
015	ALTO SANTO	Casa	RUA JOÃO QUINCÓ		CENTRO	62.970-000
016	AMONTADA	Terreno	RUA MARIA MELO	S/N	TORRE	62.540-000
017	AMONTADA	Prédio	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA	1310	TORRE	62.540-000
018	AMONTADA	Casa	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA	S/N	TORRE	62.540-000
019	ANTONINA DO NORTE	Prédio	AV. CENTRAL		CENTRO	63.570-000
020	APUIARÉS	Prédio	AV. GOMES DA SILVA		CENTRO	62.630-000
021	AQUIRAZ	Casa	LOTEAMENTO		CHÁCARAS DA PRAINHA	61.700-000
022	AQUIRAZ	Casa	LOTEAMENTO		CHÁCARAS DA PRAINHA	61.700-000
023	AQUIRAZ	Casa	LOTEAMENTO		CHÁCARAS DA PRAINHA	61.700-000
024	AQUIRAZ	Prédio	AV. AUGUSTO SÁ		CENTRO	61.700-000
025	AQUIRAZ	Prédio	RUA VIRGÍLO COELHO	112	CENTRO	61.700-000
026	ARACATI	Casa	RUA DO CASTELO	131	CENTRO	62.800-000
027	ARACATI	Casa	RUA CORONEL ALEXANDRINO	1224	CENTRO	62.800-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

028	ARACATI	Prédio	RUA CORONEL ALEXANDRINO	789	CENTRO	62.800-000
029	ARACATI	Casa	RUA DO CASTELO	130	CENTRO	62.800-000
030	ARACATI	Terreno	TRAV. FELISMINO FILHO		FÁTIMA	62.800-000
031	ARACATI	Terreno	LOTEAMENTO VILA GREGA		VILA GREGA	62.800-000
032	ARACOIABA	Casa	RUA LUIS RIBEIRO DE SOUZA	34	PLANALTO ARACOIABA	62.750-000
033	ARACOIABA	Casa	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA		CENTRO	62.750-000
034	ARACOIABA	Prédio	AV. TIRADENTES	1449	CENTRO	62.750-000
035	ARARENDA	Prédio	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM		CANÁRIO	62.210-000
036	ARARIPE	Casa	RUA VICENTE ALENCAR BARBOSA	S/N	CENTRO	63.170-000
037	ARARIPE	Prédio	AV. SIMPLICIO DE ALENCAR		CENTRO	63.170-000
038	ARATUBA	Casa	RUA JULIO PEREIRA	40	FORQUILHA	62.762-000
039	ARATUBA	Prédio	RUA JULIO PEREIRA	30	FORQUILHA	62.762-000
040	ARNEIROZ	Prédio	AV CEL VIRGILIO TAVORA		CENTRO	63.670-000
041	ASSARE	Casa	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA	40	VILA MOTA	63.140-000
042	ASSARE	Terreno	RUA RAUL ONOFRE DE PAIVA	S/N	BELO HORIZONTE	63.140-000
043	ASSARE	Terreno	RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL	S/N	BANGUÊ	63.140-000
044	ASSARE	Prédio	RUA PADRE EMILIO CABRAL	320-A	CENTRO	63.140-000
045	AURORA	Casa	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA	S/N	VILA PAULO GONÇALVES	63.360-000
046	AURORA	Prédio	RUA CORONEL JOSÉ LEITE	S/N	ARAÇA	63.360-000
047	BAIXIO	Casa	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ	S/N	CENTRO	63.320-000
048	BAIXIO	Prédio	PRAÇA DOS TRÊS PODERES	S/N	CENTRO	63.320-000
049	BANABUIU	Prédio	RUA QUEIROZ PESSOA		CENTRO	63.960-000
050	BARBALHA	Casa	RUA MADRE ILDUARA	693	CENTRO	63.180-000
051	BARBALHA	Casa	RUA MADRE ILDUARA	707	CENTRO	63.180-000
052	BARBALHA	Terreno	RUA PRINCESA ISABEL		CENTRO	63.180-000
053	BARBALHA	Prédio	RUA ZUCA SAMPAIO		CENTRO	63.180-000
054	BARBALHA	Prédio	RUA PRINCESA ISABEL	118-A	CENTRO	63.180-000
055	BARBALHA	Casa	RUA CEL JOÃO DA CRUZ	198	CENTRO	63.180-000
056	BARBALHA	Casa	RUA CEL JOÃO DA CRUZ	198	CENTRO	63.180-000
057	BARREIRA	Prédio	RUA PAULO JACÓ	190	CENTRO	62.795-000
058	BARRO	Casa	RUA CRISANTINA MONTEIRO DINIZ	S/N	CENTRO	63.380-000
059	BARRO	Prédio	AV. FRANCISCO	S/N	CENTRO	63.380-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

			AUDERLEY CARDOSO			
060	BARROQUINHA	Prédio	AV. MARIA DIAMANTINAS VERAS	S/N	CENTRO	62.410-000
062	BATURITE	Prédio	AV. 07 DE SETEMBRO	949	CENTRO	62.760-000
061	BATURITE	Casa	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA	1025	SANHARÃO	62.760-000
063	BATURITE	Casa	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA	1025	SANHARÃO	62.760-000
064	BATURITE	Casa	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA	1025	SANHARÃO	62.760-000
068	BATURITE	Prédio	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA		CENTRO	62.760-000
065	BATURITE	Prédio	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO	S/N	CENTRO	62.760-000
066	BATURITE	Terreno	RUA PADRE ANTONIO PINTO	S/N	CENTRO	62.760-000
067	BATURITE	Prédio	TRAVESSA 14 DE ABRIL	S/N	CENTRO	62.760-000
069	BEBERIBE	Casa	RUA JUAQUIM DE QUEIROZ FACÓ		NOVO PLANALTO	62.840-000
070	BEBERIBE	Terreno	RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA		CENTRO	62.840-000
071	BEBERIBE	Prédio	RUA JUAQUIM DE QUEIROZ FACÓ		NOVO PLANALTO	62.840-000
072	BELA CRUZ	Casa	RUA JOSÉ CHEIREZ	S/N	CENTRO	62.570-000
073	BELA CRUZ	Prédio	RUA SANTA CRUZ	S/N	CENTRO	62.570-000
074	BELA CRUZ	Casa	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES	S/N	CENTRO	62.570-000
075	BOA VIAGEM	Terreno	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA		TIBIQUARI	63.870-000
076	BOA VIAGEM	Prédio	RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO	S/N	CENTRO	63.870-000
077	BOA VIAGEM	Casa	RUA 21 DE NOVEMBRO	566	TIBIQUARI	63.870-000
078	BREJO SANTO	Casa	RUA MANOEL TIBURTINO	544	CENTRO	63.260-000
079	BREJO SANTO	Casa	RUA MANOEL TIBURTINO	301	CENTRO	63.260-000
080	BREJO SANTO	Prédio	AV. ANTÔNIO FLORENTINO	S/N	CENTRO	63.260-000
081	BREJO SANTO	Prédio	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO	274	CENTRO	63.260-000
082	CAMOCIM	Casa	RUA DA INDEPENDÊNCIA	561-A	CENTRO	62.400-000
083	CAMOCIM	Casa	RUA DA INDEPENDÊNCIA	561-B	CENTRO	62.400-000
084	CAMOCIM	Prédio	RUA 24 DE MAIO	S/N	CENTRO	62.400-000
085	CAMPOS SALES	Casa	RUA ENEAS ARAES	394	CENTRO	63.150-000
086	CAMPOS SALES	Prédio	RUA MANOEL MORAES		CENTRO	63.150-000
087	CANINDÉ	Casa	RUA CELIO MARTINS	714	CENTRO	62.700-000
088	CANINDÉ	Casa	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO	268	CENTRO	62.700-000
089	CANINDÉ	Casa	RUA GERONICIO BRIGIDO	268	BELA VISTA	62.700-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

			NETO			
090	CANINDÉ	Prédio	RUA GERONICIO BRIGIDO NETO		BELA VISTA	62.700-000
091	CANINDÉ	Prédio	RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS		CENTRO	62.700-000
092	CAPISTRANO	Casa	RUA ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA	S/N	CENTRO	62.748-000
093	CAPISTRANO	Casa	RUA CEL. FRANCISCO NUNES CAVALCANTE	S/N	CENTRO	62.748-000
094	CAPISTRANO	Prédio	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO	S/N	CENTRO	62.748-000
095	CARIDADE	Casa	RUA CEL. LINHARES	S/N	CENTRO	62.730-000
096	CARIDADE	Prédio	RUA CEL. LINHARES	S/N	CENTRO	62.730-000
097	CARIRE	Casa	RUA VEREADOR HONÓRIO DE BRITO	S/N	CENTRO	62.184-000
098	CARIRE	Prédio	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO	S/N	CENTRO	62.184-000
099	CARIRIAÇU	Casa	RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL	S/N	PARAISO	63.220-000
100	CARIRIAÇU	Prédio	RUA LUIZ BEZERRA	S/N	PARAISO	63.220-000
101	CARIUS	Casa	PRAÇA DA REPÚBLICA	S/N	CENTRO	63.530-000
102	CARIUS	Prédio	RUA VEREADOR BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA	S/N	NOVO HORIZONTE	63.530-000
103	CARNAUBAL	Casa	RUA 22 DE JULHO	S/N	CENTRO	62.375-000
104	CARNAUBAL	Prédio	RUA JOSÉ BARROSO	143	CENTRO	62.375-000
105	CASCATEL	Casa	RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	508	PLANALTO NOVA CASCATEL	62.850-000
106	CASCATEL	Casa	AV. PREFEITO JOSÉ DE QUEIROZ FERREIRA	S/N	CENTRO	62.850-000
107	CASCATEL	Prédio	RUA PROF. JOSÉ A DE QUEIROZ		CENTRO	62.850-000
108	CATARINA	Casa	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES	217	CENTRO	63.595-000
109	CATARINA	Prédio	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS	S/N	CENTRO	63.595-000
110	CATUNDA	Prédio	RUA ANTÔNIO TIMBÓ		CENTRO	62.297-000
111	CAUCAIA	Casa	RUA JOSÉ DA ROCHA	521	CENTRO	61.600-000
112	CAUCAIA	Casa	RUA JOSÉ DA ROCHA	503	CENTRO	61.600-000
113	CAUCAIA	Casa	RUA JOSÉ DA ROCHA	483	CENTRO	61.600-000
114	CAUCAIA	Casa	RUA CEL. JOÃO LICÍNIO	517	CENTRO	61.600-000
115	CAUCAIA	Casa	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS	251	CENTRO	61.600-000
116	CAUCAIA	Prédio	RUA JOACI SAMPAIO PONTES	2091	CENTRO	61.600-000
117	CAUCAIA	Prédio	RUA 15 DE NOVEMBRO		CENTRO	61.600-000
118	CEDRO	Casa	RUA AZARIAZ ALVES DINIZ	129	CENTRO	63.400-000
119	CEDRO	Prédio	RUA CEL. JOÃO CANDIDO	578	CENTRO	63.400-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

120	CHAVAL	Casa	RUA ZEFERINO COSTA	265	CENTRO	62.420-000
121	CHAVAL	Prédio	RUA MAJOR FIEL	299	CENTRO	62.420-000
122	CHAVAL	Casa	PRAÇA MONSENHOR CARNEIRO	1185	CENTRO	62.420-000
123	CHORO LIMÃO	Prédio	ESTRADA DA SERRA DO ESTEVÃO		CENTRO	63.920-000
124	CHOROZINHO	Casa	AV. DR. LUIZ COSTA	S/N	LEIRÕES	62.875-000
125	CHOROZINHO	Prédio	AV. DR. LUIZ COSTA	S/N	LEIRÕES	62.875-000
126	COREAU	Casa	RUA CONJ. COHAB	S/N	CENTRO	62.160-000
127	COREAU	Prédio	ROD. CE 071	S/N		62.160-000
128	COREAU	Casa	RUA CEL. ANTÔNIO TELES	S/N	CENTRO	62.160-000
129	CRATEÚS	Casa	RUA MOREIRA DA ROCHA	S/N	CENTRO	63.700-000
130	CRATEÚS	Casa	RUA MOREIRA DA ROCHA	S/N	CENTRO	63.700-000
131	CRATEÚS	Casa	RUA GENTIL BARREIRA	S/N	CENTRO	63.700-000
132	CRATEÚS	Terreno	AV EDILBERTO FROTA	S/N	CENTRO	63.700-000
133	CRATEÚS	Prédio	GALERIA GENTIL CARDOSO	S/N	CENTRO	63.700-000
134	CRATO	Casa	QUADRA D5A LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
135	CRATO	Casa	QUADRA D5B LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
136	CRATO	Casa	QUADRA D5C LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
137	CRATO	Casa	QUADRA D5D LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
138	CRATO	Prédio	RUA ALVARO PEIXOTO DE ALENCAR	S/N	SÃO MIGUEL	63.100-000
139	CROATA	Casa	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU	8	CAROBA	62.390-000
140	CROATA	Prédio	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU	S/N	CAROBA	62.390-000
141	CRUZ	Casa	RUA 7 DE SETEMBRO	S/N	CENTRO	62.595-000
142	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Prédio	RUA FRANCISCA BARROSO GOMES		PRAÇA DOS 3 PODERES	63.645-000
143	ERERE	Prédio	TRAVESSA MARIANA DE MOURA		CENTRO	63.470-000
144	EUSÉBIO	Casa			LAGOA DOS PATOS	61.760-000
145	EUSÉBIO	Prédio	AV. EUSÉBIO DE QUEIROZ		CENTRO	61.760-000
146	FARIAS BRITO	Casa	RUA CEL MANUEL PINHEIRO DE ALMEIDA	S/N	CENTRO	63.185-000
147	FARIAS BRITO	Prédio	RUA CEL MANUEL PINHEIRO DE ALMEIDA	S/N	CENTRO	63.185-000
148	FORQUILHA	Casa	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO	S/N	CENTRO	62.115-000
149	FORQUILHA	Prédio	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO	S/N	CENTRO	62.115-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

150	FORTALEZA	Prédio	AV. SANTOS DUMONT	1400	ALDEOTA	60.150-160
151	FORTALEZA	Prédio	AV GEN AFONSO A LIM	S/N	CAMBEBÁ	60.839-900
152	FORTALEZA	Prédio	RUA DR. JOÃO GUILHERME	25	ANTONIO BEZERRA	60.356-770
153	FORTALEZA	Prédio	RUA HERMINA BONAVIDES		PRAIA DO FUTURO	60.182-260
154	FORTALEZA	Prédio	AV DA UNIVERSIDADE	3281	BENFICA	60.020-181
155	FORTALEZA	Prédio	RUA 729	443	CONJ. CEARÁ	60.531-760
156	FORTALEZA	Prédio	RUA SANTA EFIGÊNIA	360	MESSEJANA	60.871-020
157	FORTALEZA	Prédio	RUA DES JOÃO FIRMINO	3288	MONTESE	60.425-560
158	FORTALEZA	Prédio	AV DA UNIVERSIDADE	2922	BENFICA	60.020-181
159	FORTALEZA	Prédio	RUA BARÃO DO RIO BRANCO	340	FÁTIMA	60.025-062
160	FORTALEZA	Prédio	RUA DO LAGO	636	TANCREDO NEVES	60.820-370
161	FORTALEZA	Prédio	RUA DR ALMEIDA FILHO	800	JACARECANGA	60.320-510
162	FORTALEZA	Prédio	RUA CARLOS CHAGAS	421	BONSUCESSO	60.541-550
163	FORTALEZA	Prédio	AV. C	1301	CONJ. NOVA ASSUNÇÃO	60.347-500
164	FORTALEZA	Prédio	RUA MÁRIO MAMEDE	1200	PIEIDADE	60.415-000
165	FORTALEZA	Prédio	AV GEN OSÓRIO DE PAIVA	130	PARANGABA	60.720-000
166	FORTALEZA	Prédio	AV K	1330	JOSÉ WALTER	60.750-100
167	FORTALEZA	Prédio	RUA BETEL	230	SERRINHA	60.741-810
168	FORTALEZA	Prédio	AV. GODOFREDO MACIEL	3100	MARAPONGA	60.710-000
169	FORTALEZA	Prédio	AV GENERAL AFONSO A LIMA	S/N	CAMBEBÁ	60.822-325
170	FORTALEZA	Prédio	RUA SENADOR POMPEU	1200	CENTRO	60.025-061
171	FORTALEZA	Prédio	RUA ROBERTO SILVA	70	EDSON QUEIROZ	60.812-230
172	FORTALEZA	Prédio	RUA TABELIÃO FABIÃO	114	PRESIDENTE KENEDY	60.320-010
173	FORTALEZA	Prédio	RUA RAMIREZ MARANHÃO DO VALE	70	EDSON QUEIROZ	60.811-670
174	FORTALEZA	Prédio	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES	220	EDSON QUEIROZ	60.811-902
175	FORTALEZA	Prédio	RUA ALMIRANTE MAXILIANO DA FONSECA	1395	EDSON QUEIROZ	60.811-020
176	FORTALEZA	Prédio	RUA VISCONDE DE MAUA	1940	ALDEOTA	60.235-270
177	FORTIM	Casa	RUA JOAQUIM CRISOSTOMO	S/N	CENTRO	62.815-000
178	FORTIM	Prédio	RUA JOAQUIM CRISOSTOMO	S/N	CENTRO	62.815-000
179	FRECHEIRINHA	Casa	RUA TENENTE EUFRÁSIO	S/N	CENTRO	62.340-000
180	FRECHEIRINHA	Terreno	RUA JOAQUIM PEREIRA	S/N	CENTRO	62.340-000
181	FRECHEIRINHA	Prédio	RUA JOAQUIM PEREIRA	S/N		62.340-000
182	GENERAL SAMPAIO	Prédio	RUA JOSÉ SEVERINO FILHO	S/N	CENTRO	62.738-000
183	GRAÇA	Casa	AV JOSÉ CANDIDO DE CARVALHO	S/N	CENTRO	62.365-000
184	GRAÇA	Prédio	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO	S/N	CENTRO	62.365-000
185	GRANJA	Casa	RUA DEPUTADO	S/N	SÃO RAIMUNDO	62.430-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

			CARVALHO ROCHA			
186	GRANJA	Casa	RUA DEPUTADO CARVALHO ROCHA	S/N	SÃO RAIMUNDO	62.430-000
187	GRANJA	Prédio	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE	S/N	CENTRO	62.430-000
188	GRANJEIRO	Prédio	AV. ANTÔNIO MONTEIRO GRANJEIRO	S/N	CENTRO	63.230-000
189	GROAIRAS	Casa	RUA JOSE FERREIRA DO NASCIMENTO	S/N	CENTRO	62.190-000
190	GROAIRAS	Prédio	RUA PRINCESA ISABEL	1520	CAP. JOSÉ LINHARES	62.190-000
191	GROAIRAS	Prédio	RUA JOÃO GUARINO FEIJÃO	S/N	CAP. JOSÉ LINHARES	62.190-000
192	GUAUIUBA	Prédio	RUA DES. FAUSTO ALBUQUERQUE	S/N	CENTRO	61.890-000
193	GUARACIABA DO NORTE	Casa	AV NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	S/N	CRUZ	62.380-000
194	GUARACIABA DO NORTE	Prédio	RUA PADRE BERNADINO MEMÓRIA	322	CENTRO	62.380-000
195	GUARAMIRANGA	Prédio	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA		CENTRO	62.766-000
196	HIDROLANDIA	Casa	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOS		CENTRO	62.270-000
197	HIDROLANDIA	Prédio	AV CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ	S/N	CENTRO	62.270-000
198	HORIZONTE	Casa	RUA ANA NOGUEIRA	305	CENTRO	62.880-000
199	HORIZONTE	Terreno	RUA ANA NOGUEIRA		CENTRO	62.880-000
200	HORIZONTE	Prédio	AV. EUDES XIMENES		CENTRO	62.880-000
201	IBARETAMA	Prédio	RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES		CENTRO	63.970-000
202	IBIAPINA	Casa	AV. SARGENTO GOMES NETO	S/N	CENTRO	62.360-000
203	IBIAPINA	Terreno	RUA VEREADOR MANOEL RODRIGUES	S/N	CENTRO	62.360-000
204	IBIAPINA	Prédio	AV. DEPUTADO ALVARO SOARES	S/N	CENTRO	62.360-000
205	IBICUITINGA	Prédio	AV. CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO		CENTRO	62.955-000
206	ICAPUI	Casa	RUA DOS PORFÍRIOS	S/N	CENTRO	62.810-000
207	ICAPUI	Prédio	AV. CHICO FELIX	S/N	CENTRO	62.810-000
208	ICÓ	Casa	RUA FRANCISCO MORAIS MOREIRA	1472	CENTRO	63.430-000
209	ICÓ	Casa	RUA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO	1788	CENTRO	63.430-000
210	ICÓ	Prédio	AV JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO	1760	CENTRO	63.430-000
211	IGUATU	Casa	AV JOSÉ AMARO	261	PLANALTO IGUATU	63.500-000
212	IGUATU	Casa	RUA JOÃO XXIII	35	SÃO SEBASTIÃO	63.500-000
213	IGUATU	Casa	RUA JULIO CAVALCANTE	1650	CENTRO	63.500-000
214	IGUATU	Casa	RUA FLORIANO PEIXOTO		CENTRO	63.500-000
215	IGUATU	Prédio	RUA EDIMAR AMARO	S/N	BUGI	63.500-000
216	IGUATU	Prédio	AV AGENOR ARAUJO	S/N	CENTRO	63.500-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

217	INDEPENDENCIA	Casa	RUA FREI VIDAL	535	CENTRO	63.640-000
218	INDEPENDENCIA	Prédio	RUA SANTA TERESINHA	510	CENTRO	63.640-000
219	IPAPORANGA	Casa	RUA JOÃO LUCIANO	S/N	CENTRO	62.215-000
220	IPAPORANGA	Prédio	RUA PEDRO CORREIA LEITÃO	S/N	CENTRO	62.215-000
221	IPAUMIRIM	Casa	RUA DONA NANINHA		CENTRO	63.340-000
222	IPAUMIRIM	Prédio	VILA SÃO JOSE		CENTRO	63.340-000
223	IPU	Casa	RUA JOANA MIMOSA	884	CENTRO	62.250-000
224	IPU	Prédio	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO	1020	CENTRO	62.250-000
225	IPUEIRAS	Casa	RUA CORONEL GUILHERMINO		CENTRO	62.230-000
226	IPUEIRAS	Prédio	RUA CORONEL GUILHERMINO		PRAÇA DO CRISTO	62.230-000
227	IRACEMA	Casa	RUA ULISES DE HOLANDA CAMPELO	461	CENTRO	62.980-000
228	IRACEMA	Prédio	RUA CELSO GOMES DA SILVA	133	CENTRO	62.980-000
229	IRACEMA	Casa	RUA GEVÁSIO HOLANDA GUERRA	1371	CENTRO	62.980-000
230	IRAUCUBA	Casa	RUA JORGE DOMINGUES		CENTRO	62.620-000
231	IRAUCUBA	Prédio	AV. PAULO BASTOS	631	CENTRO	62.620-000
232	ITAIÇABA	Prédio	VILA OLIMPICA		CENTRO	62.820-000
233	ITAITINGA	Prédio	AV CORONEL VIRGILIO TAVORA		CENTRO	61.880-000
234	ITAITINGA	Casa	RUA FRANCISCO CORDEIRO DE OLIVEIRA	1019	CENTRO	61.880-000
235	ITAPAJÉ	Casa	RUA TARCILA CARNEIRO	10	CENTRO	62.600-000
236	ITAPAJÉ	Casa	RUA 02 DE FEVEREIRO	440	CENTRO	62.600-000
237	ITAPAJÉ	Prédio	RUA SÃO FRANCISCO	104	CENTRO	62.600-000
238	ITAPIPOCA	Casa	RUA INOCÊNCIO BRAGA	3779	CENTRO	62.500-000
239	ITAPIPOCA	Prédio	AV ANASTACIO BRAGA	380	CENTRO	62.500-000
240	ITAPIPOCA	Casa	RUA 7 DE SETEMBRO	35	CENTRO	62.500-000
241	ITAPIPOCA	Prédio	AV ANASTACIO BRAGA	676/ALTOS	CENTRO	62.500-000
242	ITAPIPOCA	Terreno	AV. ESAU ALVES AGUIAR	S/N	FAZENDINHA	62.500-000
243	ITAPIPOCA	Casa	RUA PRESNILAU CAMERINO	68	COQUEIRO	62.500-000
244	ITAPIUNA	Casa	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA	S/N	ALTO DAS UMBURANAS	62.740-000
245	ITAPIUNA	Prédio	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA	S/N	ALTO DAS UMBURANAS	62.740-000
246	ITAPIUNA	Prédio	RUA JOAQUIM BEZERRA	S/N	CENTRO	62.740-000
247	ITAREMA	Casa	AV. RIOS	410	CENTRO	62.590-000
248	ITAREMA	Prédio	AV. RIOS	440	CENTRO	62.590-000
249	ITATIRA	Casa	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA		CENTRO	62.720-000
250	ITATIRA	Prédio	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA		CENTRO	62.720-000
251	JAGUARETAMA	Casa	AV. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	S/N	CENTRO	63.480-000
252	JAGUARETAMA	Prédio	RUA RIACHO DO SANGUE	786	CENTRO	63.480-000
253	JAGUARIBE	Casa	ALTO DO CRUZEIRO	S/N	CENTRO	63.475-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

254	JAGUARIBE	Prédio	AV. 08 DE NOVEMBRO	1261	CENTRO	63.475-000
255	JAGUARUANA	Casa	RUA CEL RAIMUNDO FRANCISCO	1402-A	SOCORRO	62.823-000
256	JAGUARUANA	Prédio	RUA CEL RAIMUNDO FRANCISCO	1402	SOCORRO	62.823-000
257	JARDIM	Casa	RUA SANTO ANTÔNIO		CENTRO	63.290-000
258	JARDIM	Prédio	RUA SANTO ANTÔNIO		CENTRO	63.290-000
259	JATI	Casa	RUA JOSÉ HUMBERTO ALCANTARA DE GONDIM		CENTRO	63.275-000
260	JATI	Prédio	RUA JOSÉ HUMBERTO ALCANTARA DE GONDIM		CENTRO	63.275-000
261	JATI	Prédio	RUA SABINO PEREIRA	38	CENTRO	63.275-000
262	JATI	Casa	RUA SABINO PEREIRA		CENTRO	63.275-000
263	JIOCA DE JERICOACOARA	Prédio	TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE		CENTRO	62.598-000
264	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q		LOTEAMENTO LAGOA SECA	63.040-150
265	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
266	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
267	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
268	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
269	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
270	JUAZEIRO	Terreno	PARTE DA QUADRA K		JARDIM GONZAGA	63.040-150
271	JUAZEIRO	Prédio	RUA ERIVANDO DA CRUZ	50	CENTRO	63.040-150
272	JUAZEIRO	Prédio	RUA MARCIONILIA PESSOA	800	JARDIM GONZAGA	63.040-150
273	JUAZEIRO	Prédio	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS	130	LAGOA SECA	63.040-150
274	JUCAS	Casa	AV. ORMECINDA CORREIA LEITE		PLANALTO	63.580-000
275	JUCAS	Prédio	RUA JOSÉ FACUNDO LEITE		CENTRO	63.580-000
276	LAVRAS DA MANGABEIRA	Casa	RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO	415	CENTRO	63.300-000
277	LAVRAS DA MANGABEIRA	Casa	RUA JOÃO L SOBREIRA	126	CENTRO	63.300-000
278	LAVRAS DA MANGABEIRA	Prédio	RUA VICENTE VELOSO	S/N	VILA BANCÁRIA	63.300-000
279	LAVRAS DA MANGABEIRA	Prédio	RUA XAVIER ANGELO	174	CENTRO	63.300-000
280	LIMOEIRO DO NORTE	Casa	RUA CEL. JOSÉ NUNES	622	JOÃO XXIII	62.930-000
281	LIMOEIRO DO NORTE	Casa	RUA CEL. JOSÉ NUNES		CENTRO	62.930-000
282	LIMOEIRO DO NORTE	Terreno	RUA CEL. JOSÉ NUNES		CENTRO	62.930-000
283	LIMOEIRO DO NORTE	Prédio	RUA CEL. ANTÔNIO JOAQUIM	2187	CENTRO	62.930-000
284	MADALENA	Casa	RUA MARIA EURIVETE PINHO DA SILVA	S/N	NOVA MADALENA	63.860-000
285	MADALENA	Prédio	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA	S/N	SANTA TEREZINHA	63.860-000
286	MARACANAU	Casa	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000
287	MARACANAU	Casa	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000
288	MARACANAU	Prédio	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

289	MARACANAU	Prédio	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000
290	MARACANAU	Casa	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000
291	MARANGUAPE	Casa	RUA DR. ARGEL BRAGA HEBSTER	705	CENTRO	61.940-000
292	MARANGUAPE	Casa	RUA DR. ARGEL BRAGA HEBSTER	705	CENTRO	61.940-000
293	MARANGUAPE	Prédio	LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE		OUTRA BANDA	61.940-000
294	MARANGUAPE	Prédio	PRAÇA DES. PONTES VIEIRA		CENTRO	61.940-000
295	MARCO	Casa	RUA OSTERNO	S/N	CENTRO	62.560-000
296	MARCO	Prédio	RUA FRANCISCO MONTE	S/N	CENTRO	62.560-000
297	MARTINOPOLE	Prédio	AV. CAPITÃO BRITO		CENTRO	62.450-000
298	MASSAPE	Casa	RUA JOSÉ SIGEFREDOA RRUDA		CENTRO	62.140-000
299	MASSAPE	Prédio	RUA APRIGIO COELHO		CENTRO	62.140-000
300	MAURITI	Casa	AV. BURITI GRANDE		CENTRO	63.210-000
301	MAURITI	Prédio	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS	1000	CANÁRIO	63.210-000
302	MERUOCA	Casa	AV JOHN SAMFORD		CENTRO	62.130-000
303	MERUOCA	Prédio	RUA MONSENHOR FURTADO		CENTRO	62.130-000
304	MILAGRES	Casa	RUA SANDOVAL LUIZ		CENTRO	63.250-000
305	MILAGRES	Prédio	RUA PALMERINDO MENDONÇA E SILVA		CENTRO	63.250-000
306	MILHA	Prédio	RUA FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA		CENTRO	63.635-000
307	MIRAIMA	Prédio	AV. LINDOLFO BRAGA		CENTRO	62.530-000
308	MISSÃO VELHA	Casa	RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA DE SOUSA	S/N	BOA VISTA	63.200-000
309	MISSÃO VELHA	Prédio	AV. CORONEL JOSE DANTAS	S/N	BOA VISTA	63.200-000
310	MOCAMBO	Casa	RUA VICENTE GOMES	S/N	CENTRO	62.170-000
311	MOCAMBO	Prédio	RUA VICENTE GOMES	S/N	CENTRO	62.170-000
312	MOMBAÇA	Casa	TRAV.DR. JOSÉ CARNEIRO	17	ANTÔNIO SOARES	62.170-000
313	MOMBAÇA	Prédio	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES	S/N	VILA SALETE	63.610-000
314	MONSENHOR TABOSA	Casa	RUA JOÃO PAMPLONA	S/N	CENTRO	63.780-000
315	MONSENHOR TABOSA	Prédio	PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA	S/N	CENTRO	63.780-000
316	MONSENHOR TABOSA	Casa	RUA CORONEL EPIFANIO	96	CENTRO	63.780-000
317	MORADA NOVA	Casa	RUA RAIMUNDO NERI	761	CENTRO	62.940-000
318	MORADA NOVA	Casa	RUA RAIMUNDO NERI	779	CENTRO	62.940-000
319	MORADA NOVA	Prédio	AV MANOEL CASTRO	680	CENTRO	62.940-000
320	MORAUJO	Prédio	RODOVIA CE-071		CENTRO	62.480-000
321	MORRINHOS	Casa	AV. CORAÇÃO DE MARIA		CENTRO	62.550-000
322	MORRINHOS	Prédio	RUA MONSENHOR ATAIDE	S/N	ALTO DA MATRIZ	62.550-000
323	MULUNGU	Casa	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY	S/N	CENTRO	62.764-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

324	MULUNGU	Prédio	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY	S/N	CENTRO	62.764-000
325	NOVA JAGUARIBARA	Prédio	PRAÇA DOS TRÊS PODERES	186	CENTRO	63.490-000
326	NOVA OLINDA	Prédio	RUA ALVINA ALVES		CENTRO	63.190-000
327	NOVA RUSSAS	Casa	RUA LEONARDO ARAÚJO	1761	PATRONATO	62.200-000
328	NOVA RUSSAS	Casa	RUA Nº 01	948	CONJUNTO COHAB	62.200-000
329	NOVA RUSSAS	Terreno	RUA EXPEDITO CHAVES		UNIVERSIDADE	62.200-000
330	NOVA RUSSAS	Prédio	RUA LEONARDO ARAÚJO	1752	PATRONATO	62.200-000
331	NOVO ORIENTE	Casa	RUA COELHO DA SILVA	90	CENTRO	63.740-000
332	NOVO ORIENTE	Prédio	AV. FRANCISCO RUFINO		CENTRO	63.740-000
333	NOVO ORIENTE	Prédio	RUA DEOCLECIANO ARAGÃO	53	CENTRO	63.740-000
334	NOVO ORIENTE	Casa	RUA CAZUZA ROCHA	57	CENTRO	63.740-000
335	NOVO ORIENTE	Casa	RUA CAPITÃO RODRIGO	193	CENTRO	63.740-000
336	OCARA	Prédio	CEL JOÃO FELIPE		CENTRO	62.755-000
337	OROS	Casa	LOTEAMENTO POR DO SOL	S/N	CENTRO	63.520-000
338	OROS	Prédio	AV. JOSE FARES LOPES	S/N	CENTRO	63.520-000
339	PACAJUS	Casa	RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA	600	COAÇU	62.870-000
340	PACAJUS	Casa	RUA CEL CICERO NOGUEIRA	363	CENTRO	62.870-000
341	PACAJUS	Prédio	AV. LÚCIO JOSÉ DE MENEZES	S/N	CROTA II	62.870-000
342	PACATUBA	Casa	RUA RAIMUNDO SIQUEIRA	2006	CENTRO	61.800-000
343	PACATUBA	Casa	RUA URBANO PINHEIRO	257	CENTRO	61.800-000
344	PACATUBA	Prédio	RUA CEL. JOSE LIBANIO		CENTRO	61.800-000
345	PACOTI	Casa	RUA JOÃO HIPOLITO		CENTRO	62.770-000
346	PACOTI	Prédio	RUA PADRE QUILIANO	57	CENTRO	62.770-000
347	PACOTI	Casa	RUA CASTELO BRANCO		CENTRO	62.770-000
348	PACUJA	Prédio	RUA DOMINGOS MARIANO	S/N	CENTRO	62.180-000
349	PALHANO	Prédio	AV. POSSIDÔNIO BARRETO		CENTRO	62.910-000
350	PALMACIA	Casa	RUA JOSÉ SIMPLICIO	S/N	VILA CAMPOS	62.780-000
351	PALMACIA	Prédio	RUA JOSÉ SIMPLICIO	S/N	VILA CAMPOS	62.780-000
352	PARACURU	Casa	RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA		BOCA DO POÇO	62.680-000
353	PARACURU	Prédio	AV. JOÃO LOPES MEIRELES		BOCA DO POÇO	62.680-000
354	PARAIPABA	Casa	RUA EVARISTO GOMES	39	CENTRO	62.685-000
355	PARAIPABA	Prédio	RUA DOMINGOS BARROSO	S/N	MONT-ALVERNE	62.685-000
356	PARAMBU	Casa	RUA ABDIAS ALVES DE ARAUJO		CENTRO	63.680-000
357	PARAMBU	Prédio	RUA LUIZ MOREIRA LIMA		CENTRO	63.680-000
358	PARAMOTI	Prédio	AV. PREFEITO WUILSON SAMPAIO	S/N	CENTRO	62.720-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

359	PEDRA BRANCA	Casa	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE		CENTRO	63.630-000
360	PEDRA BRANCA	Prédio	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE		CENTRO	63.630-000
361	PENAFORTE	Prédio	AV ANA TEREZA DE JESUS		CENTRO	63.280-000
362	PENTECOSTE	Casa	AV. TABELIÃO FRANCISCO ALVES	S/N	CENTRO	62.640-000
363	PENTECOSTE	Casa	AV. DOUTOR MOREIRA DE AZEVEDO	134	CENTRO	62.640-000
364	PENTECOSTE	Prédio	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA	S/N	CENTRO	62.640-000
365	PEREIRO	Casa	RUA JOÃO HOLANDA		CENTRO	63.460-000
366	PEREIRO	Terreno	AV. JOSÉ MILTON DE MORAIS		SITIO CAFUNDO	63.460-000
367	PEREIRO	Prédio	RUA CORONEL PORTO		CENTRO	63.460-000
368	PINDORETAMA	Prédio	RUA ODILO MAIA GONDIM		CENTRO	62.860-000
369	PIQUET CARNEIRO	Prédio	RUA ANTÔNIO FERNANDES	S/N	CENTRO	63.605-000
370	PIRES FERREIRA	Prédio	AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO		CENTRO	62.255-000
371	PORANGA	Casa	RUA EPITÁCIO PINHO		CENTRO	62.220-000
372	PORANGA	Prédio	RUA EPITÁCIO PINHO		VILA NOVA	62.220-000
373	PORTEIRAS	Casa	RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS		CENTRO	63.270-000
374	PORTEIRAS	Prédio	RUA PROJETADA		CENTRO	63.270-000
375	POTENGI	Prédio	RUA ANTONIO GUEDES NETO		CENTRO	63.160-000
376	POTENGI	Prédio	RUA MÃE DOS SANTOS		CENTRO	63.160-000
377	POTIRETAMA	Prédio	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA	50	CENTRO	62.990-000
378	QUITERANOPOLIS	Prédio	RUA JOSÉ COSTA LIMA	S/N	CIDADE NOVA	63.650-000
379	QUIXADÁ	Casa	RUA CARLOS JEREISSATI	772	CENTRO	63.900-000
380	QUIXADÁ	Prédio	RUA PLACIDO CASTELO	2028	CENTRO	63.900-000
381	QUIXADÁ	Prédio	AV. JESUS MARIA JOSÉ	S/N	JARDINS DOS MONOLITOS	63.900-000
382	QUIXADÁ	Casa	TRAV. TIRADENTES	229	CENTRO	63.900-000
383	QUIXADÁ	Prédio	RUA JOSÉ JUCA	S/N	CENTRO	63.900-000
384	QUIXADÁ	Casa	RUA DIVINO ESPIRITO SANTO	1107	PLANALTO UNIVERSITÁRIO	63.900-000
385	QUIXELO	Casa	RUA SÃO FRANCISCO	S/N	CENTRO	63.515-000
386	QUIXELO	Prédio	RUA DAS PALMEIRAS	S/N	CENTRO	63.515-000
387	QUIXERAMOBIM	Casa	RUA MIGUEL PINTO	423	CENTRO	63.800-000
388	QUIXERAMOBIM	Casa	GERALDO BIZARRIA DE CARVALHO	1003	CENTRO	63.800-000
389	QUIXERAMOBIM	Terreno	RUA NORTE E SUL	2	CENTRO	63.800-000
390	QUIXERAMOBIM	Prédio	AV. DR. JOAQUIM FERNANDES	670	CENTRO	63.800-000
391	QUIXERE	Casa	RUA MANOEL GONÇALVES	231	CENTRO	62.920-000
392	QUIXERE	Prédio	RUA MANOEL GONÇALVES	257	CENTRO	62.920-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

393	REDENÇÃO	Casa	RUA PADRE BARROS	267	CENTRO	62.790-000
394	REDENÇÃO	Prédio	RUA PADRE BARROS	264	CENTRO	62.790-000
395	RERIUTABA	Casa	RUA CEL. AGRIPÍNO TEODORO SOARES	S/N	BARRO VERMELHO	62.260-000
396	RERIUTABA	Prédio	AV. JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE	S/N	CENTRO	62.260-000
397	RUSSAS	Prédio	RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO	S/N	CENTRO	62.900-000
398	RUSSAS	Casa	RUA DR. JOSÉ RAMALHO	1335	CENTRO	62.900-000
399	RUSSAS	Prédio	TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA	S/N	CENTRO	62.900-000
400	RUSSAS	Prédio	RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO	137	CENTRO	62.900-000
401	RUSSAS	Casa	AV. BENJAMIN CONSTANT	294	CENTRO	62.900-000
402	SABOEIRO	Casa	RUA VEREADOR ELIZIO FLORENTINO TEIXEIRA	140	PRAÇA DA JUSTIÇA	63.590-000
403	SABOEIRO	Prédio	RUA VEREADOR ELIZIO FLORENTINO TEIXEIRA	S/N	PRAÇA DA JUSTIÇA	63.590-000
404	SALITRE	Prédio	PRAÇA SÃO FRANCISCO		CENTRO	63.155-000
405	SANTA QUITERIA	Casa	RUA PROJETADA		CENTRO	62.280-000
406	SANTA QUITERIA	Casa	RUA PROJETADA	2	CENTRO	62.280-000
407	SANTA QUITERIA	Prédio	RUA DR. OTÁVIO LOBO		CENTRO	62.280-000
408	SANTANA DO ACARAU	Casa	RUA DR. MANUEL JOAQUIM		JOÃO ALFREDO DE ARAÚJO	62.150-000
409	SANTANA DO ACARAU	Prédio	RUA DR. MANUEL JOAQUIM		CENTRO	62.150-000
410	SANTANA DO CARIRI	Casa	AV. PATATIVA DO ASSARÉ		CENTRO	63.190-000
411	SANTANA DO CARIRI	Prédio	RUA DEP. FURTADO LEITE		CENTRO	63.190-000
412	SÃO BENEDITO	Casa	AV TABAJARA	S/N	CENTRO	62.370-000
413	SÃO BENEDITO	Casa	RUA MONSENHOR CUSTÓDIO	S/N	CENTRO	62.370-000
414	SÃO BENEDITO	Prédio	AV. TABAJARA	S/N	CENTRO	62.370-000
415	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Casa	RUA DO PROGRESSO		CENTRO	62.670-000
416	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Prédio	RUA ADITE MOTA		CENTRO	62.670-000
417	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Prédio	AV. CORONEL NECON MARTINS	298	CENTRO	62.670-000
418	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	Prédio	RUA DANIEL RODRIGUES	547	CENTRO	62.965-000
419	SÃO LUIS DO CURU	Casa	RUA MIGUELINA DE OLIVEIRA		CENTRO	62.665-000
420	SÃO LUIS DO CURU	Prédio	RUA FLORÊNCIO TABOSA		CENTRO	62.665-000
421	SENADOR POMPEU	Casa	RUA DR. ELÁDIO MAGALHÃES		CENTRO	63.600-000
422	SENADOR POMPEU	Casa	RUA DR. ANDONIAS MANO DE CARVALHO		CENTRO	63.600-000
423	SENADOR POMPEU	Terreno	RUA SENADOR CARLOS JEREISSATI	S/N	CENTRO	63.600-000
424	SENADOR POMPEU	Prédio	RUA ABILIO GURGEL		CENTRO	63.600-000
425	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

426	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
427	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
428	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
429	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
430	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
431	SOBRAL	Prédio	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES		DOM EXPEDITO	62.011-010
432	SOBRAL	Prédio	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES	330	DOM EXPEDITO	62.050-100
433	SOBRAL	Prédio	AV. MONSENHOR ALOÍSIO PINTO	1300	DOM EXPEDITO	62.050-262
434	SOBRAL	Prédio	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS	S/N	CENTRO	62.011-010
435	SOLONOPOLE	Casa	RUA MARIA FRANCELINA P. LANDIM	1046	CENTRO	63.620-000
436	SOLONOPOLE	Casa	RUA ANTÔNIO OZIRES PINHEIRO	94	CENTRO	63.620-000
437	SOLONOPOLE	Prédio	AV. PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO	108	CENTRO	63.620-000
438	TABULEIRO DO NORTE	Casa	RUA JERÔNIMO BATISTA	4278	CENTRO	62.960-000
439	TABULEIRO DO NORTE	Prédio	RUA MAIA ALARCON	433	CENTRO	62.960-000
440	TAMBORIL	Casa	RUA ANA ARAÚJO RIBEIRO - PRAÇA DA MATRIZ	S/N	CENTRO	63.750-000
441	TAMBORIL	Prédio	RUA JESUITA ADEODATO	S/N	CENTRO	63.750-000
442	TARRAFAS	Prédio	RUA D. MARIA LUIZA LEITE		CENTRO	63.145-000
443	TAUA	Casa	RUA DOMINGAS GOMES		CENTRO	63.660-000
444	TAUA	Casa	RUA VALDIZAR ALEXANDRINO		CENTRO	63.660-000
445	TAUA	Casa	RUA DONDON FEITOSA	636	CENTRO	63.660-000
446	TAUA	Terreno	AV. ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA		TAUZINHO/COLIBRIS	63.660-000
447	TAUA	Prédio	AV. CEL. VICENTE ALEXANDRINO DE SOUSA	10	CENTRO	63.660-000
448	TAUA	Prédio	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA	211	CENTRO	63.660-000
449	TEJUÇUOCA	Prédio	JOSÉ ANDRADE DE SOUSA	329	CENTRO	62.610-000
450	TIANGUÁ	Casa	AV. MOISES MOITA	555	CÓRREGO	62.320-000
451	TIANGUÁ	Terreno	RUA MESSIAS AGUIAR	S/N	CENTRO	62.320-000
452	TIANGUÁ	Casa	AV. PREFEITO JAQUES NUNES	1250	CENTRO	62.320-000
453	TIANGUÁ	Prédio	AV. MOISES MOITA	S/N	CÓRREGO	62.320-000
454	TIANGUÁ	Casa	RUA CONSELHEIRO JOÃO LOURENÇO		CENTRO	62.320-000



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

455	TIANGUÁ	Prédio	AV. MOISES MOITA		CENTRO	62.320-000
456	TRAIRI	Casa	AV. DR. CELSO BARROSO		VOLTA DO S	62.690-000
457	TRAIRI	Prédio	RUA FORTUNATO BARROSO		CENTRO	62.690-000
458	TRAIRI	Casa	RUA MANOEL TEIXEIRA	120	CENTRO	62.690-000
459	TURURU	Prédio	RUA PEDRO LEITÃO		CENTRO	62.655-000
460	UBAJARA	Prédio	AV. CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE	149	CENTRO	62.350-000
461	UBAJARA	Casa	RUA ABDEL KADER MAGALHÃES	112	MONTE CASTELO	62.350-000
462	UBAJARA	Terreno	RUA PROJETADA		JOÃO RIBEIRO LIMA	62.350-000
463	UMARI	Prédio	AV DOM QUINTINO	S/N	CENTRO	63.310-000
464	UMIRIM	Prédio	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES		CENTRO	62.660-000
465	URUBURETAMA	Casa	TRAV. JOAQUIM AVILA	122	CENTRO	62.650-000
466	URUBURETAMA	Casa	AV. MAJOR SALES	S/N	ITAMARATY	62.650-000
467	URUBURETAMA	Prédio	RUA MAJOR SALES	697	CENTRO	62.650-000
468	URUOCA	Casa	RUA BOA VISTA		BRASÍLIA	62.460-000
469	URUOCA	Prédio	RUA DR. JOÃO RODRIGUES		CENTRO	62.460-000
470	VARJOTA	Prédio	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES		CENTRO	62.265-000
471	VÁRZEA ALEGRE	Casa	RUA IRACI BEZERRA	344	CENTRO	63.540-000
472	VÁRZEA ALEGRE	Prédio	RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM	60	CENTRO	63.540-000
473	VÁRZEA ALEGRE	Terreno	RUA ESTÁDIO JUREMAL		JUREMAL	63.540-000
474	VIÇOSA DO CEARÁ	Casa	RUA FONTENELE SOBRINHO		CENTRO	62.300-000
475	VIÇOSA DO CEARÁ	Terreno	RUA FRANCISCO CALDAS	548/556	CENTRO	62.300-000
476	VIÇOSA DO CEARÁ	Prédio	PRAÇA DESTINO CARNEIRO PASSOS		CENTRO	62.300-000
477	VIÇOSA DO CEARÁ	Casa	RUA PE. BEVILÁQUA	639	CENTRO	62.300-000

Fonte: Secretaria de Administração do TJCE



**QUADRO DE PESSOAL**

Tabela 68: Quadro de Pessoal e Alocação da Força de Trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará

Cargo	TJ	Fórum	Interior	Total
Magistrados	43	192	214	449
Efetivos	742	1242	1217	3.201
Comissionados sem vínculo	147	133	127	407
Terceirizados	569	427	128	1124
Estagiários	157	274	123	554
<b>Total</b>	<b>1.658</b>	<b>2.268</b>	<b>1.809</b>	<b>5735</b>

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria Geral do TJCE.  
Atualização: Dezembro de 2016.

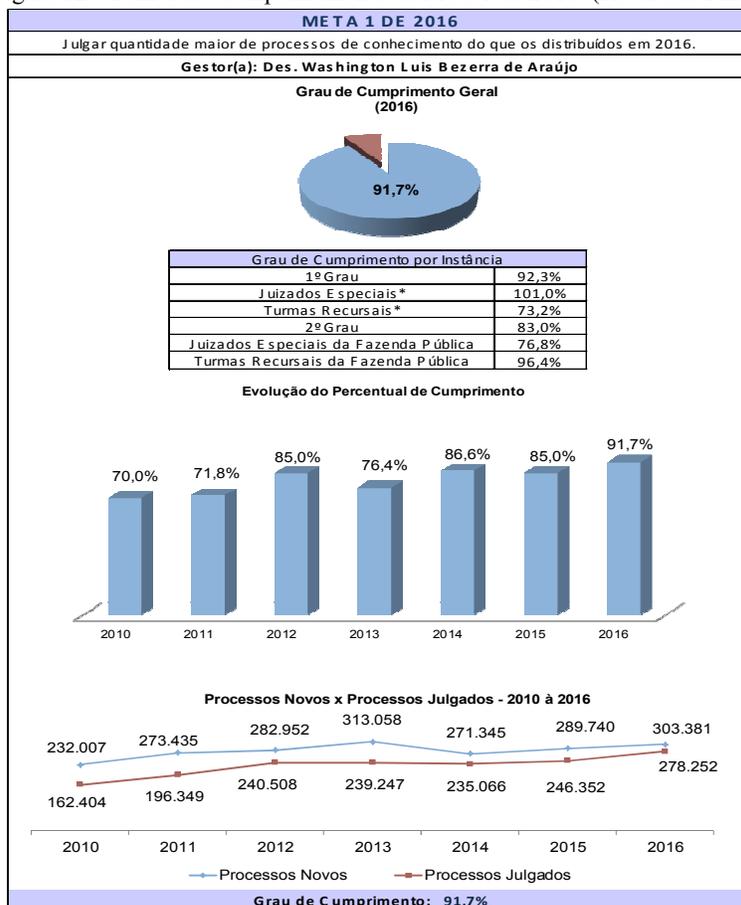


## INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

### 1. METAS NACIONAIS 2016

Como resultado geral das ações empreendidas em 2016 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, pontua-se os aumentos durante o ano de 16,0%, 37,4% e 14,4% do acervo de processos enquadrados nas Metas 2, 4 e 6 de 2016, respectivamente. Registra-se também, o julgamento de 278.252 processos da meta 1 de 2016; 48.015 processos da meta 2 de 2016; 429 processos da meta 4 de 2016 e 317 processos da meta 6 de 2016, conforme se observa nas figuras a seguir.

Figura 12 – Painel de acompanhamento da Meta 1 de 2016 (Resultado Final)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).

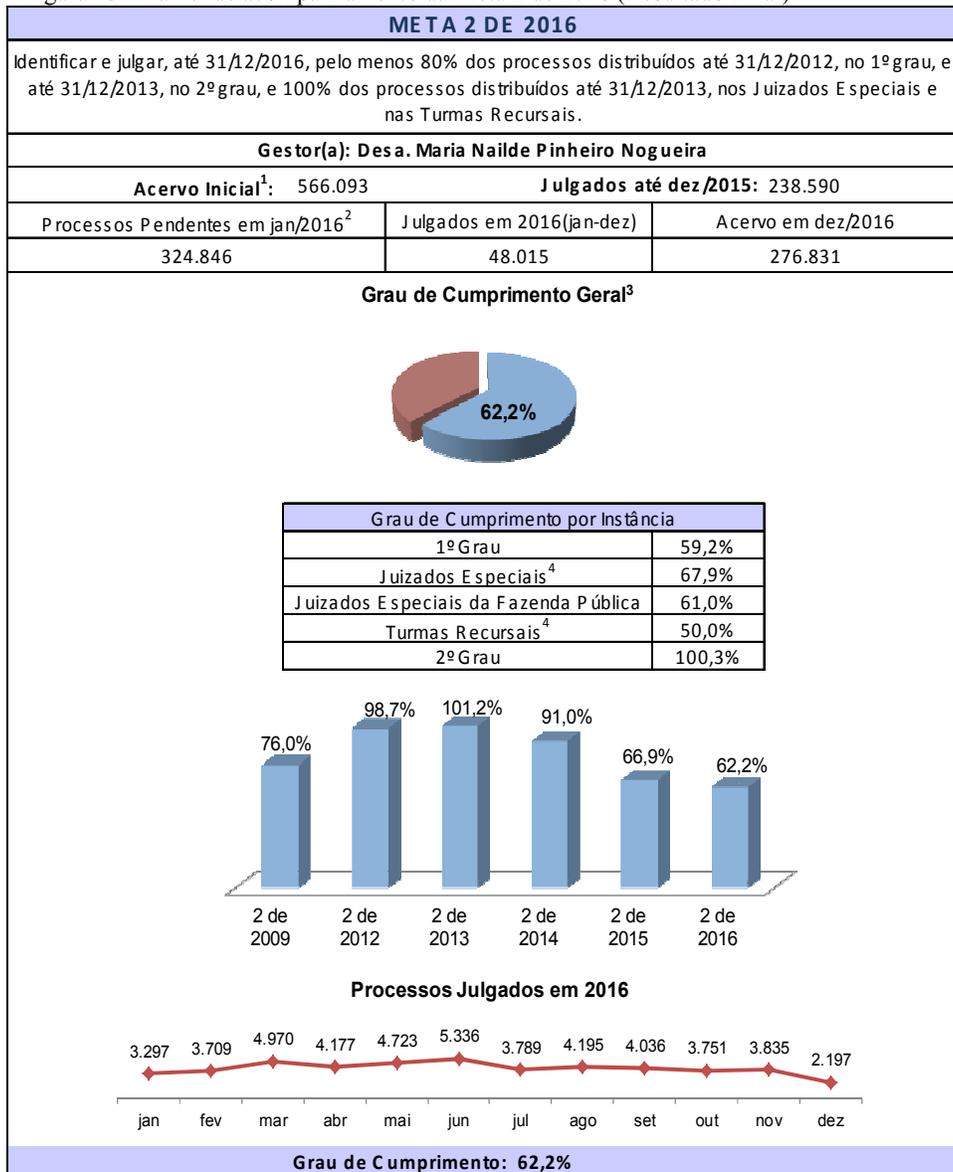
\*As informações referentes ao PJe para Juizados Especiais e Turmas Recursais não estão sendo coletadas devido a inexistência de relatórios de Metas no referido



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

sistema.

Figura 13 – Painel de acompanhamento da Meta 2 de 2016 (Resultado Final)



1 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2012 e, no 2º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais, dezembro de 2013.

2 Os Processos Pendentes em 2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

3 O percentual de cumprimento global foi calculado pela Divisão de Estatística do TJCE, o CNJ calcula os percentuais de cumprimento separadamente.

4 As informações referentes ao PJ-e para Juizados Especiais e Turmas Recursais não estão sendo coletada devido à inexistência de relatórios de Metas no referido sistema.

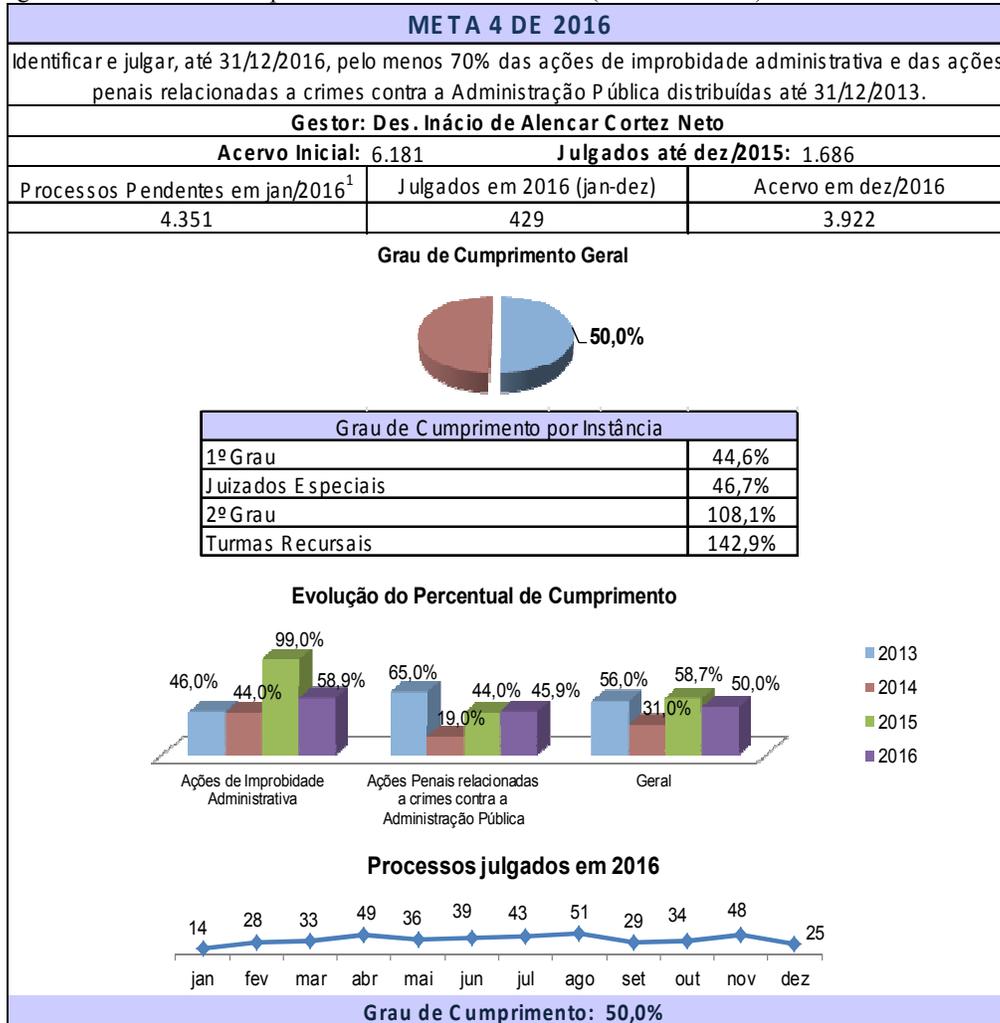
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Figura 14 – Painel de acompanhamento da Meta 4 de 2016 (Resultado Final)



1 Os Processos Pendentes em jan/2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

2 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2013 e, no 2º Grau, dezembro de 2014.

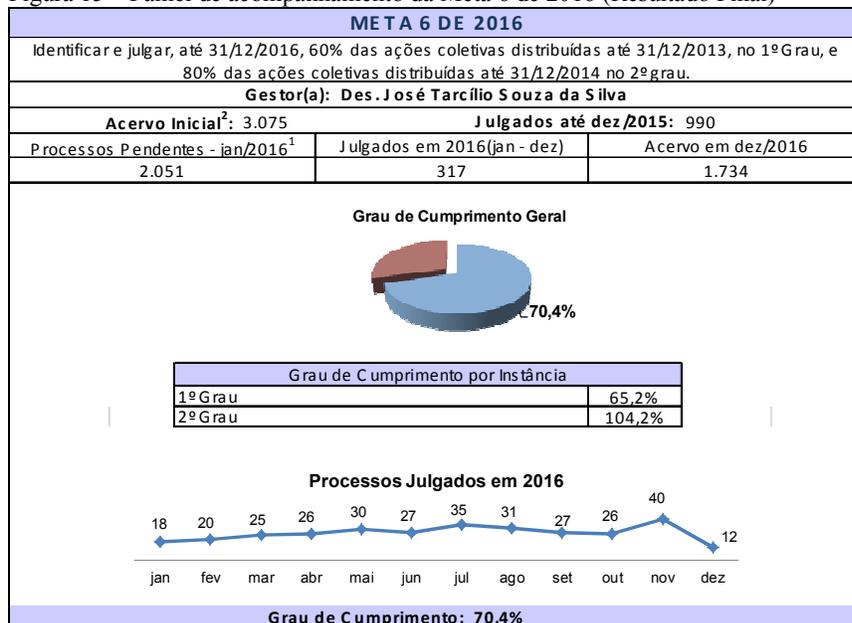
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Figura 15 – Painel de acompanhamento da Meta 6 de 2016 (Resultado Final)



1 Os Processos Pendentes em jan/2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

2 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2013 e, no 2º Grau, dezembro de 2014.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).

## 2. JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução), *recorribilidade* e *reforma da decisão*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 69: Justiça em Números 2016: Casos em Geral

<b>CASOS EM GERAL</b>	
<b>2º GRAU</b>	
Casos Novos no 2º Grau Criminais	9.986
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	24.917
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	17.549
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	44.710
Recursos Internos no 2º Grau	n.d
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	n.d.
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	7.643
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	33.060
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	5.781
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	21.155
<b>1º GRAU – CONHECIMENTO</b>	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	49.869
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	198.738
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	172.985
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	548.156
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	3.823
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	5.390
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	58.763
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	182.733
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	20.962
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	126.907
<b>1º GRAU – EXECUÇÃO</b>	
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	38.523
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	7.894
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	161.783
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	48.662
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	1.110
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	5.976
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	16.479
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	21.489
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	3.848
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	39.968
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	22.861
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	8.103
Incidentes de Execução Fiscal Julgados no 1º Grau	151
Incidentes de Execução Julgados no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	22.044
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	1.072
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	4.372
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	33.759
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	3.759
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	695
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	5.396



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	15.364
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	9.664
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	3.287
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	442
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	2.557
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	8.418
<b>TURMA RECURSAL</b>	
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	138
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	8.571
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	382
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	19.058
Recursos Internos nas Turmas Recursais	190
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	199
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	362
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	7.161
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	223
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	7.854
<b>JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO</b>	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	294
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	46.390
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	52.002
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	2.329
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	52.496
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	523
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	17
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	1.152
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	45.593
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	490
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	44.837
<b>JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO</b>	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	5.331
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.538
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	389
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	1
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	1.433
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	901
Incidentes de Execução Julgados nos Juizados Especiais	0
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	154
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	3.046
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	0
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	1.082
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	3.111
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	775

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 70: Justiça em Números 2016: Recorribilidade

<b>RECORRIBILIDADE</b>	
<b>2º GRAU</b>	
Recursos à Instância Superior no 2º Grau	n.d.
Acórdãos Publicados no 2º Grau	n.d.
<b>1º GRAU</b>	
Recursos à Instância Superior no 1º Grau	4.679
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	302.330
<b>TURMA RECURSAL</b>	
Recurso interno nas Turmas Recursais	190
<b>JUIZADO ESPECIAL</b>	
Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	2.132
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	31.552
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	46
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	31.496

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE

Tabela 71: Justiça em Números 2016: Reforma da Decisão

<b>REFORMA DA DECISÃO (*)</b>	
<b>1º GRAU</b>	
Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	0
Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente)	1
Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Estaduais	2
Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Estaduais	10
Recursos Inominados das decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais (ainda que parcialmente)	958
Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais	3.205

\* As variáveis que compõe a reforma da decisão não são mais avaliadas pelo CNJ

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2016, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:



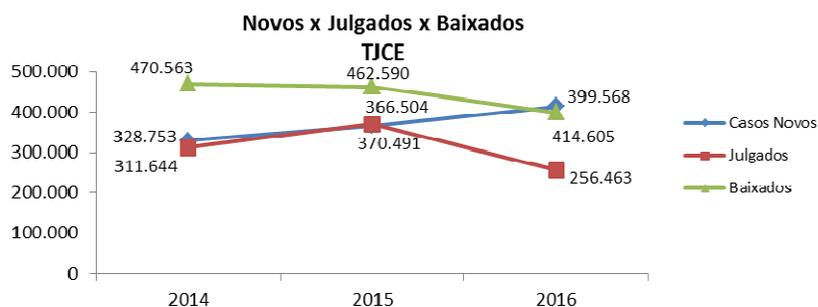
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Figura 15: Movimentação Processual do TJCE em 2016

	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	62.259	↓ -9,7%	34.903	↑ 9,8%	26.936	↓ -55,2%	40.703	↓ -48,4%	62.259
1º Grau	996.891	↓ -1,5%	318.589	↑ 27,8%	172.237	↓ -25,4%	300.469	↓ -7,2%	996.891
Turmas Recursais	19.440	↓ -0,8%	8.709	↑ 13,4%	8.077	↑ 77,3%	7.523	↓ -28,1%	19.440
Juizados Especiais	62.797	↑ 4,0%	52.404	↓ -32,6%	49.213	↓ -34,4%	50.873	↑ 3,3%	62.797
<b>Total</b>	<b>1.141.387</b>	<b>↓ -1,7%</b>	<b>414.605</b>	<b>↑ 13,1%</b>	<b>256.463</b>	<b>↓ -30,8%</b>	<b>399.568</b>	<b>↓ -13,6%</b>	<b>1.141.387</b>

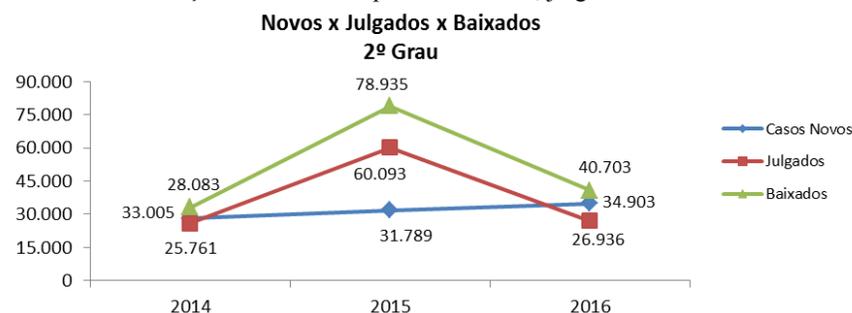
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE (adaptado de Relatório Justiça em Números 2016 – CNJ)

Gráfico 16 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - TJCE – 2014-2016



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 17 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - 2º Grau - 2014-2016

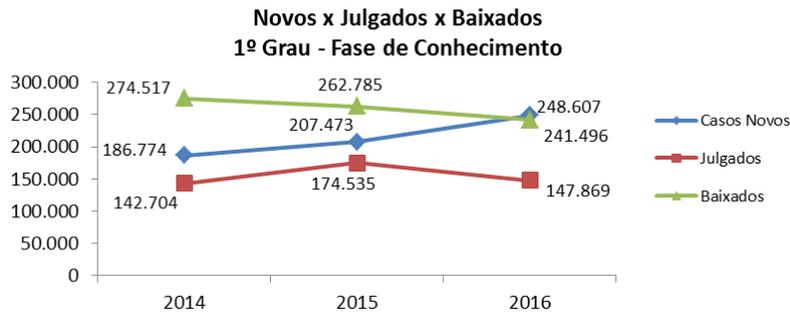


Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



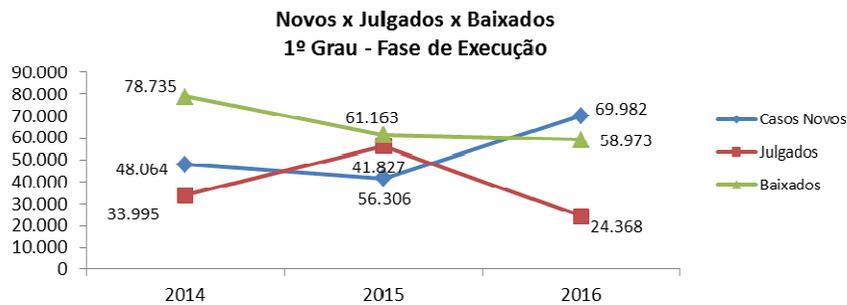
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 18 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Conhecimento – 2014-2016



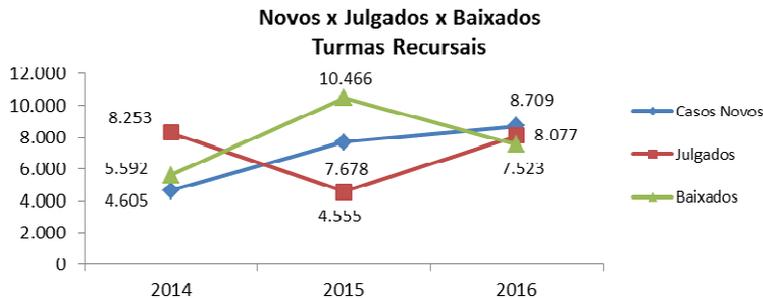
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 19 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Execução – 2014-2016



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 20 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Turmas Recursais – 2014-2016

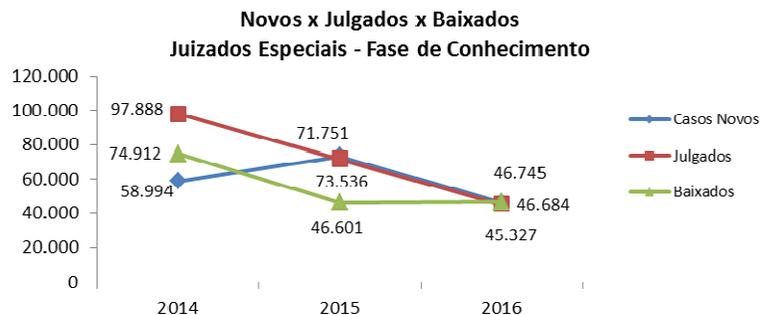


Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



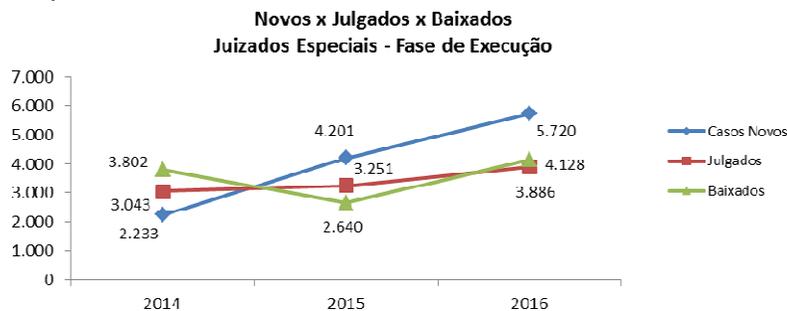
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 21 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Conhecimento – 2014-2016



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 22 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Execução – 2014-2016



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 72: Evolução do estoque, casos novos, julgados e baixados 2014-2016

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
2º Grau	115.668	68.969	62.259	28.083	31.789	34.903	25.761	60.093	26.936	33.005	78.935	40.703
1º Grau	1.042.097	1.011.992	996.891	234.838	249.300	318.589	176.699	230.841	172.237	353.252	323.948	300.469
Turmas Recursais	22.243	19.602	19.440	4.605	7.678	8.709	8.253	4.555	8.077	5.592	10.466	7.523
Juizados Especiais	59.853	60.376	62.797	61.227	77.737	52.404	100.931	75.002	49.213	78.714	49.241	50.873

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 73: Carga de Trabalho dos Magistrados e Número de Decisões por Magistrado do TJCE – 2014-2016

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
2º Grau	4.233	3.887	2.394	599	1.398	626
1º Grau	4.740	4.416	3.834	591	757	496
Turmas Recursais	2.053	6.080	3.018	590	911	897
Juizados Especiais	3.950	3.050	2.814	2.804	2.083	1.200
<b>Média Geral</b>	<b>4.621</b>	<b>4.296</b>	<b>3.665</b>	<b>824</b>	<b>962</b>	<b>596</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 74: Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2014-2016

Segmento	Carga de Trabalho por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
2º Grau	531	340	247	96	161	98
1º Grau	676	458	399	170	111	92
Turmas Recursais	1.418	1.169	1.045	280	403	289
Juizados Especiais	475	363	285	270	163	126
<b>Média Geral</b>	<b>523</b>	<b>493</b>	<b>388</b>	<b>172</b>	<b>123</b>	<b>100</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre baixados e pendentes no final de 2016, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

O desempenho do TJCE nestes indicadores pode ser observado a seguir:

Figura 16 – Indicadores de Produtividade no TJCE – 2016

	Baixados/CN	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento	
					Conhecimento	Execução
2º Grau	116,6%	↓ -131,7%	60,5%	↑ 13,9%	não se aplica	não se aplica
1º Grau	94,3%	↓ -35,6%	76,8%	↑ 1,0%	74,9%	82,4%
Turmas Recursais	86,4%	↓ -49,9%	72,1%	↑ 6,9%	não se aplica	não se aplica
Juizados Especiais	97,1%	↑ 33,8%	55,2%	↑ 0,1%	54,0%	65,9%
<b>TJCE</b>	<b>96,4%</b>	<b>↓ -29,8%</b>	<b>74,1%</b>	<b>↑ 2,6%</b>	<b>72,9%</b>	<b>81,8%</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 75: Evolução da Taxa de Congestionamento – 2014-2016

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2014	2015	2016
2º Grau	77,8%	46,6%	60,5%
1º Grau	74,7%	75,8%	76,8%
Turmas Recursais	80,0%	65,2%	72,1%
Juizados Especiais	43,2%	55,1%	55,2%

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 23 - Taxa de Congestionamento – 2014-2016

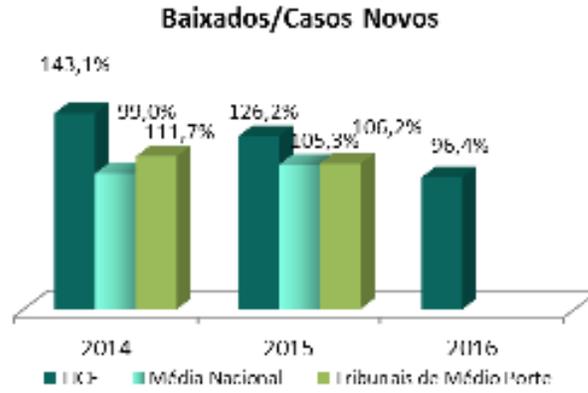


Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 24 - Baixados/Casos Novos – 2014-2016



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

### 3 INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico 2015-2020 conta com 34 indicadores e metas. A seguir, apresentam-se os resultados de cumprimento do ano de 2016 de cada um dos indicadores do Plano Estratégico, bem como a evolução e as observações necessárias no final da planilha geral. Logo após, será apresentado a evolução anual de 2016 de acordo com o gestor responsável.

#### PLANILHA GERAL DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES - 2016

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	BASE	RESULTADOS	META	EVOLUÇÃO DA META 2016
					2016	2016	
Visão	01	Índice de Eficiência <sup>(1)</sup>	Elevar para 90% a eficiência do TJCE até 2020	71,0%	68,7%	76,0%	
Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça	02	Índice de Satisfação do Jurisdicionado	Aumentar para 70% a satisfação do Jurisdicionado até 2020	47,5%*	Sem Informação	53,0%	Sem Informação
	03	Índice de acessibilidade <sup>(2)</sup>	Elevar para 100% o índice de acessibilidade até 2020	11,0%	40,2%	25,0%	
	04	Nº de ações e parcerias para ampliar o atendimento ao cidadão	Realizar 29 ações/parcerias até 2020	Não disponível	6	7	
Intensificar a interlocução com a Sociedade	05	Número de ações/parcerias para ampliação dos canais de comunicação com a sociedade	Realizar 11 ações/parcerias até 2020	Não disponível	3	3	
	06	Índice de aproximação do judiciário com a sociedade	Alcançar anualmente 100% das metas de ações e de participantes até 2020	Não disponível	60,4%	100,0%	

- Meta com Cumprimento acima de 90%
- Meta com Cumprimento de 50% a 90%
- Meta com Cumprimento abaixo de 50%



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça



INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020  
RESULTADOS EM JANEIRO DE 2017 (DADOS REFERENTES A DEZEMBRO DE 2016)

- Meta com Cumprimento acima de 90%
- Meta com Cumprimento de 50% a 90%
- Meta com Cumprimento abaixo de 50%

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	BASE	RESULTADOS	META	EVOLUÇÃO DA META 2016
					2016	2016	
Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional	07	Índice de extinção de punibilidade pela prescrição	Reduzir para 10% o percentual de processos extintos pela prescrição até 2020	18,5%	13,0%	16,0%	
	08	Índice de audiências realizadas	Aumentar para 65% o percentual de audiências realizadas até 2020	44,7%	59,3%	51,0%	
	09	Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020	85,7%	91,7%	100,0%	●
	10	Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12, processos distribuídos até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020	89,6%	62,2%	100,0%	●
	11	Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020	49,2%	50,0%	100,0%	●
	12	Taxa de congestionamento	Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020	63,8%	74,2%	57,7%	●
	13	Taxa de congestionamento na fase de execução	Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 57,6% até 2020	69,6%	81,8%	65,6%	●
	14	Índice de adequação às recomendações e resoluções do CNJ a área criminal <sup>(3)</sup>	Aumentar para 15% o percentual de resoluções e recomendações atendidas até 2020	Não disponível	62,5%	3,0%	



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça



### INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020 RESULTADOS EM JANEIRO DE 2017 (DADOS REFERENTES A DEZEMBRO DE 2016)

- Meta com Cumprimento acima de 90%
- Meta com Cumprimento de 50% a 90%
- Meta com Cumprimento abaixo de 50%

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	BASE	RESULTADOS	META	EVOLUÇÃO DA META 2016
					2016	2016	
Otimizar e padronizar processos judiciais administrativos	15	Índice de processos estratégicos redesenhados e transformados	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020	Não disponível	100%	100,0%	
	16	Índice de unidades judiciárias contempladas com secretaria única	Contemplar 100% das unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretaria única até 2020	8,8%	20,8%	29,4%	
	17	Índice de unidades judiciárias com processo eletrônico / Índice de Casos Novos Eletrônicos <sup>(4)</sup>	Obter 100% de unidades com processo eletrônico até 2020	42,3%	73,9%	48,6%	
Aprimorar a Governança Judiciária	18	Índice de aderência à Avaliação da Governança	Elevar o nível de prática de Governança Poder Judiciário em 95% até 2020	Não disponível	74,7%	50,0%	
	19	Índice de execução da estratégia	Executar pelo menos 90% da estratégia até 2020	Não disponível	88,8%	40,0%	
Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos	20	Índice de conciliações realizadas	Elevar o índice de conciliações realizadas para 40% até 2020	Não disponível	20,0%	16,0%	
	21	Índice de conciliações pré-processuais <sup>(5)</sup>	Aumentar o número de conciliações pré processuais realizadas em 40% até 2020	Não disponível	11,7%	16,0%	
Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	22	Taxa de Congestionamento em demandas repetitivas <sup>(6)</sup>	Reduzir anualmente a taxa de congestionamento em demandas repetitivas em 9% até 2020	Não disponível	Sem Informação	3,0%	Sem Informação



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça



### INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020 RESULTADOS EM JANEIRO DE 2017 (DADOS REFERENTES A DEZEMBRO DE 2016)

- Meta com Cumprimento acima de 90%
- Meta com Cumprimento de 50% a 90%
- Meta com Cumprimento abaixo de 50%

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	BASE	RESULTADOS	META	EVOLUÇÃO DA META 2016
					2016	2016	
Garantir a infraestrutura adequada	23	Índice de avaliações das edificações	Elevar o índice de avaliações das edificações para 70% até 2020	Não disponível	Sem Informação	35,0%	Sem Informação
	24	Índice de execução dos projetos de reforma/construção de unidades	Elevar o percentual de projetos estratégicos e setoriais de reforma ou construção concluídos ou no prazo para 90% até 2020	Não disponível	100,0%	65,0%	
Aprimorar a Gestão de Pessoas	25	Índice de capacitação nas competências profissionais	Elevar o percentual de servidores que foram capacitados nas competências específicas para 80% até 2020	Não disponível	63,8%	40,0%	
	26	Índice de servidores efetivos	Elevar o índice de servidores efetivos em 55% até 2020	Não disponível	58,6%	50,0%	
	27	Índice de aprimoramento de magistrados	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020	Não disponível	100%	100,0%	
Aprimorar a Gestão de Pessoas	28	Índice de avaliação da Gestão de Pessoas	Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 75% até 2020	Não disponível	Sem Informação	51,0%	Sem Informação
	29	Percentual de unidades em conformidade com os parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho (servidores efetivos, servidores comissionados, servidores cedidos e terceirizados)	Elevar o percentual de unidades em conformidade com os parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho para 50% até 2020	Não disponível	Sem Informação	33,0%	Sem Informação



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça



### INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020 RESULTADOS EM JANEIRO DE 2017 (DADOS REFERENTES A DEZEMBRO DE 2016)

- Meta com Cumprimento acima de 90%
- Meta com Cumprimento de 50% a 90%
- Meta com Cumprimento abaixo de 50%

OBJETIVO	Nº	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA META	BASE	RESULTADOS	META	EVOLUÇÃO DA META 2016
					2016	2016	
Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	30	Índice de governança de TIC	Elevar o índice de governança de TIC em 90% até 2020	45,0%	60,5%	60,0%	
	31	Índice de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação	Obter 90% de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação até 2020	10,0%	81,2%	60,0%	
Garantir a Sustentabilidade financeira	32	Índice de implantação das propostas aprovadas pelos Comitês Participativos	Obter anualmente, pelo menos, os percentuais de implantação de projetos definidos nas metas até 2020	29,0%	Sem Inform	30,0%	Sem Informação
	33	Índice de incremento da arrecadação <sup>(7)</sup>	Aumentar em 109,3% a arrecadação em relação ao ano base até 2020	6,0%	35,5%	19,7%	
	34	Índice de execução do Plano de Logística Sustentável <sup>(8)</sup>	Obter 90% de execução do plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário cearense até 2020	Não disponível	20,0%	40,0%	

#### Observações referente aos indicadores acima:

(\*) (Indicador 2) Resultado da Pesquisa de Satisfação dos usuários da Justiça realizada em janeiro/2014;

(1) (Indicador 1) Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça. O valor apresentado neste indicador, refere-se aos dados do ano de 2015 apresentados no Justiça em Números de 2016;

(2) (Indicador 03) Atualizado até Jun/2016. Após essa data os dados se encontram incompletos (dos 15 itens, faltam os itens "i" e "o" para fechar até dez/2016);



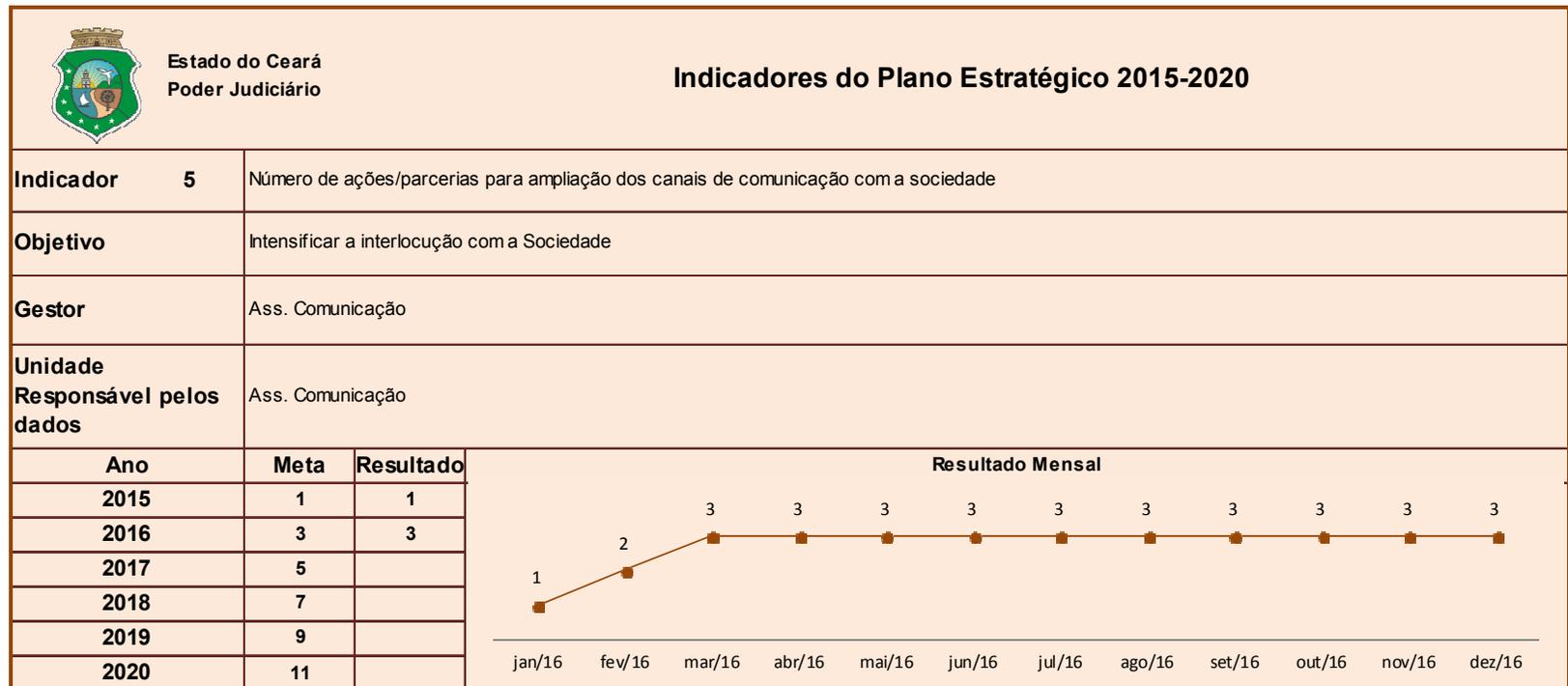
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- (3) (Indicador 14) As informações de Jan/16 a Nov/16 são apenas referente aos valores da CGJ. Falta mês de Dez/2016 da CGJ e todo o ano de 2016 das Câmaras Criminais;
- (4) (Indicador 17) Mudança na fórmula de cálculo do indicador a partir de Ago/16;
- (5) (Indicador 21) O valor deste indicador é feito com relação ao ano anterior. Os valores atuais de 2016 referem-se ao índice do aumento dos processos pré-processuais em relação ao mesmo período em 2015 (ano base). Até o mês de dezembro/2016 houveram 2495 conciliações pré-processuais, valor superior ao mesmo período do ano de 2015 (2233 conciliações pré-processuais). Então, houve aumento de 11,7%;
- (6) (Indicador 22) Indicador com problema de extração da informação;
- (7) (Indicador 33) Os valores de outubro/16 estão sujeitos a pequenas alterações decorrentes de um problema no momento da implantação da integração da GRF (Guia de Recolhimento Fermoju) ao DAE (Documento de Arrecadação Estadual);
- (8) (Indicador 34) Plano de Logística Sustentável foi aprovado em dezembro/2015. Dos 45 indicadores que compõe esse indicador, 14 apresentam valores de metas. Desses, 4 tem informações e 2 estão com a meta cumprida. Cálculo feito com os 14 que apresentam meta.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

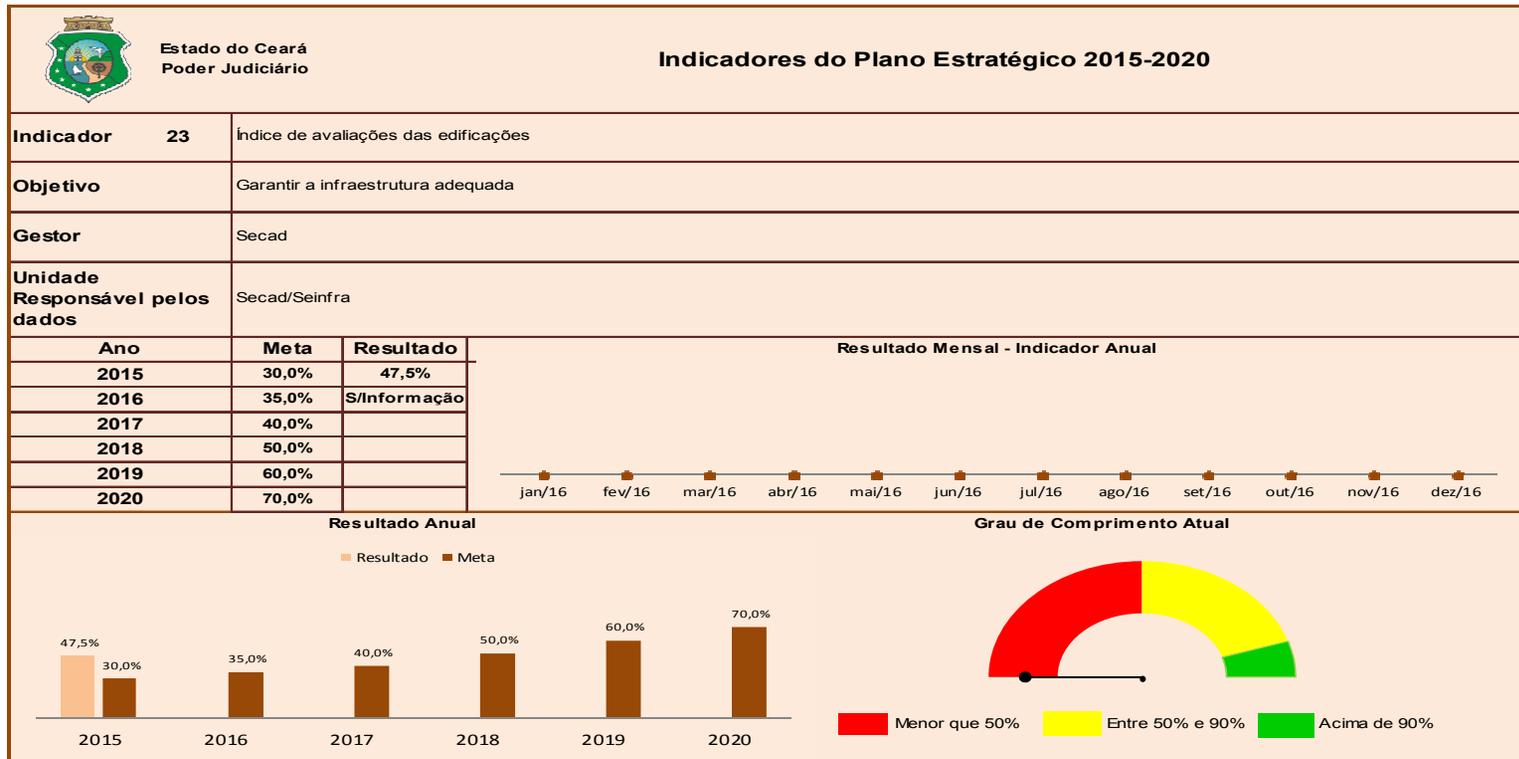
**GESTOR: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

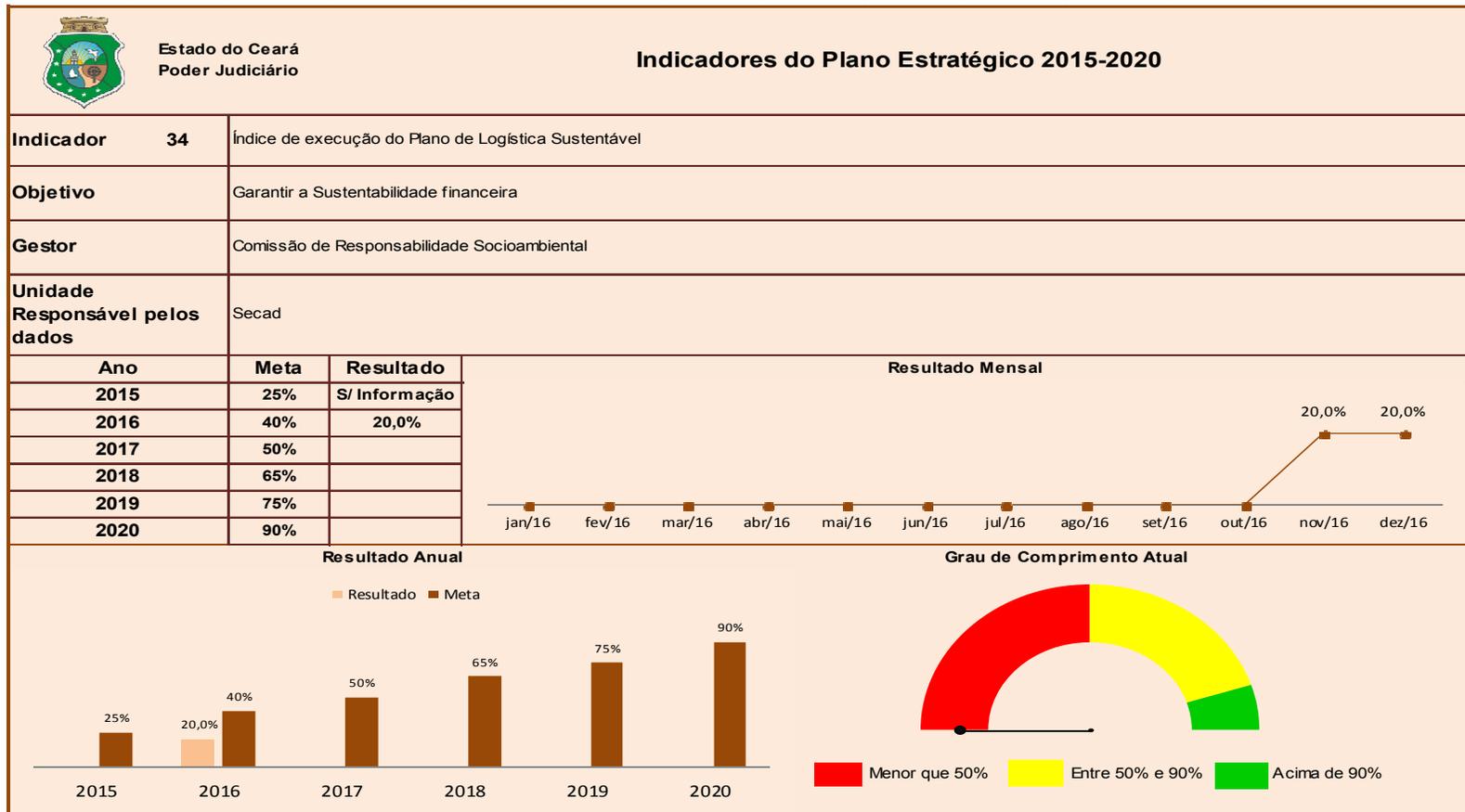
**GESTOR: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

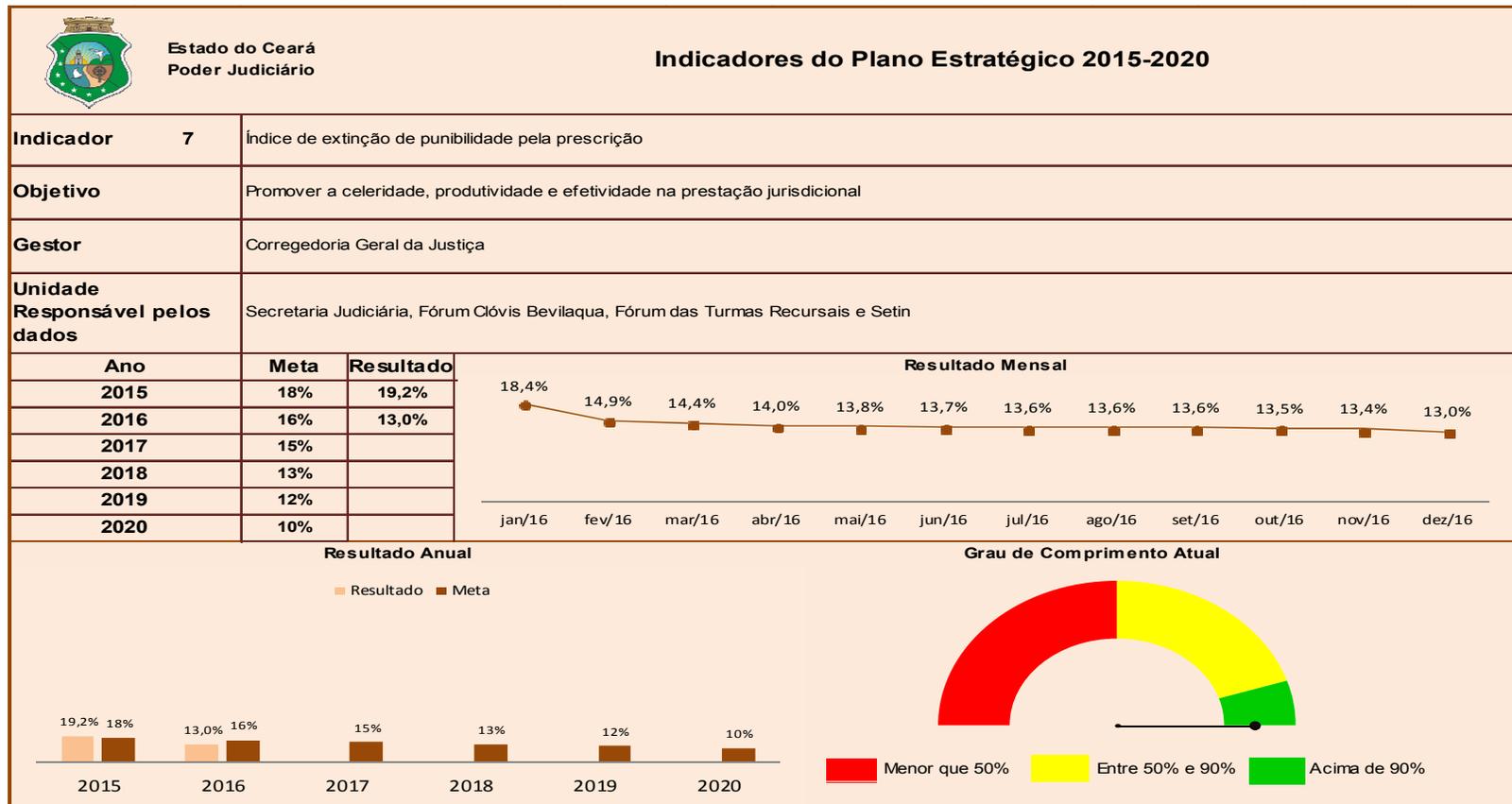
**GESTOR: COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

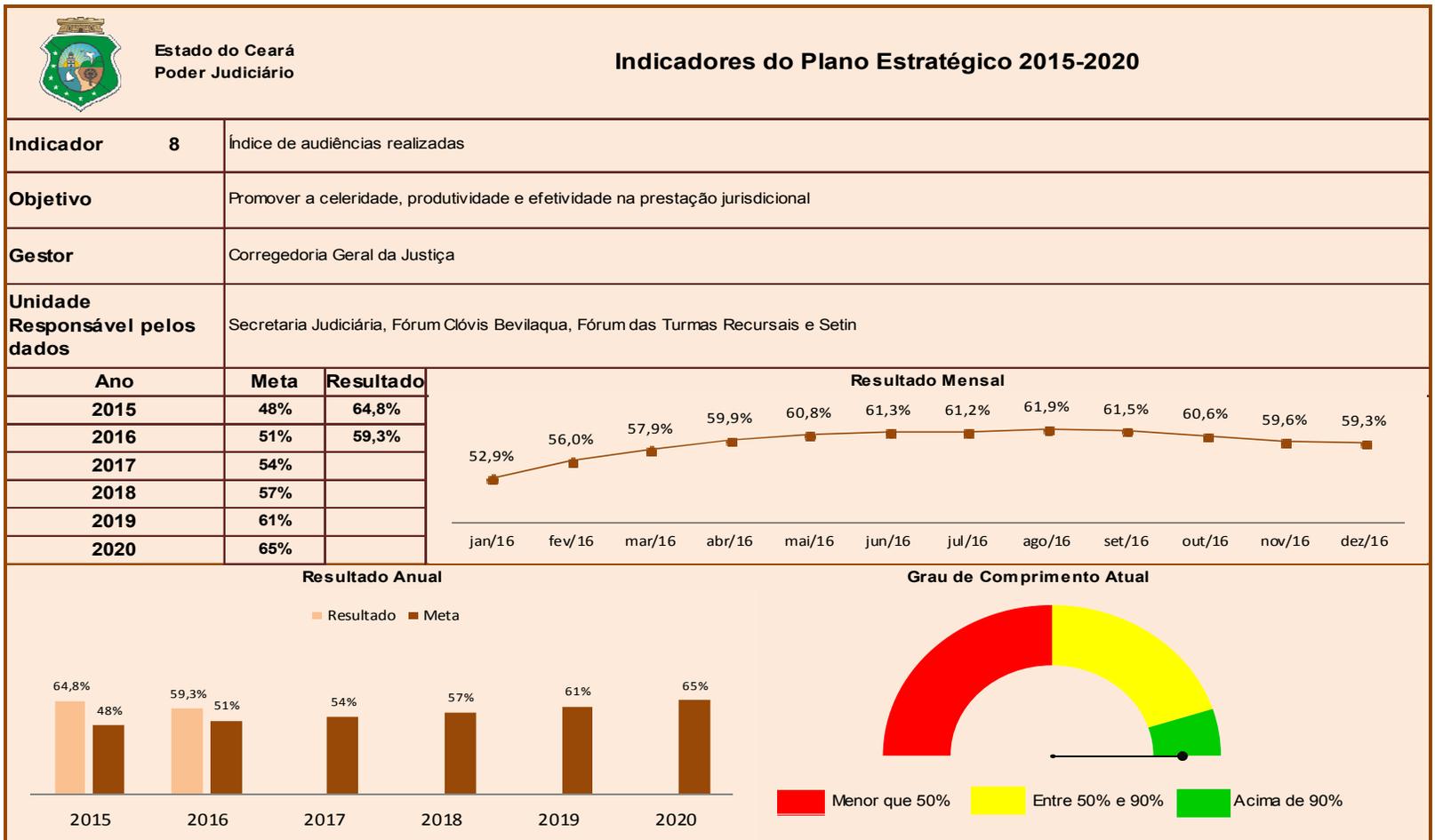
**GESTOR: CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**



**Nota:** Sentido da melhoria meta 7 – Menor é melhor

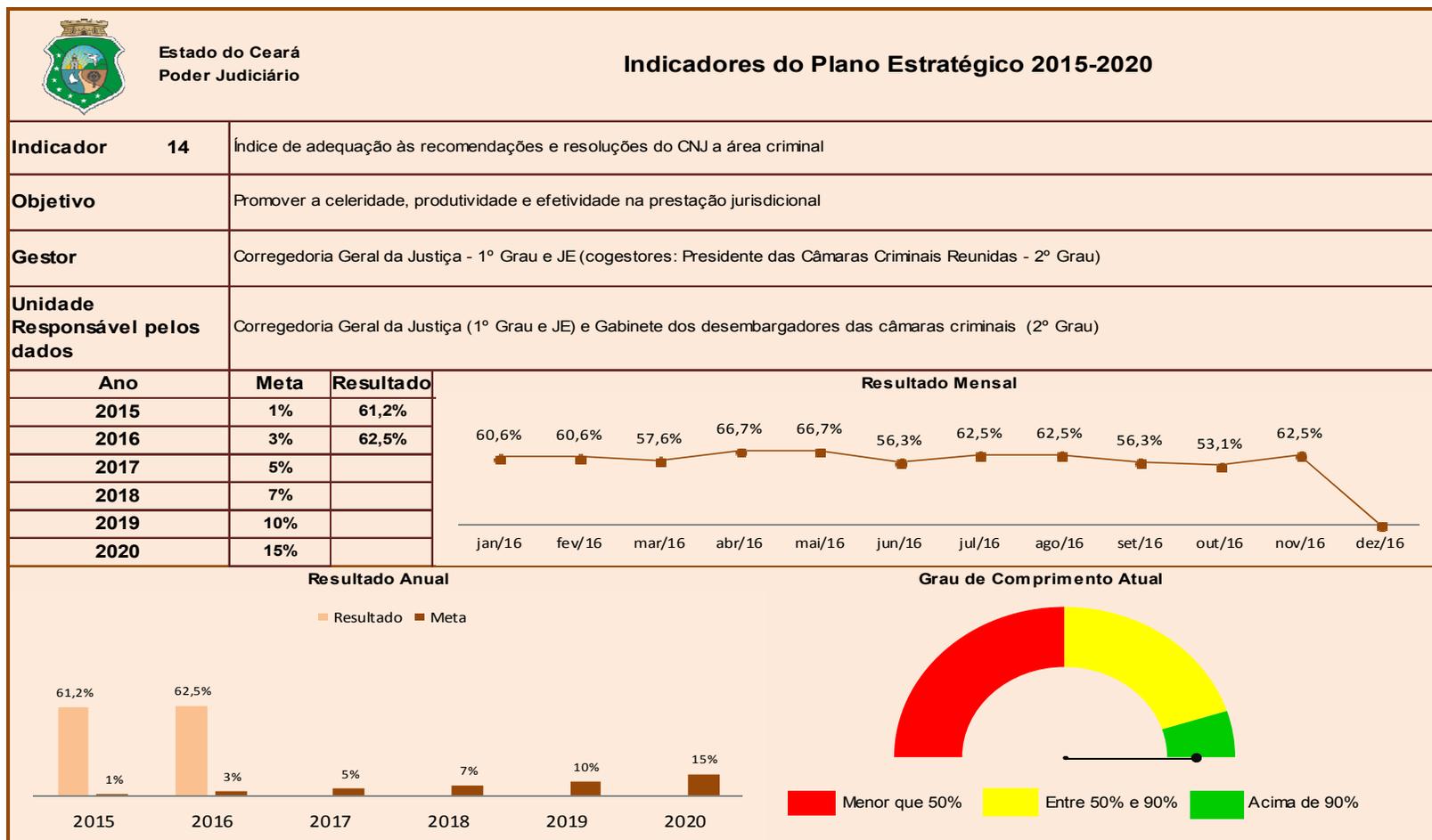


## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





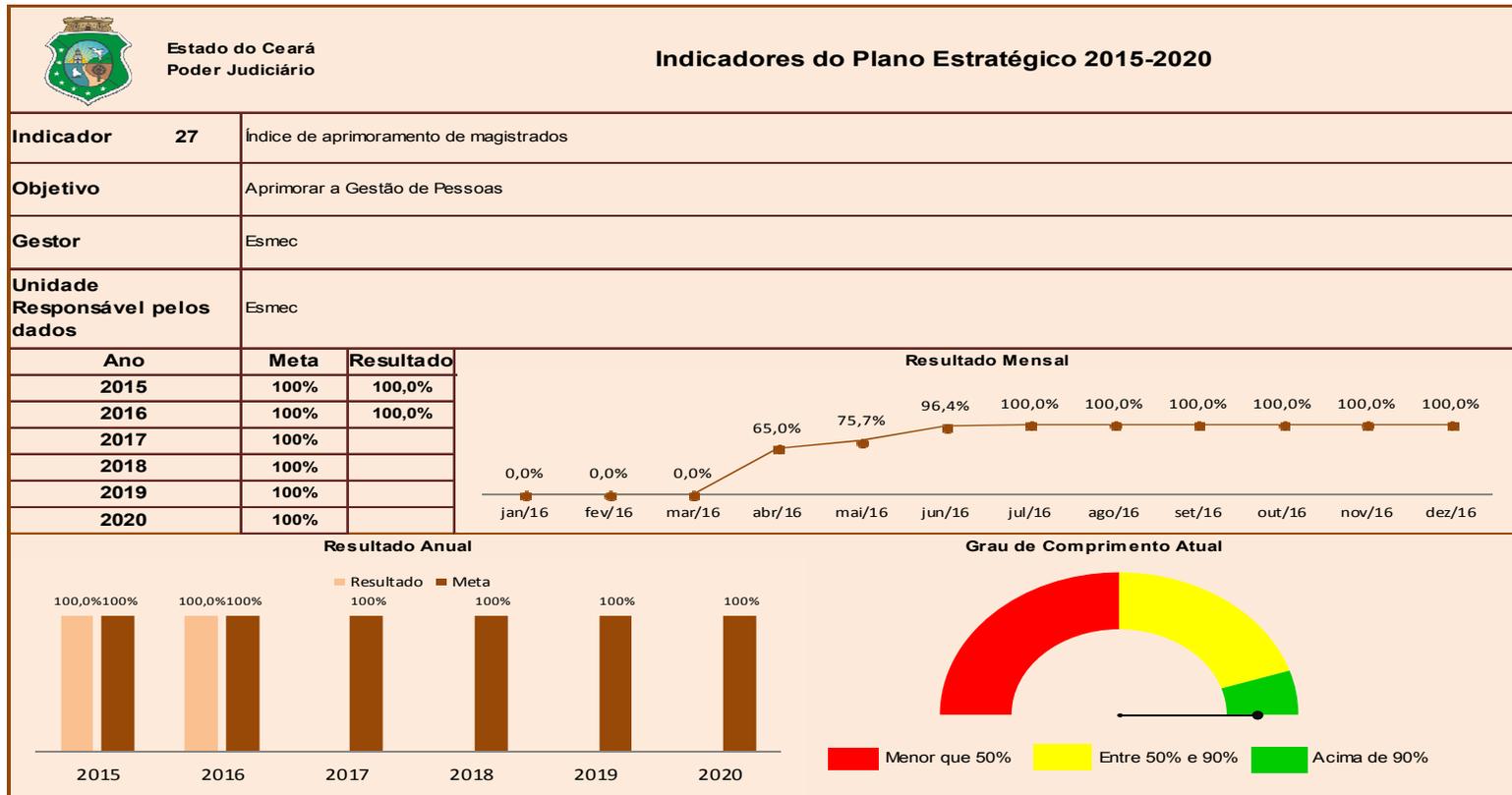
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

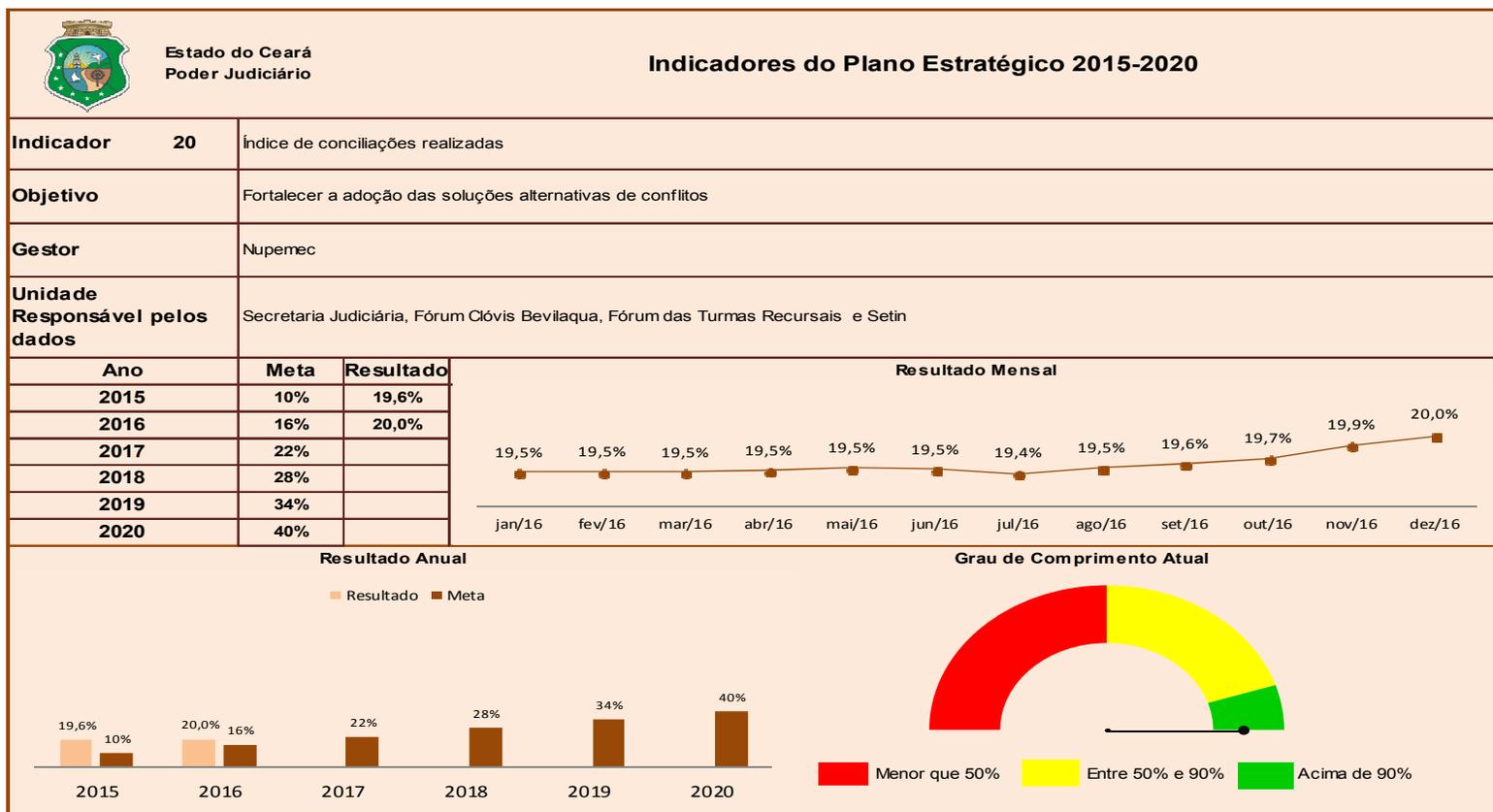
GESTOR: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ (ESMEC)





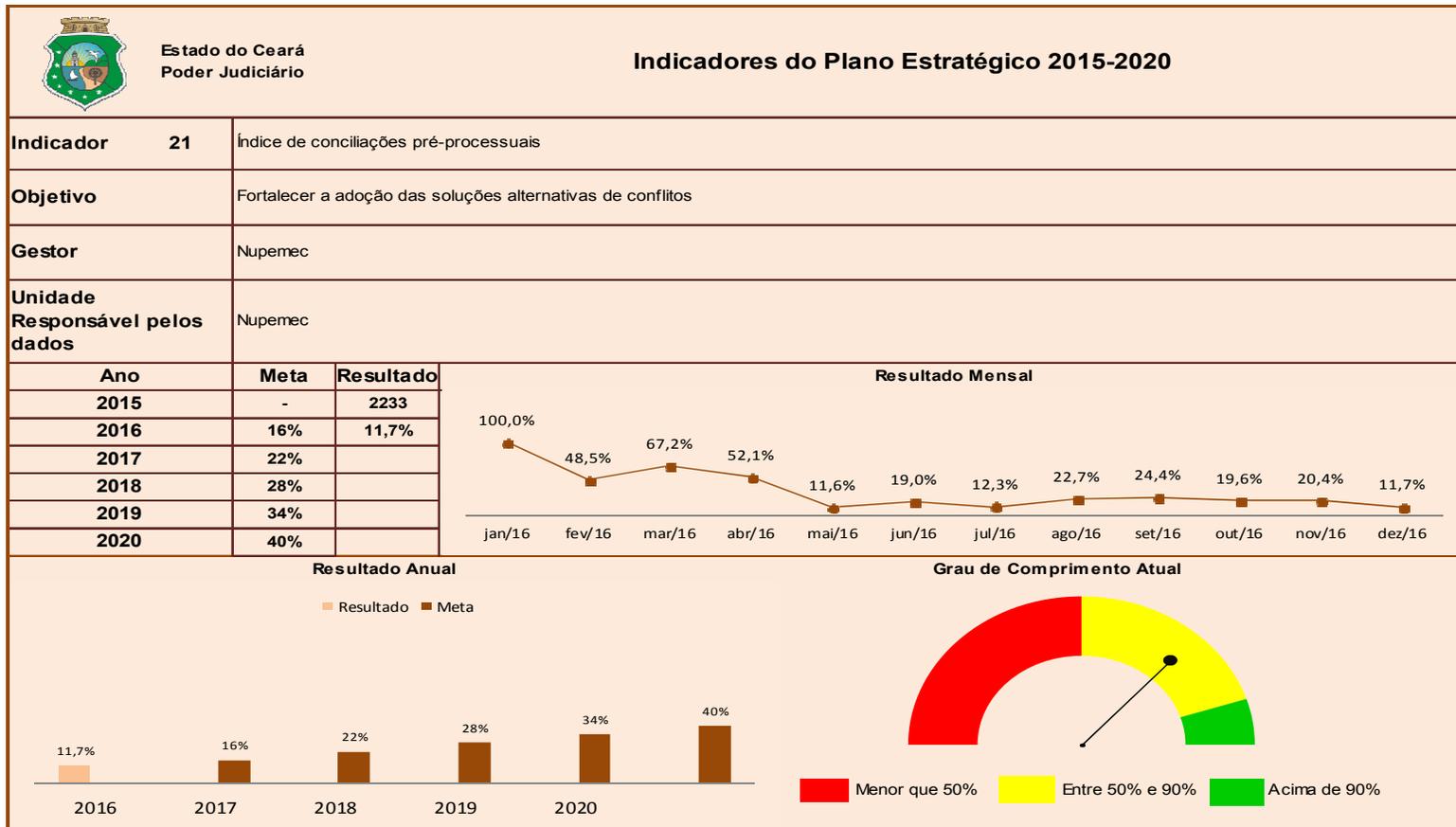
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

**GESTOR: NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC)**





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

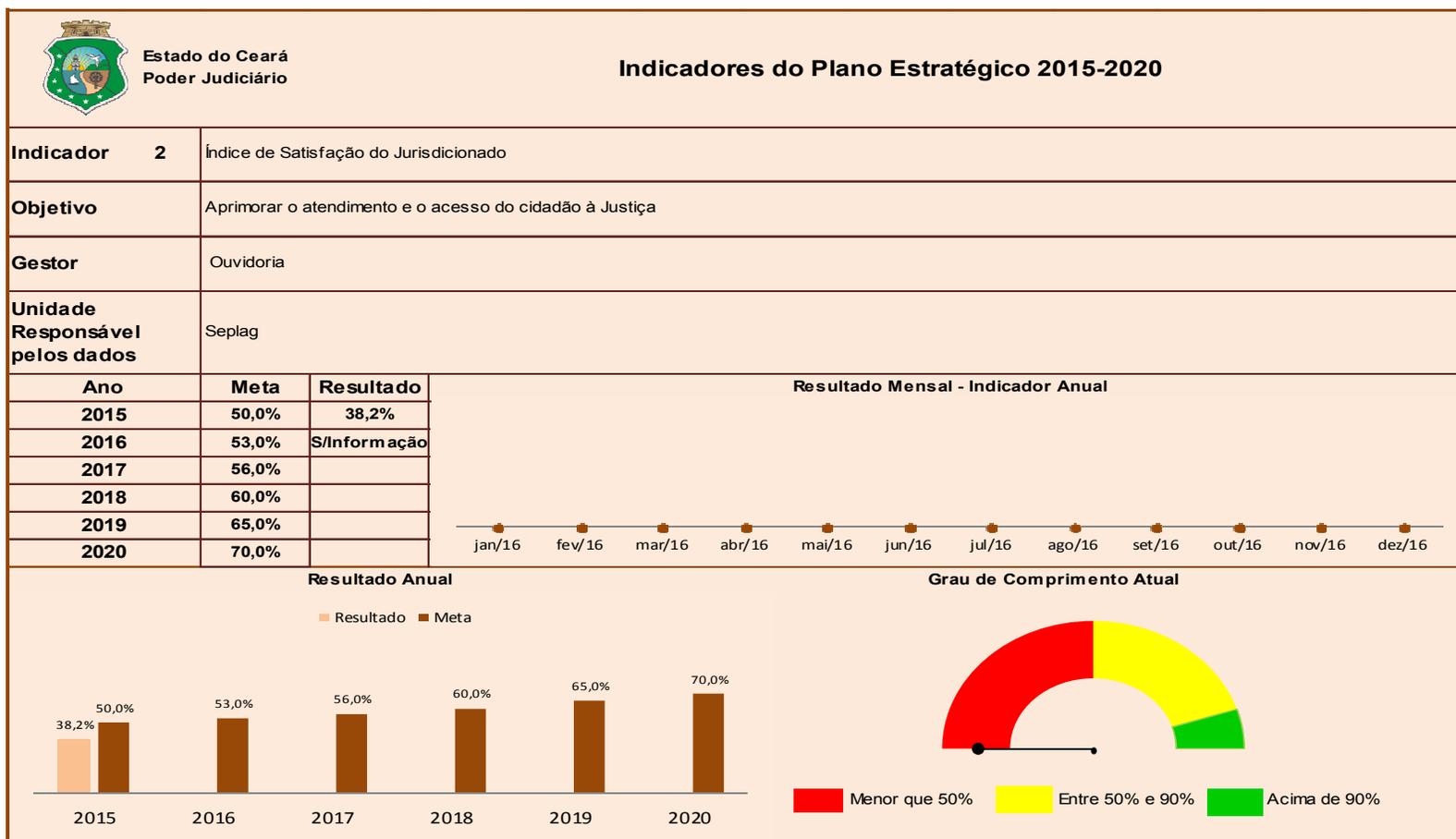


**Nota:** Indicador 21 - O ano de 2015 foi apenas o ano para calcular o valor base do indicador (valor absoluto), por isso sem meta.



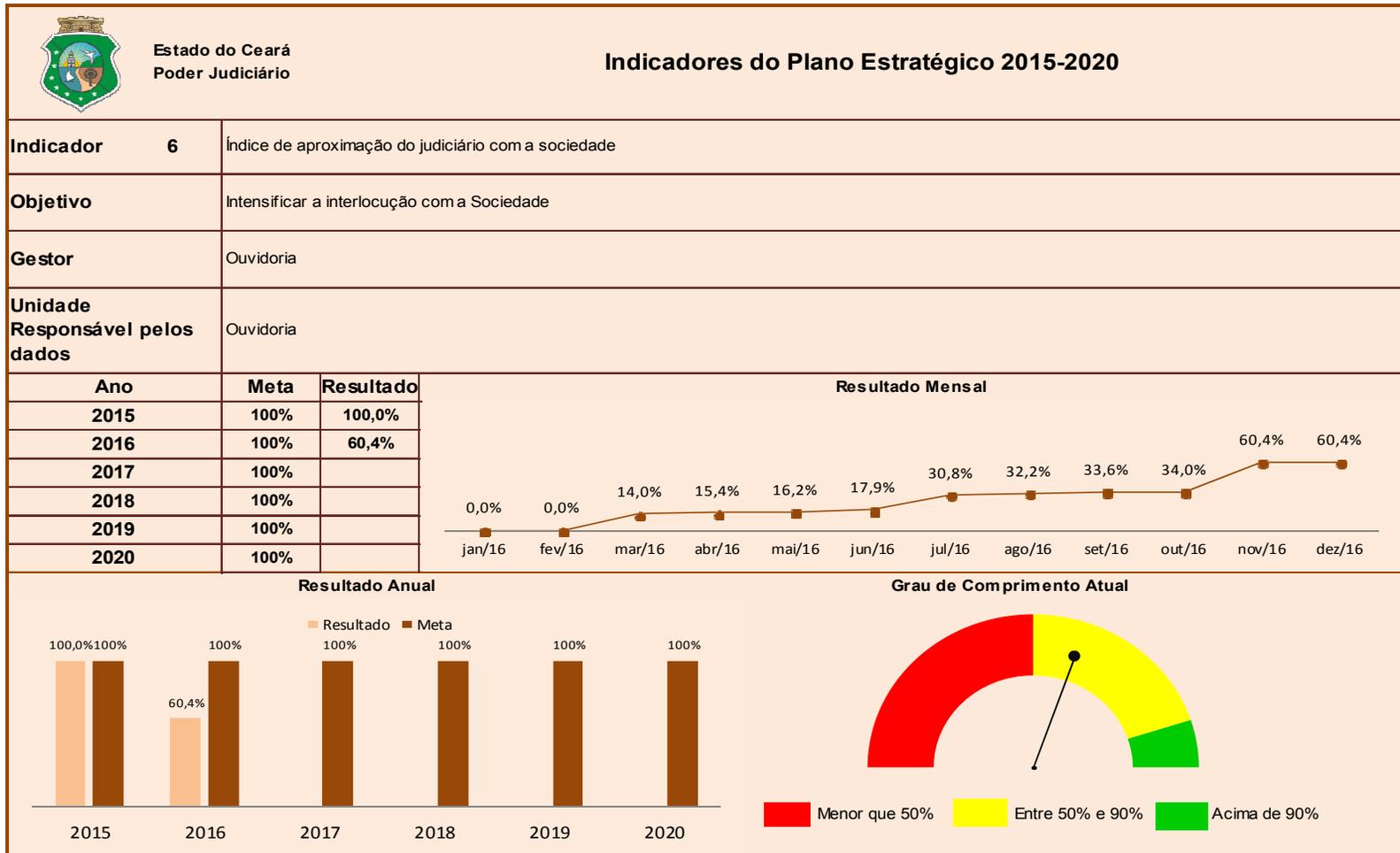
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

**GESTOR: OUIDORIA**



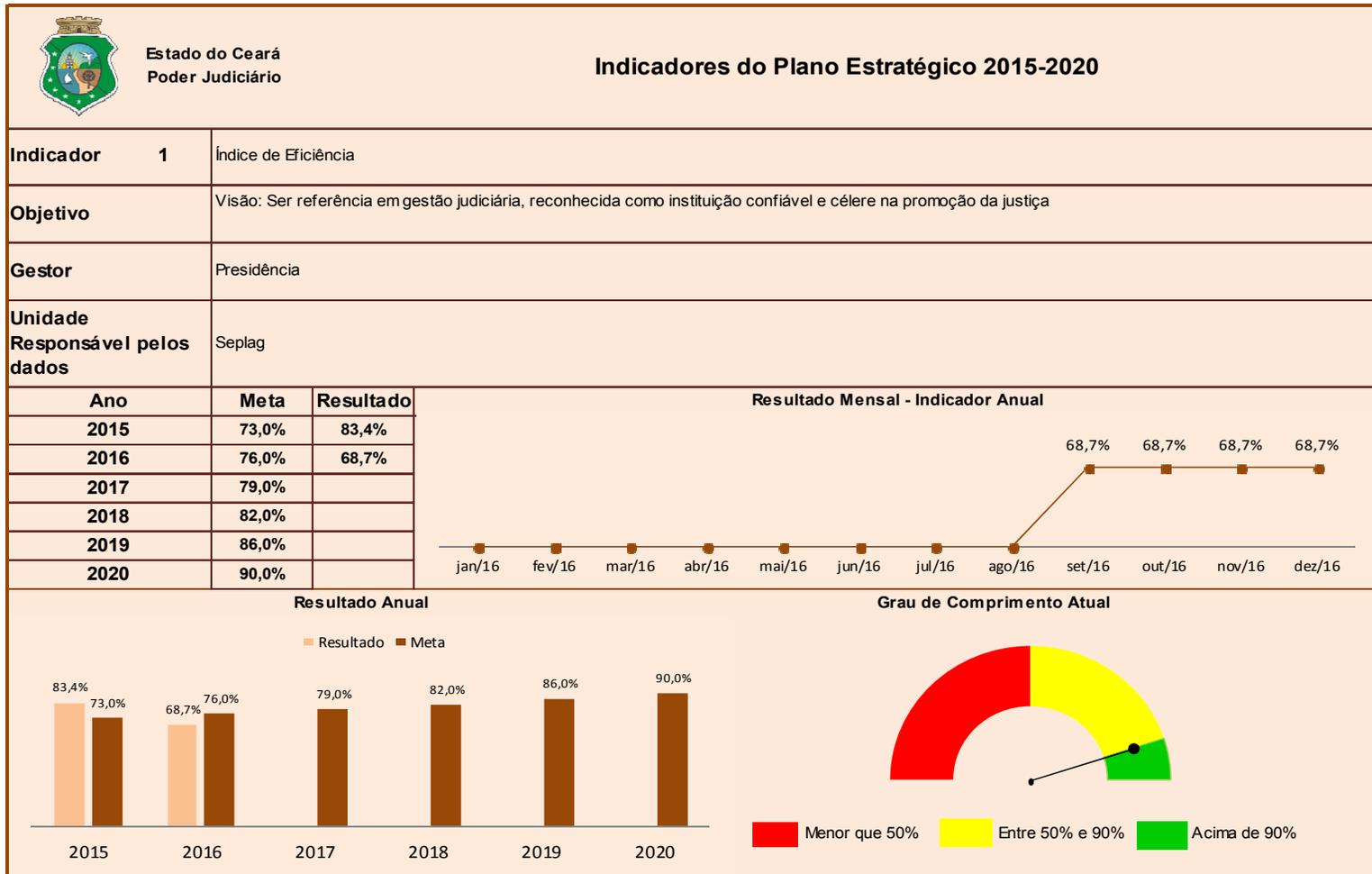


## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





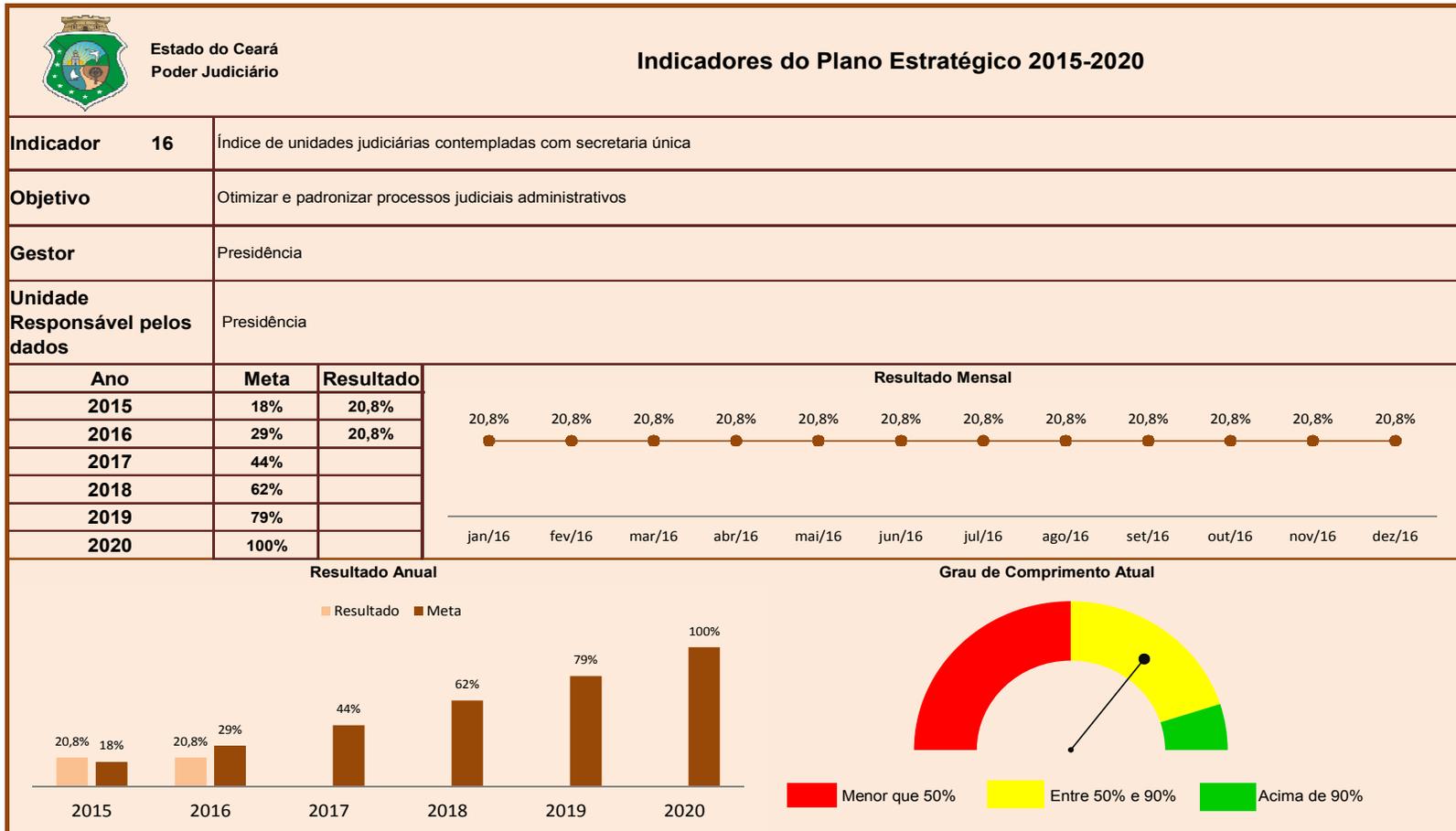
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

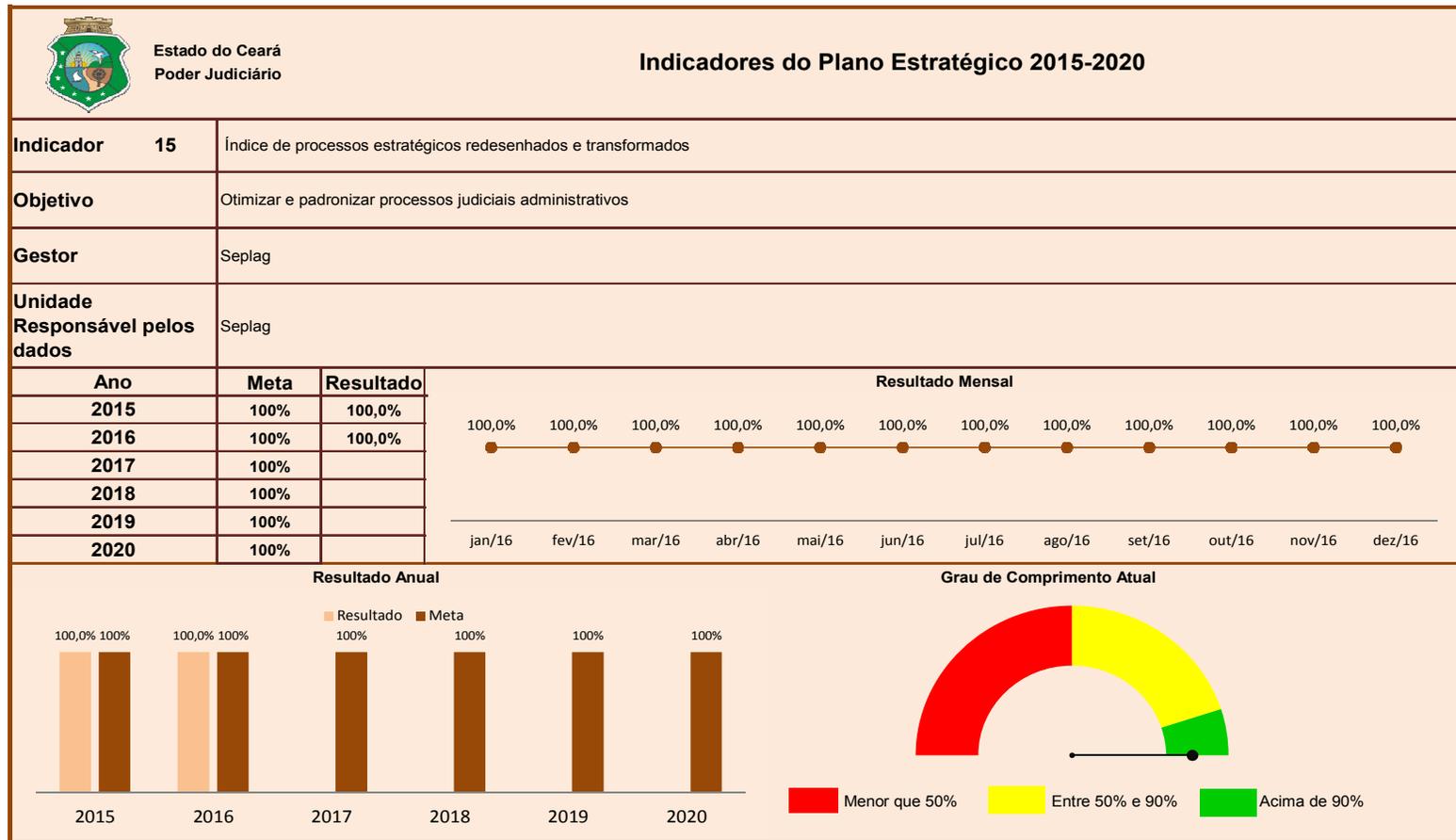
**GESTOR: PRESIDÊNCIA**





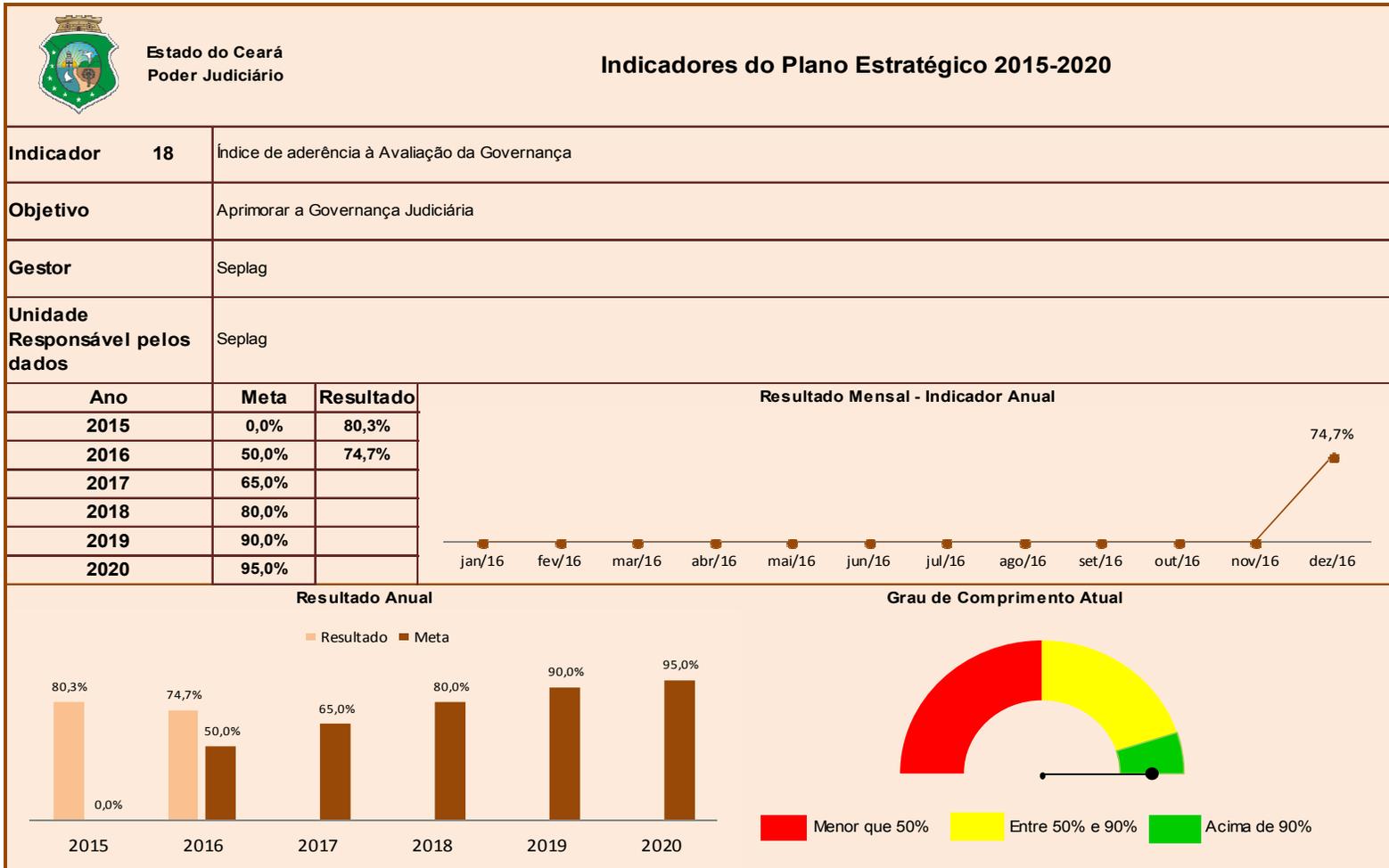
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

**GESTOR: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**



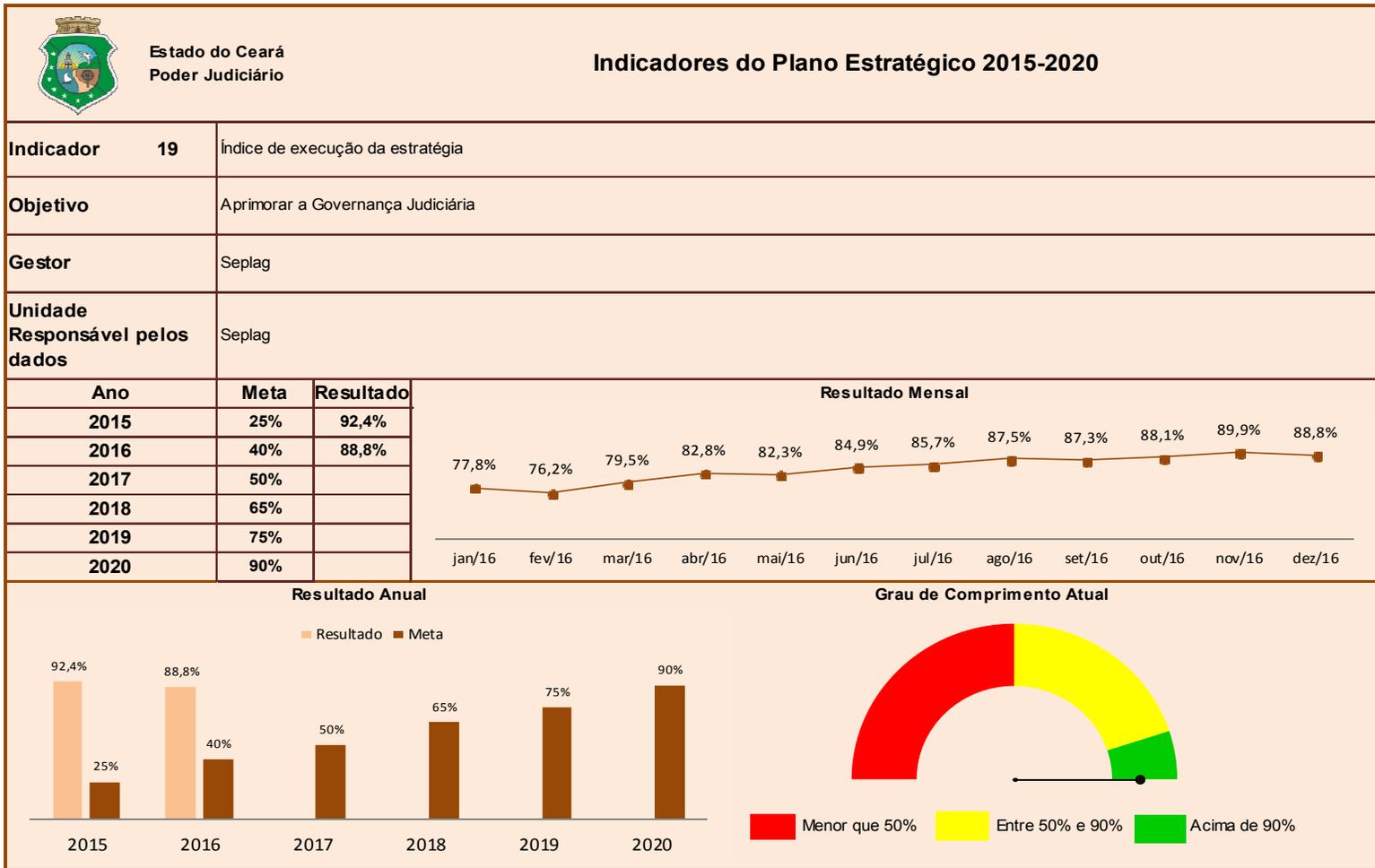


## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça



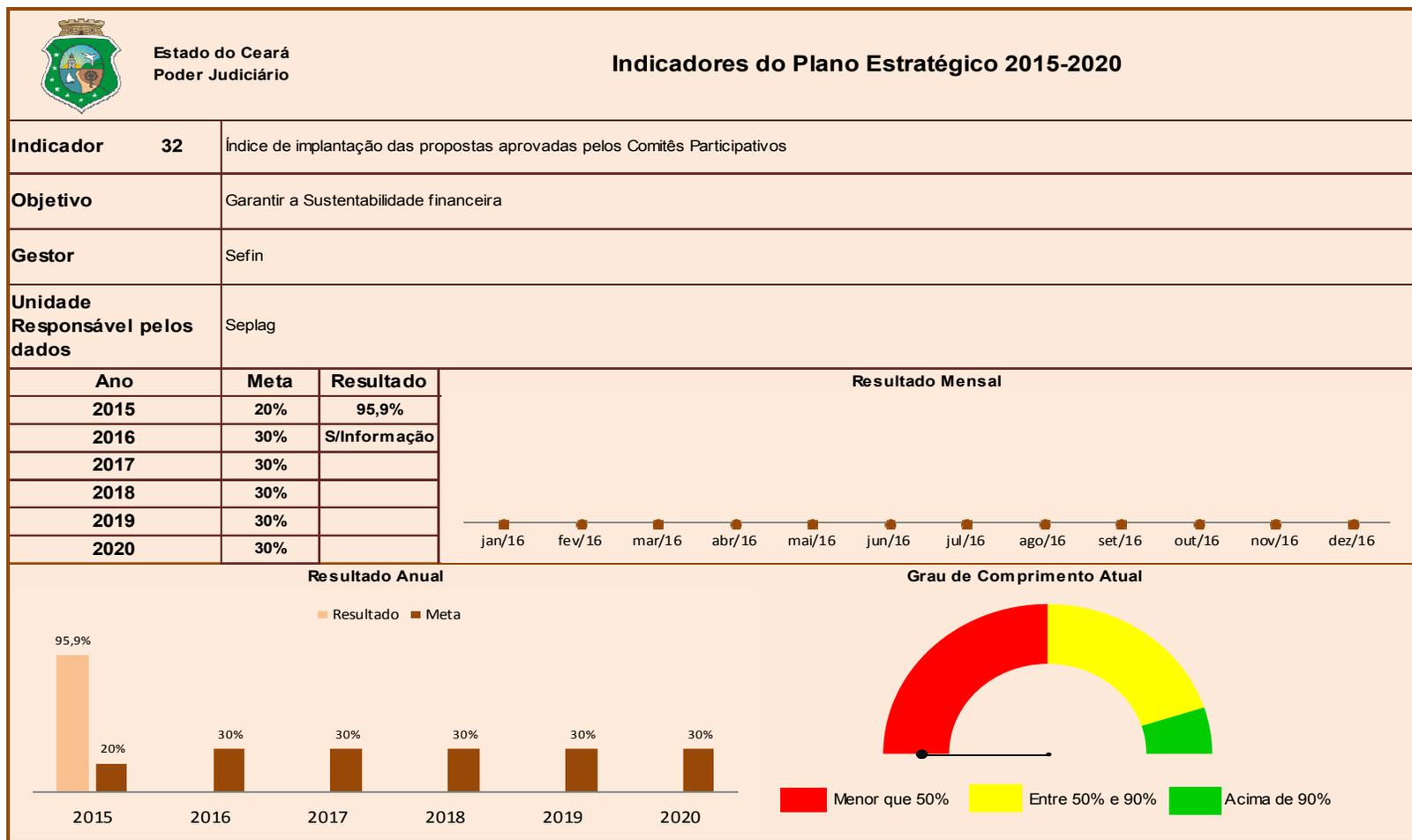


## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





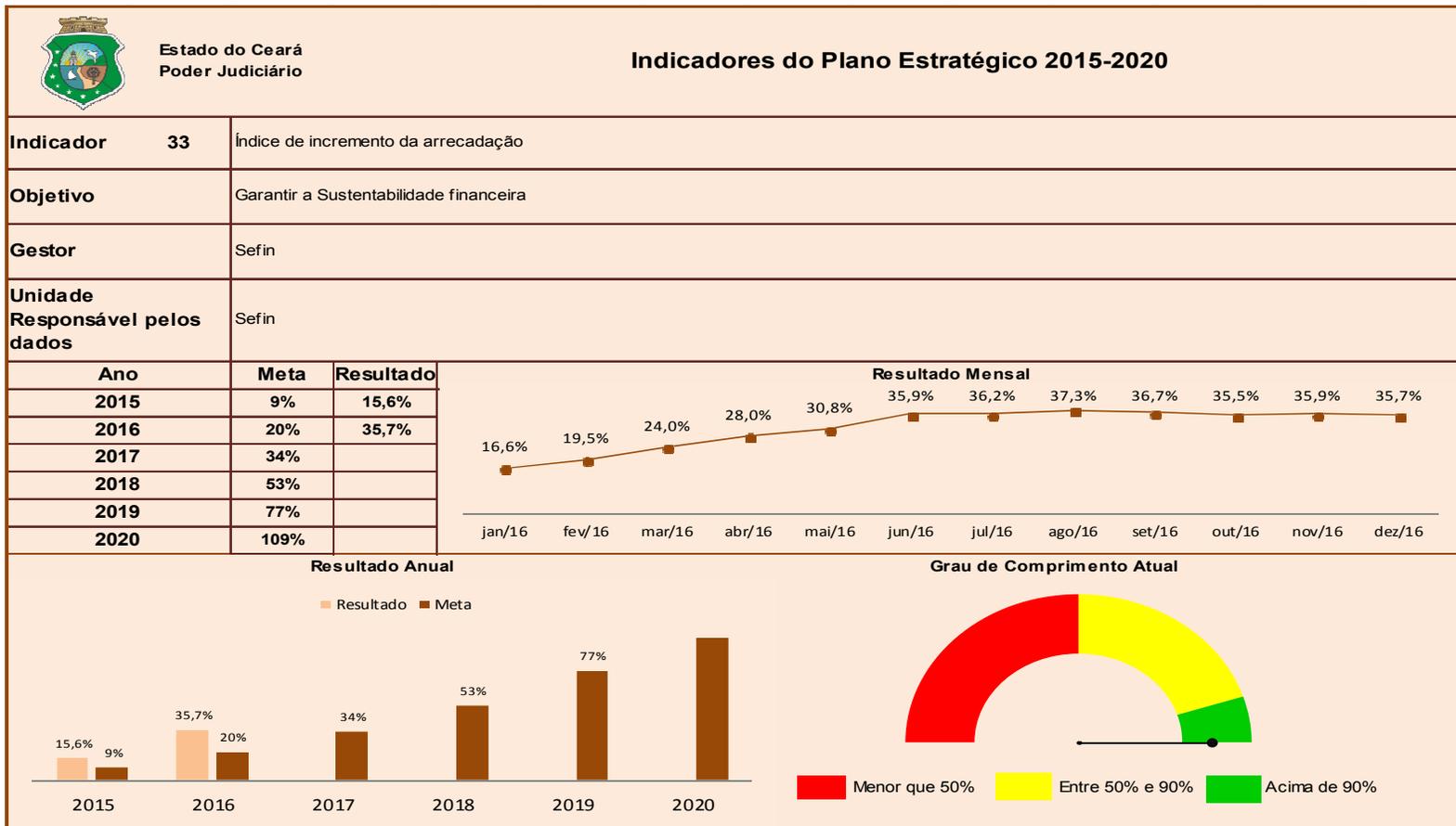
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

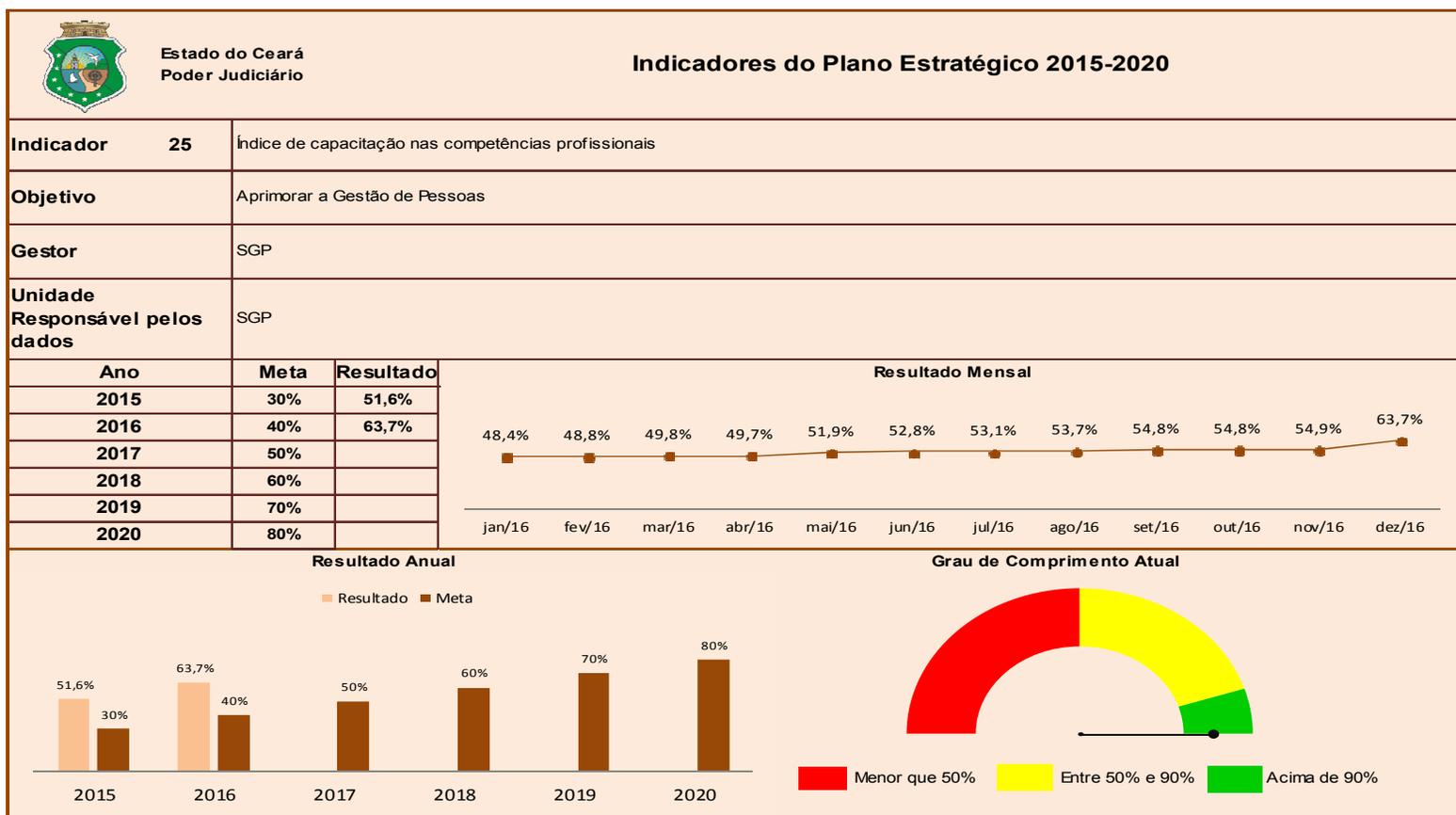
**GESTOR: SECRETARIA DE FINANÇAS**





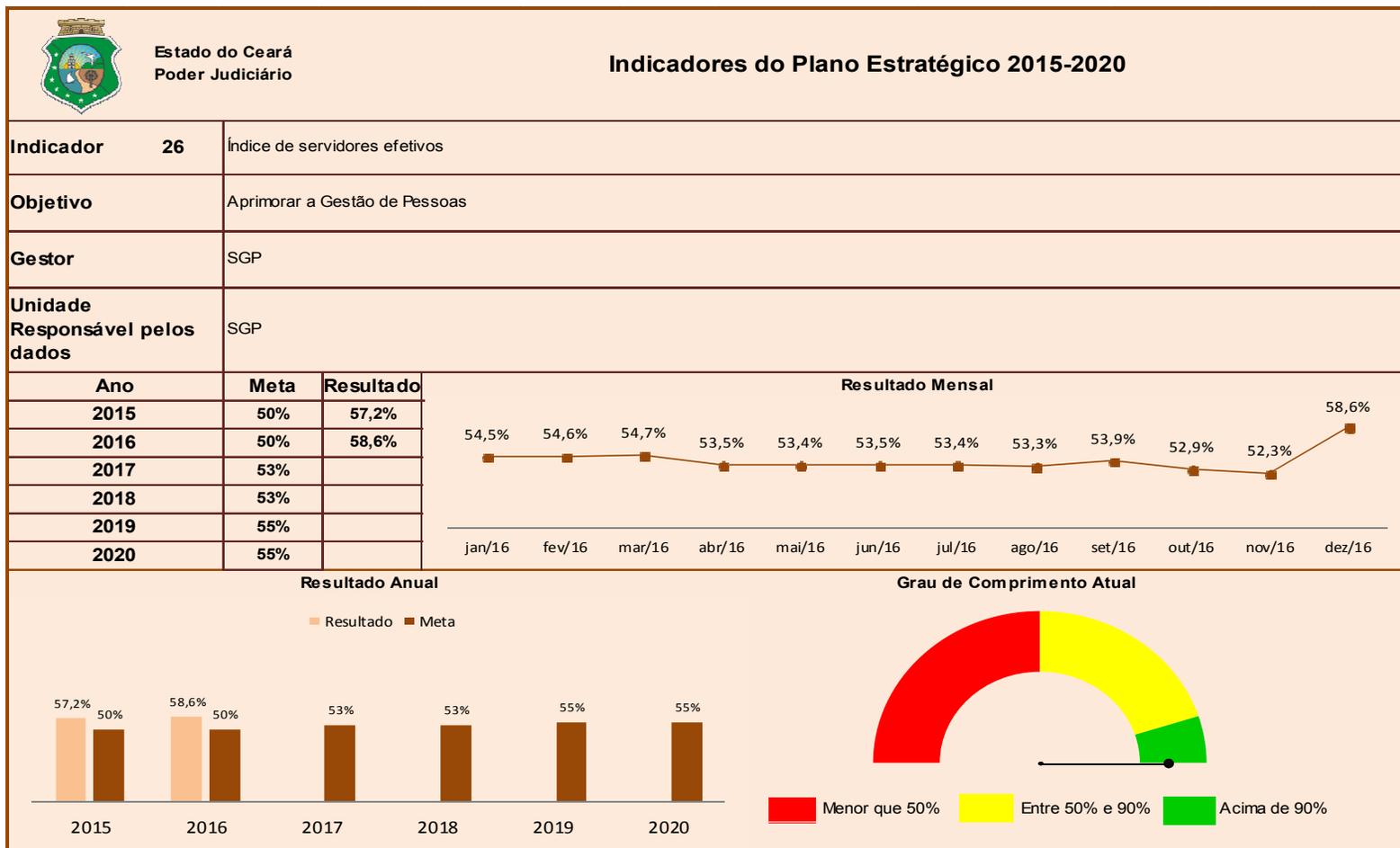
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

**GESTOR: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**



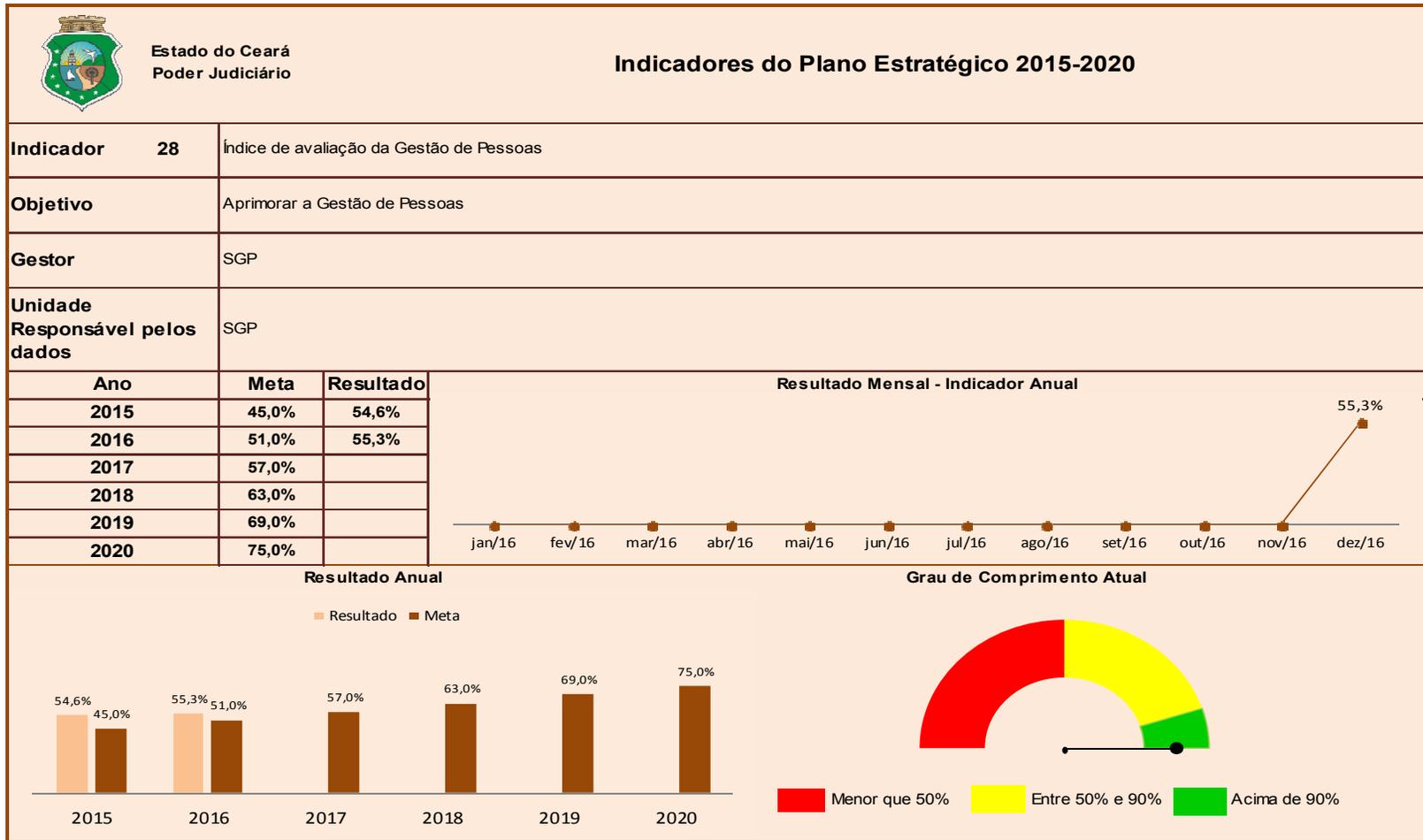


## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça



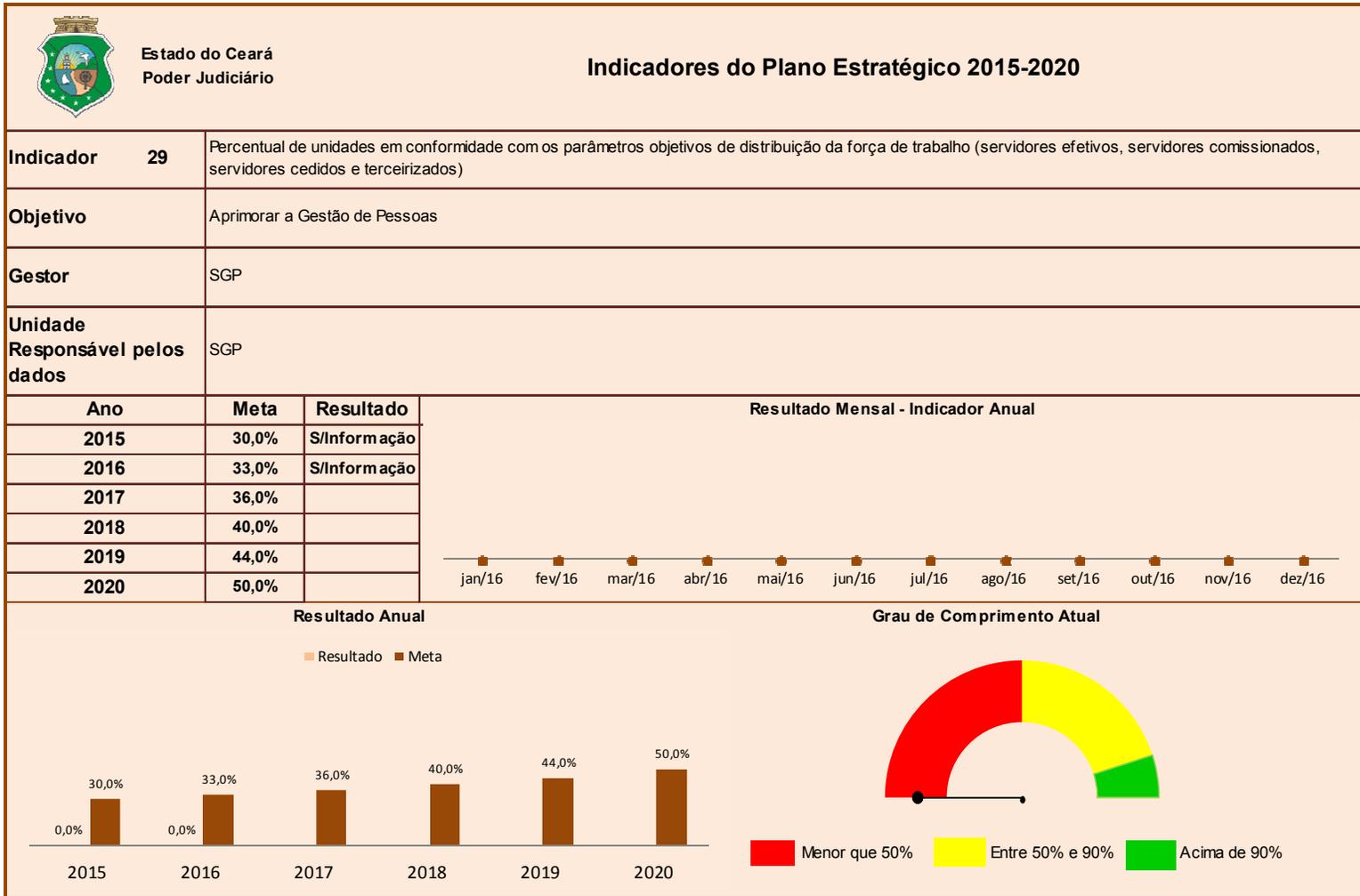


## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





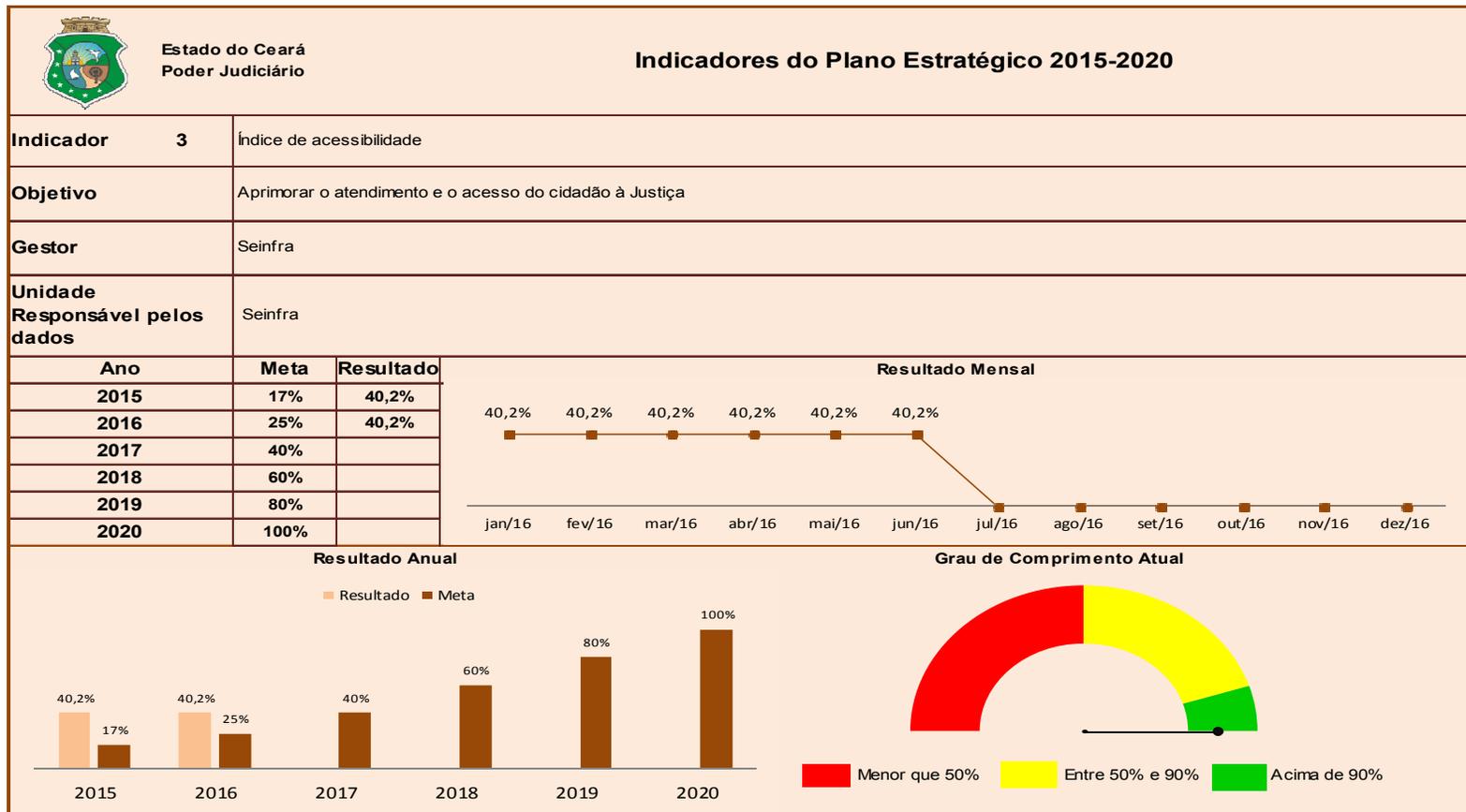
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

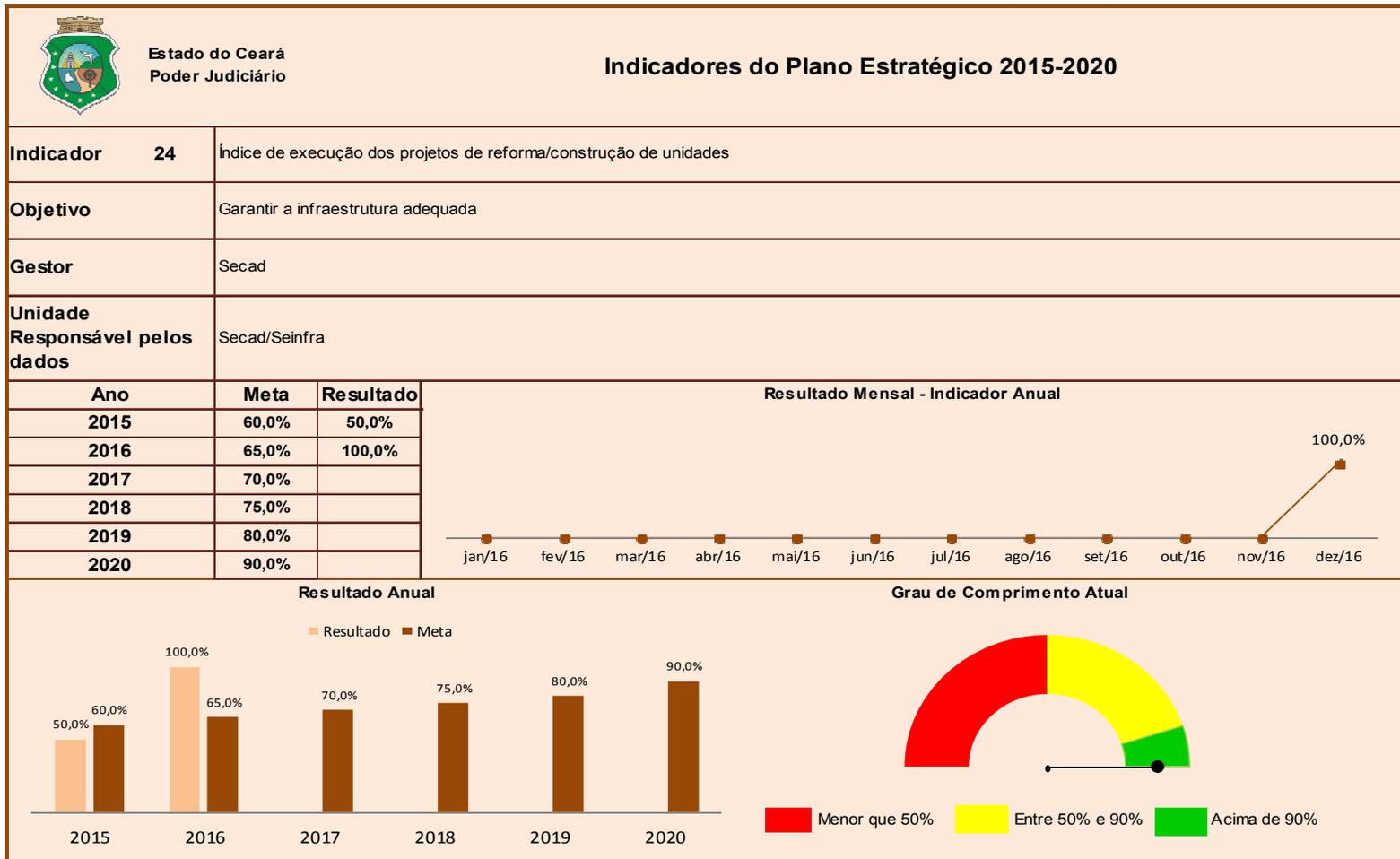
**GESTOR: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**



Nota: última atualização: junho/2016



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

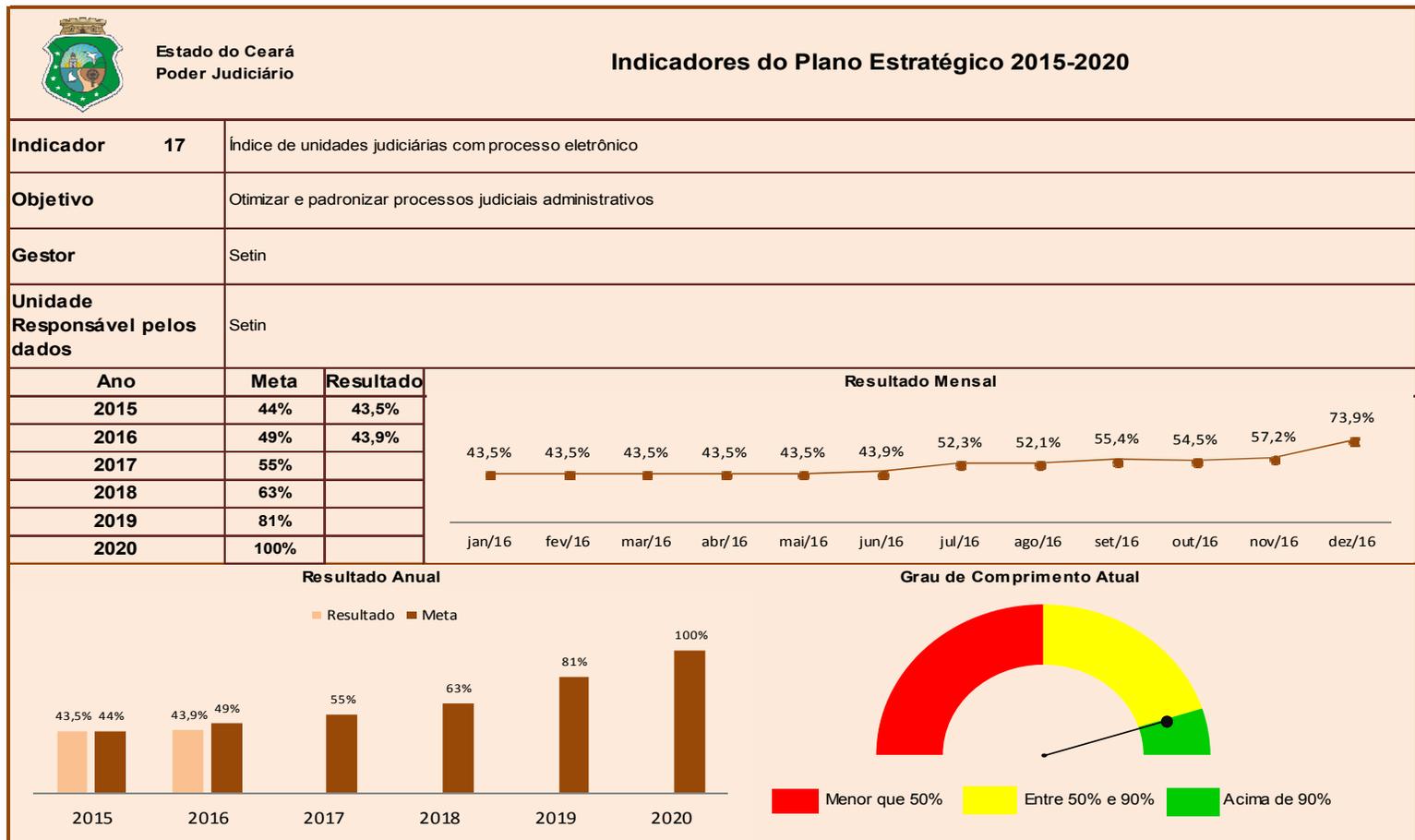
**GESTOR: SECRETARIA JUDICIÁRIA**

Estado do Ceará Poder Judiciário		Indicadores do Plano Estratégico 2015-2020																											
<b>Indicador</b>	<b>4</b>	Nº de ações e parcerias para ampliar o atendimento ao cidadão																											
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça																												
<b>Gestor</b>	Sejud																												
<b>Unidade Responsável pelos dados</b>	Sejud																												
<b>Ano</b>	<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Resultado Mensal</b> <table border="1"><thead><tr><th>Mês</th><th>Resultado</th></tr></thead><tbody><tr><td>jan/16</td><td>2</td></tr><tr><td>fev/16</td><td>2</td></tr><tr><td>mar/16</td><td>3</td></tr><tr><td>abr/16</td><td>3</td></tr><tr><td>mai/16</td><td>3</td></tr><tr><td>jun/16</td><td>3</td></tr><tr><td>jul/16</td><td>4</td></tr><tr><td>ago/16</td><td>5</td></tr><tr><td>set/16</td><td>5</td></tr><tr><td>out/16</td><td>5</td></tr><tr><td>nov/16</td><td>6</td></tr><tr><td>dez/16</td><td>6</td></tr></tbody></table>	Mês	Resultado	jan/16	2	fev/16	2	mar/16	3	abr/16	3	mai/16	3	jun/16	3	jul/16	4	ago/16	5	set/16	5	out/16	5	nov/16	6	dez/16	6
Mês	Resultado																												
jan/16	2																												
fev/16	2																												
mar/16	3																												
abr/16	3																												
mai/16	3																												
jun/16	3																												
jul/16	4																												
ago/16	5																												
set/16	5																												
out/16	5																												
nov/16	6																												
dez/16	6																												
2015	3	2																											
2016	7	6																											
2017	11																												
2018	16																												
2019	22																												
2020	29																												



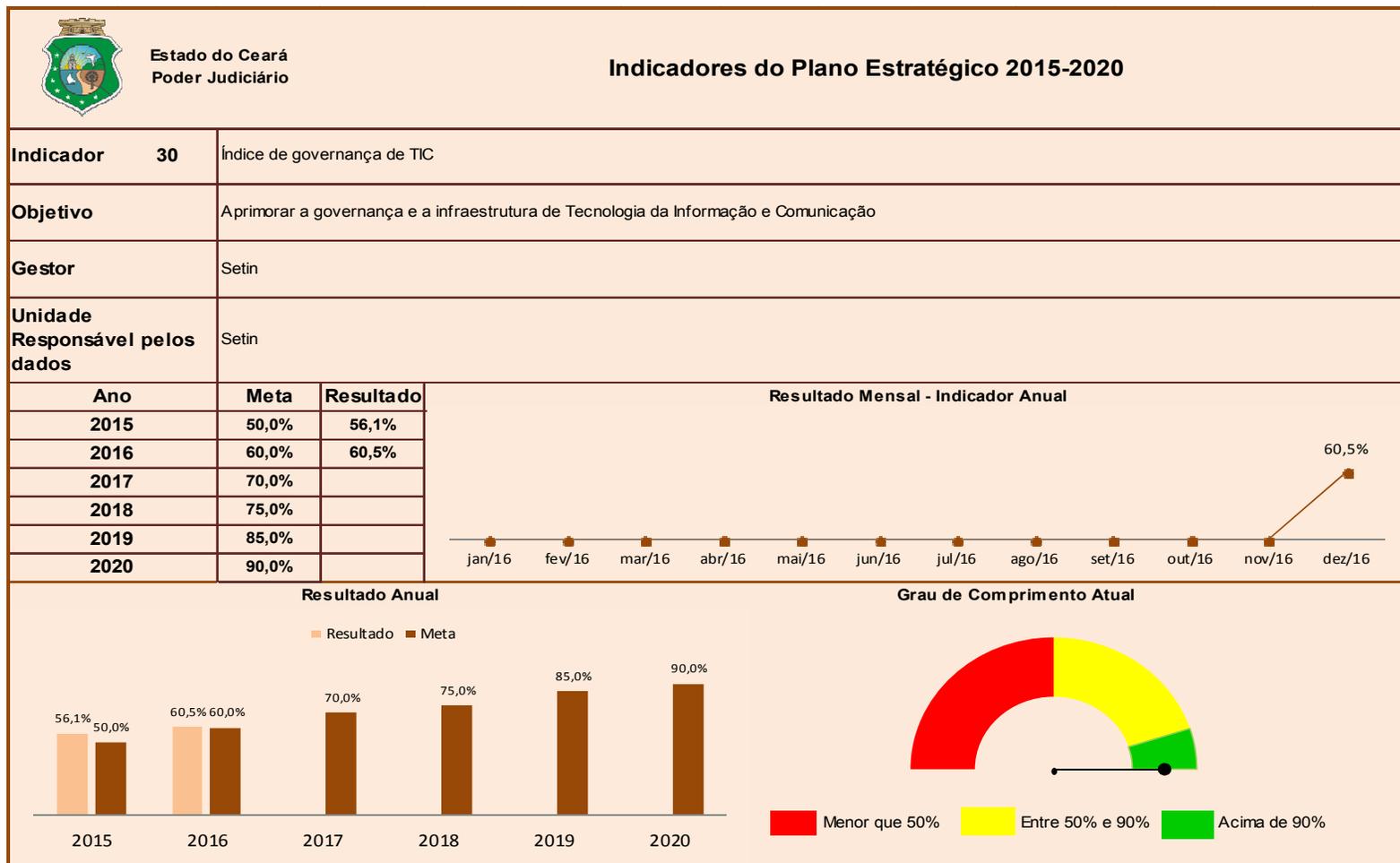
## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

**GESTOR: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



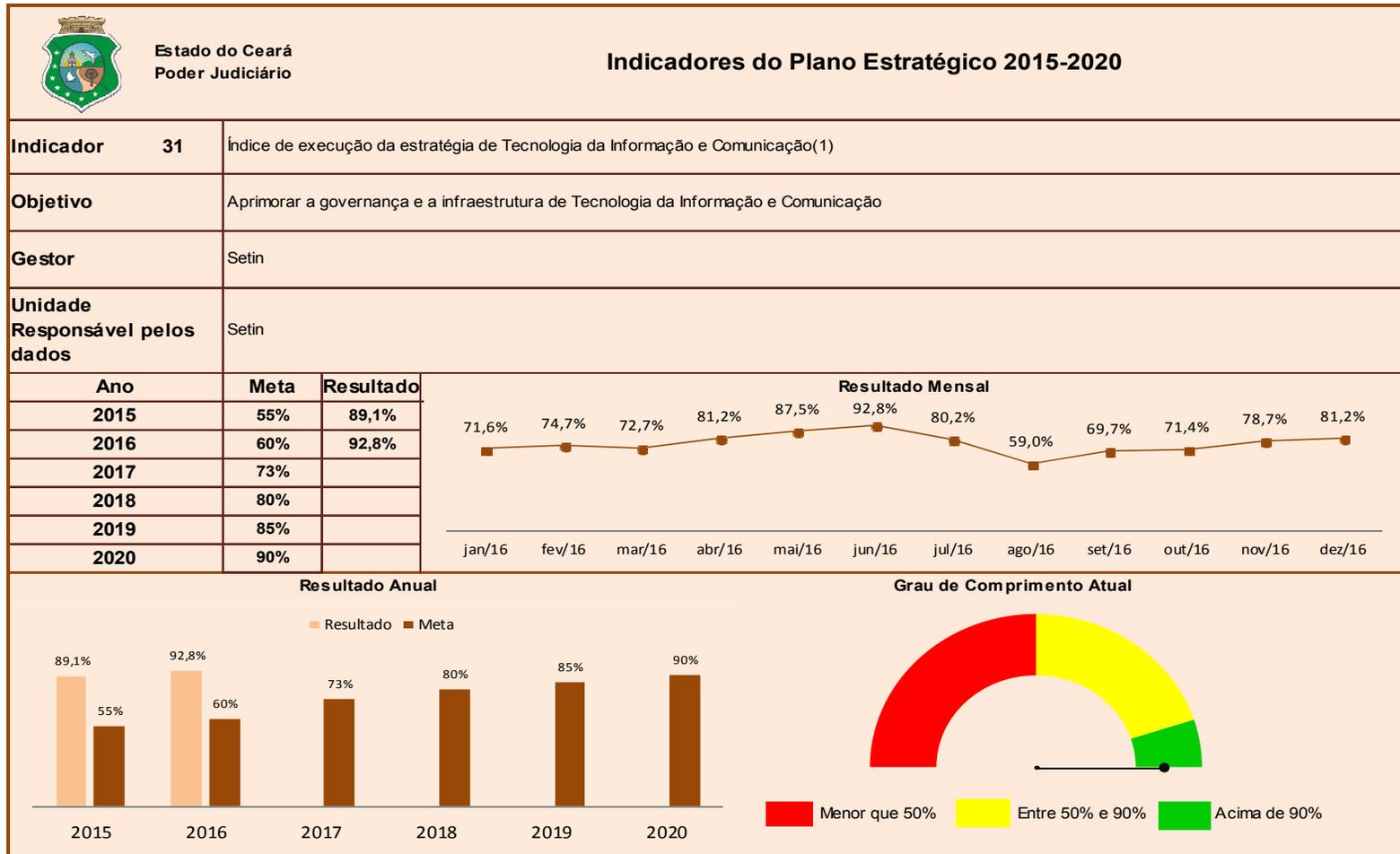


## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça





#### **4. AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE PROJETOS**

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário cearense e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP) vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, o qual foi criado por meio da Resolução nº 13 de 20 de dezembro de 2011 do Órgão Especial. Institucionalmente, há duas figuras que se envolvem diretamente com o gerenciamento de projetos: o gerente de projetos e o patrocinador.

As atribuições do Escritório, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os Patrocinadores e gerentes na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

O gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o patrocinador é aquele que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do gerente de projetos.

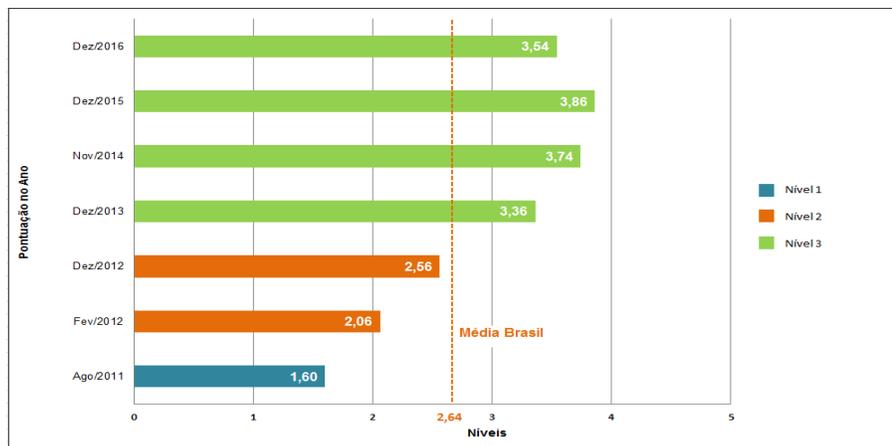
Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. Ou seja, a maturidade em questão diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na Organização. Dessa forma, em agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, foi realizada avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, o qual permite avaliar cinco níveis de maturidade, considerando: processos, pessoas, tecnologia e estratégia) para analisar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e, baseadas nessas análises, diversas ações foram empreendidas durante os anos de 2011 a 2016 para aumentar a maturidade em gerenciamento de projetos. Ressalta-se que em 2016 o questionário utilizado para a avaliação da maturidade foi a última versão 2.2.0 julho/2014 – desde sua criação, o referenciado modelo tem passado por sucessivos ciclos de melhorias contínuas). Desta forma, embora no gráfico tenha demonstrado que houve uma redução de 0,32 pontos, em relação ao ano de 2015, a maturidade do



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

ECP permanece no Nível 3 – Padronizado e acima da média das Organizações Públicas e Privadas, segundo Darci Prado (2014), que é de 2,64.

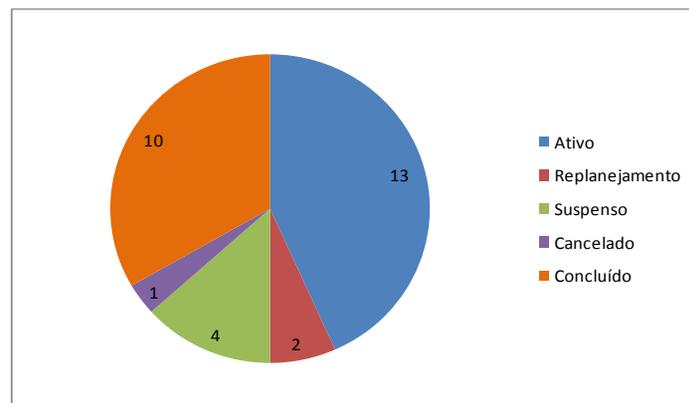
Gráfico 25 - Evolução da maturidade em gerenciamento de projetos (níveis 1 a 5)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ECP

Os gráficos a seguir mostram o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da gestão 2015-2017, listados na portaria nº 1924/2015 e relacionados ao Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Gráfico 26 - Projetos Estratégicos – Status



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ECP

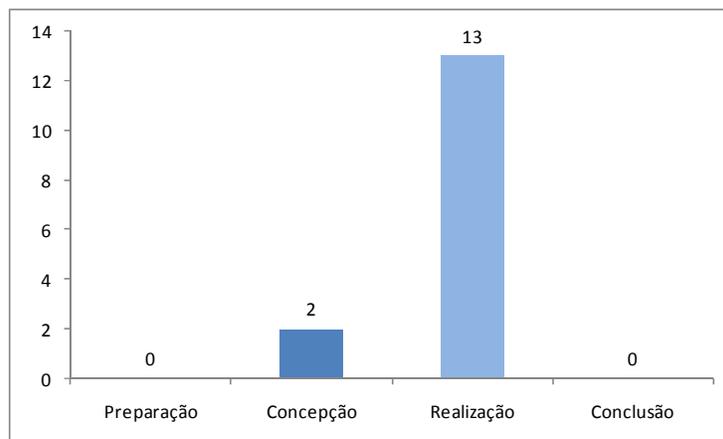
*Observações: (1) Um projeto é considerado suspenso ou cancelado quando solicitado pela Alta Administração por questões de mudança na priorização estratégica, por restrições orçamentárias ou por outros motivos relevantes. No caso de suspensão, o projeto pode ser reativado a qualquer tempo; já no caso de cancelamento, o projeto não poderá ser reativado.*



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

(2) Um projeto é considerado “ativo” quando tem o Termo de Abertura do Projeto (TAP) aprovado pelo patrocinador e encontra-se em fase de construção do Plano de gerenciamento, o qual inclui o cronograma do projeto. Após concluída a fase de planejamento, o projeto entra na fase de realização. Em casos, por exemplo, em que há necessidade de alteração do escopo ou do gerente do projeto, o projeto pode retornar para a fase de planejamento e, então, ser classificado como “em replanejamento”.

Gráfico 27 - Projetos estratégicos ativos – Fases



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ECP

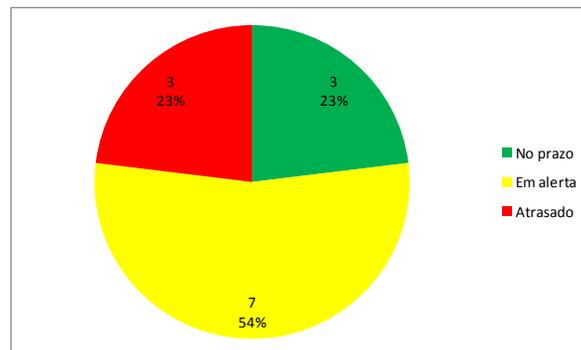
*Preparação: Autorização para execução do projeto*

*Concepção: Planejamento do projeto*

*Realização: Execução das ações do projeto*

*Conclusão: Formalização do encerramento*

Gráfico 28 - Projetos estratégicos em realização – Cumprimento de prazos



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ECP

O Índice de Desempenho de Prazo – IDP é o indicador responsável por medir a eficiência do cumprimento do cronograma de um projeto. Seu cálculo é obtido através da equação a seguir:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

$$IDP = 1 - [(DP - DLB) / DLB]$$

Onde:

- DP: Duração Projetada: corresponde à duração do cronograma do projeto em execução, contemplando os atrasos e adiantamentos do mesmo.
- DLB: Duração da Linha de Base: corresponde à duração da linha de base mais recente aprovada pelos responsáveis.

O resultado compreende qualquer valor no conjunto dos números inteiros (... , -2, ..., -1, ..., 0, ..., 1, ..., 2, ...) e serão interpretados da seguinte forma:

Figura 17 – Interpretação IDP

IDP	Interpretação	Cor
1	Significa que a execução do projeto corresponde exatamente ao que foi planejado. Trata-se do cenário ideal.	●
> 1	Significa que a execução do projeto está adiantada em relação ao que foi planejado. Apesar de parecer um excelente cenário, a menos que possua justificativa plausível, pode não representar um bom planejamento do tempo, pois, provavelmente, algumas atividades tiveram seus prazos superdimensionados.	●
$1 > IDP \geq 0,85$	Significa que a execução do projeto está atrasada em relação ao que foi planejado. Representa um atraso de no máximo 15% em relação à duração aprovada.	●
< 0,85	Significa que a execução do projeto está atrasada em relação ao que foi planejado. Representa um atraso maior que 15% em relação à duração aprovada.	●

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 76: Dados relativos ao Relatório de Acompanhamento Mensal – RAP de dezembro/2016:

Unidade	Nome do Projeto	IDP
Comissão de Segurança Permanente	Ampliação e Aprimoramento da Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará	0,93
Fórum Clóvis Beviláqua	Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Fiscais	0,72
	Garantia da efetividade das audiências	1,00
Ouvidoria Geral	Criação de Política de Atendimento ao Jurisdicionado	0,89
Presidência	Aprimoramento da Justiça Criminal	0,72
Secretaria Judiciária -	Garantir a Descentralização do Acesso dos	0,60



## Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

<b>SEJUD</b>	Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais	0,93
	Análise, Racionalização e Manualização dos Processos dos Setores Integrantes da Secretaria Judiciária	
<b>Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG</b>	Aprimoramento do Modelo de Governança do Poder Judiciário do Estado do Ceará	0,88
	Melhoria das estatísticas processuais	1,00
<b>Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN</b>	Informatização das Atividades da Auditoria	0,72
	Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	1,00
	Implantação do Programa de Segurança Corporativa da Informação no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará	0,98
	Comunicação de Dados	0,90



---

**Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça**

**TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO,  
ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU  
INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS**

---

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício de 2016, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Sérgio Mendes de Oliveira Filho  
**Secretário de Planejamento e Gestão**

José Joaquim Neto Cisne  
**Secretário de Finanças do TJCE**

Desembargador Francisco Gladyson Pontes  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**